Rosa Coutinho (1926-2010)
Pugnou mais por Angola do que aqueles que o odiavam

Em Abril, um País
Destacável de oito páginas nas centrais

referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 98 ■ Abril – Junho 2010

Valores de Abril vencerão a crise

NUM ANO "NÃO REDONDO", a A25A não deixou de assinalar o dia da libertção dos portugueses do jugo dos fascistas, de forma significativa. Por mais anos que passem, por mais desilusões que se sofram, teimamos em recordar como foi belo, como poderia ter sido melhor, como, apesar de tudo, pode ainda vir a ser melhor, se nos empenharmos na prática dos valores de Abril. Para os militares de Abril é, aliás, muitíssimo gratificante que seja precisamente nas horas más, nas horas mais difíceis que se clama pela necessidade de um novo 25 de Abril! Foi isso que sentimos, nos vários locais onde se comemorou Abril. Desde logo no jantar convívio, onde participaram mais de setecentos abrilistas, desta vez no Complexo Desportivo Cidade de Almada, a convite da respectiva autarquia. Foi um convívio extraordinariamente fraterno e vivido, onde ficou bem patente a vontade de não deixar que Abril se reduza a uma simples efeméride. À nossa anfitriã, a presidente da Câmara Maria Emília Neto de Sousa, os nossos profundos agradecimentos pela maneira como nos recebeu, pela contribuição para a criação de um clima bem próprio de uma autêntica autarquia de Abril!

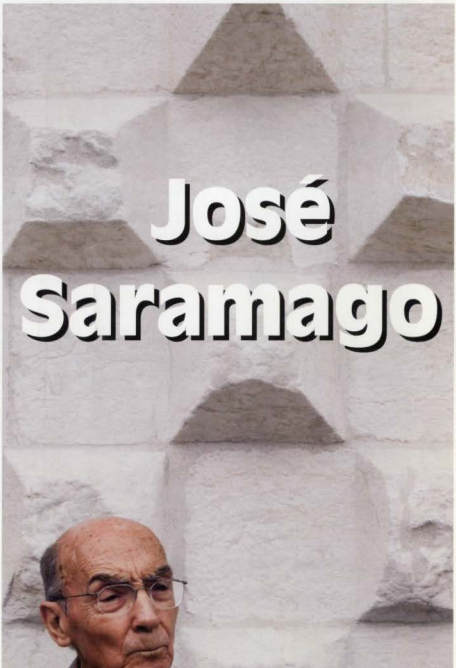
Também nas Comemorações Populares, nomeadamente em Lisboa e no Porto, voltou a estar bem via a força que Abril mantém nos portugueses. Das Comemorações de Lisboa, onde estiveram várias dezenas de milhar de manifestantes, publicamos a intervenção do militar de Abril, o tesoureiro da nossa Direcção, comandante Ramiro Soares Rodrigues, que falou em nome da Comissão Promotora. Comunicação feita com base na mensagem difundida pela Associação 25 de Abril, colheu o apoio da generalidade dos participantes.

No âmbito das comemorações onde a A25A participou, há ainda a salientar a Corrida da Liberdade e a Festa Jovem, organizadas em conjunto com as diversas e já tradicionais entidades, que voltaram a atingir o sucesso a que já estamos habituados.

Diga-se, por fim, que continuamos a responder aos muitos convites que de todos os lados nos chegam, nomeadamente de escolas, autarquias e entidades diversas.

Abril continua vivo e nós queremos continuar a contribuir para isso! ■

Vasco Lourenço



O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 106/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril) • Membro Honorífico da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Nuno Augusto
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.guerracolonial.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Pré-impressão:
Ana Seromenho
Impressão e acabamento:
Armazéns de Papéis do Sado, Lda.
Rua Álvaro Castelões
2900-214 Setúbal
Tel. 265 229 258
www.apsado.pt
apsado@apsado.pt

Fotografia da Capa: Lusa

Contracapa: Cartaz da autoria de Luís Banazol

Tiragem: 4500 Exemplares

Distribuição gratuita

Publicação periódica trimestral inscrita na Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sob o n.º 125626

Depósito legal n.º 32 998/89

Julguem-se os responsáveis

COMEMORÁMOS O XXXVI Aniversário do 25 de Abril num ambiente de crise: crise nacional, crise europeia, crise global; crise material (défice económico-financeiro), crise cultural (défice de confiança), crise moral (défice de valores). Na Associação 25 de Abril e no seu boletim informativo temos o direito de não fugir ao tema nesta reflexão aniversariante.

Não sou dos que fogem à dicotomia esquerda-direita. Contínuo a pensar que existe, na realidade sociopolítica actual, uma esquerda e uma direita. E obviamente um centro onde se refugiam os que querem estar com um pé em cada lado. O 25 de Abril foi um projecto de esquerda, não apenas porque visou derrubar um regime de direita radical, como porque os valores com que se apresentou não iludiam na sua opção de esquerda, paz e descolonização, liberdade e democracia, desenvolvimento e justiça social. O PREC acentuou e radicalizou essa dinâmica de esquerda, chegando a causar rupturas na sua base social de apoio, que o fragilizaram. A Constituição da República de 1976 acabou por ser a praia-mar em que se esgotou essa maré de esquerda. Não deixou, porém, de institucionalizar um modelo político, jurídico e socioeconómico, cujo conteúdo a situava claramente à esquerda.

A partir daí veio o refluxo da dinâmica de esquerda e a vaga do revanchismo da direita. Mesmo durante a vigência do Conselho da Revolução vingaram, em geral, as iniciativas da direita "impostas" pelos seus membros por inerência, os chefes militares não representantes do MFA, sempre prontos a acenarem com o catastrofismo caso vingasse uma leitura de esquerda da Constituição.

A entrada na CEE, depois UE, foi o pretexto para a machadada final no projecto constitucional português. Mas, apesar de tudo, o modelo europeu continha uma marca identificadora que o distinguia dentro do sistema capitalista e neoliberal da globalização, o chamado modelo social europeu. Entretanto sobreveio a crise, cujos sinais se vinham acumulando ao longo dos anos mas a euforia consumista procurava ignorar. Dizem os entendidos – e nessa discussão não me meto – que é uma crise do sistema global, logo uma crise da direita, que é a marca da globalização. A esse diagnóstico aplica-se a terapia costumeira, enfrenta-se a crise do sistema de direita com mais medidas de direita. Ao nível europeu, o combate à crise passa pelo ataque feroz, até à sua demolição, aos pilares do modelo social europeu. À crise do liberalismo responde-se com a receita pura e dura do neoliberalismo

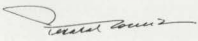
mais radical. O mal está todo no Estado e o que é preciso é "libertar" as forças regeneradoras do mercado. Emagreça-se o Estado até o deixar à mercê da "piedade redentora" do poder económico. O remédio está em menos Estado. Está à vista quem vai pagar a crise.

Esta terapia vem de Bruxelas, esse monstro supra-estatal recheado dos tecnocratas de fato cinzento, esse Leviatã que ninguém elegeu, que ninguém controla, mas que, pelos vistos, goza de um poder soberano que se sobrepõe aos poderes dos Estados-membros eleitos. Mas a esta máquina, obscenamente gorda nas suas estruturas, nas benesses dos seus titulares, na proliferação de gabinetes, de assessore(a)s, consultore(a)s, adjunto(a)s, secretário(a)s, comissões, na complexidade da sua teia administrativa, nas viagens, subsídios, equipamentos e desperdícios, nos etc. que são certamente muito mais do que podemos supor, a esta máquina que todos pagamos, curiosamente, ninguém exige emagrecimento.

Sabíamos que uma marca da globalização tão louvada é a perda de poder do estado-nação em três direcções: para cima (entidades supranacionais), para baixo (regionalismos) e para os lados (empresas multinacionais). Mesmo assim é ao Estado que se assacam todas as culpas da crise que aí está. Nem se equaciona se a culpa será do Estado, em abstracto, ou da forma como o Estado é servido, por vezes parecendo que de forma deliberada para o desacreditar. Então não será altura de o povo soberano (é assim em República, de que comemoramos o centenário) pedir contas aos principais servidores do Estado, que são (devem ser) os políticos? O que têm feito do voto que lhes temos dado?

O 25 de Abril foi há 36 anos. Instaurou-se em Portugal uma democracia que tem de ser um sistema assente na responsabilidade. Quem elege, quem escolhe, quem confia, tem direito a colocar questões. Quem foi eleito, quem foi escolhido, quem foi depositário da confiança, tem o dever de dar respostas.

Então, politicamente, julguem-se os responsáveis. ■



25 DE ABRIL – 36 ANOS

Todos queremos que Abril

RAMIRO SOARES RODRIGUES

EVOCAMOS HOJE o 25 de Abril de 1974, comemorando o seu 36.º aniversário, precisamente no mesmo ano em que se evocam e comemoram os cem anos da implantação da República. Hoje, e como sempre, fazemo-lo lembrando o Portugal totalitário e fascista, as lutas contra o regime autoritário e despótico do "Estado Novo", fundado e desenvolvido pelo ditador Salazar e, continuado pelo seu sucessor Marcelo Caetano.

A República esteve suspensa, amordaçada e silenciada, desde 28 de Maio de 1926 até 25 de Abril de 1974. Com o 25 de Abril, a República retomou por direito próprio, após 48 anos de quarentena, o seu lugar no Portugal Democrático. E, podemos afirmar que Abril fez renascer o 5 de Outubro de 1910, aprofundando-o e prolongando-o, a bem de Portugal.

Os valores republicanos do serviço público desinteressado, do culto do bem comum e da escrupulosa gestão e utilização dos valores patrimoniais comuns não podem ser esquecidos. São valores permanentes, de imperiosa presença, na administração e gestão do património colectivo dos portugueses. Não podem continuar arredados da vida pública, como actualmente.

Num tempo em que, os inimigos da República, da Liberdade, da Justiça Social e, consequentemente, do 25 de Abril, se aproveitam da passividade e fraquezas dos maus republicanos, para as apresentarem como inerentes e contaminadoras do próprio ideal democrático, reafirmamos orgulhosamente, os princípios democráticos por que se bateram os combatentes da Rotunda. Proclamando que o 25 de Abril, ao derrubar o regime ditatorial e repressivo do "Estado Novo" que nunca se quis identificar com a vontade do Povo, à qual negou todas as vias democráticas de expressão, veio reafirmar a actualidade e necessidade daqueles ideais democráticos para Portugal.

A animação popular esteve presente uma vez mais no desfile da Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Passados 36 anos sobre a data gloriosa de 25 de Abril de 1974, os portugueses encontram-se numa situação em que se impõe perguntar: *Foi para isto que se fez o 25 de Abril?*

É uma questão pertinente, complexa e a que é preciso dar resposta. Embora, não seja fácil e simples.

O golpe de Estado protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas – MFA – ao sair vitorioso, no 25 de Abril de 1974, trouxe consigo um programa, o Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Documento definidor dos princípios fundamentais e estratégicos, a ter em consideração para a definição de políticas, que conduzissem à solução dos graves problemas nacionais. À harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tinha direito entre as Nações, em consequência dos seus princípios programáticos.

Descolonizar – Terminou-se com a guerra. O 25 de Abril foi feito, também, mas não só, para terminar com a guerra. A guerra terminou, possibilitando o nascimento de novos países que, apesar das contrariedades e dificuldades têm trilhado o seu próprio caminho de países independentes, construindo a sua própria história, com lugar e voz própria nas Organizações Internacionais. Não era possível a refundação da democracia, sem o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos povos das Colónias. Acabar com a guerra, foi imperativo para que em Portugal houvesse democracia.

Democratizar – O 25 de Abril pôs fim à ditadura e ao regime despótico e repressivo do "Estado Novo". A democracia, na sua versão representativa, aí está, possibilitando a todos e a cada um que, usando a liberdade conquistada e os direitos de cidadania, consignados na Constituição da República, também ela, uma conquista de Abril, participe empenhada e activamente na escolha dos seus representantes nos órgãos de soberania.

Desenvolver – O 25 de Abril foi feito, também, mas não só, para dignificar a pessoa humana e promover a Justiça Social. Um dos seus objectivos, ainda por concretizar, era pôr fim às enormes desigualdades existentes na sociedade portuguesa. Promovendo, as condições necessárias e suficientes, à melhoria das condições e qualidade de vida dos mais desfavorecidos. Situação imprescindível para a construção de um estado social mais justo.

Após 36 anos, a actualidade da vida pública, leva-nos a afirmar de forma clara e ine-

se cumpra

José Augusto

Soares Rodrigues quando discursava no Rossio, no final do Desfile Popular.

quívoca: *Não foi para isto que se fez o 25 de Abril!*

O 25 de Abril, feito histórico que hoje evocamos e comemoramos, inequivocamente inscrito nos anais da História Contemporânea portuguesa, não foi feito para cavar e aprofundar o fosso, entre os mais ricos e os mais pobres. Fosso que não pára de aumentar, do lado dos cada vez mais ricos, de forma sustentada e persistente, em prejuízo do lado dos cada vez mais pobres. O 25 de Abril, também, não se fez para aumentar a distorção da distribuição da riqueza produzida, onde o capital vê a sua parte de leão em crescimento permanente. Nem para aumentar a distorção na distribuição do rendimento do trabalho, onde os "tecnocratas", de serviço aos interesses do capital, recebem quantias milionárias.

Como é possível que o trabalhador português, em média, ganhe pouco mais que metade do que ganham os trabalhadores na Zona Euro? À qual Portugal pertence. E, os gestores, "tecnocratas" ao serviço do capital, arrecadem quantias mais elevadas que os seus homónimos americanos, franceses, finlandeses, suecos e outros?

Uma promessa do futuro.

Como é possível termos uma sociedade corrupta, de total impunidade e compadrio?

Como é possível vermos o espectáculo dos máximos dirigentes do país, desacreditados e sem autoridade moral, pedirem sacrifícios a todos os portugueses, sem excepções?

Como foi possível enfrentar a *Crise Financeira*, permitindo que os únicos que ganharam, com a forma engendrada e utilizada para lhe fazer frente, tenham sido os próprios responsáveis por ela?

Como é possível que passados os momentos mais agudos da *Crise Financeira*, os gestores, "tecnocratas" ao serviço do capital, continuem a receber remunerações milionárias e a finança a ver aumentados os seus rendimentos do passado? Enquanto, o desemprego aumenta, os trabalhadores precários são cada vez em maior número, os pobres aumentam em valor absoluto e relativo e as desigualdades são cada vez maiores?

▶ 25 DE ABRIL – 36 ANOS

Todos queremos que Abril se cumpra

Tudo isto foi, e é possível, porque se permitiu, e continua a permitir, que os grupos de interesses grandes e pequenos, que se instalaram no nosso país, transformem os partidos políticos em agentes dos seus interesses privados e particulares. Situação perigosa e inaceitável, que enfraquece o Estado propiciando a captura, do poder político e da administração pública, pelos poderes financeiro e económico.

A actual situação, lesiva dos interesses dos Portugueses, só foi, e é possível, porque os dirigentes nacionais a todos os níveis, desde os mais altos cargos da Nação, aos níveis mais modestos do aparelho de Estado, não souberam, ou não quiseram, traçar as linhas de rumo que, imbuídas no espírito de Abril e portadoras dos seus valores, possibilitassem um Portugal mais democrático, justo e solidário. Um Portugal sem desemprego, sem trabalho precário, sem pobreza, sem miséria e sem desigualdade. Um Portugal com Justiça e Verdade.

Hoje e aqui, 36 anos depois de Abril, afirmamos que, todos nós unidos, temos de sancionar os responsáveis políticos pelo mal que fizeram, e fazem, aos portugueses. Têm de assumir a suas responsabilidades, pela inaceitável situação a que o País chegou. A impunidade dos responsáveis políticos, a todos os níveis, tem de acabar para bem de Portugal.

O 25 de Abril não foi feito para lesar os interesses de Portugal. Por isso, hoje e aqui, como sempre, reafirmamos que não estamos arrependidos da nossa acção e que, apesar de tudo, continuamos a considerar que valeu a pena.

Responsáveis maiores do acto libertador de Abril, aqui e hoje, nós dizemos bem alto que é necessário outro 25 de Abril. Um 25 de Abril com as armas que a democracia nos faculta, cuja utilização é um dever e obrigação de todos nós, e cada um, e os direitos e deveres que a Constituição da República nos outorga e reconhece.

A degradação da Sociedade tem de parar. Só a nossa acção cívica o pode conseguir, e devolver-nos a esperança de um país novo, com Justiça e Solidariedade.

Todos nós acreditamos em Abril. Todos queremos que Abril se cumpra.

É difícil? Abril, também, não foi fácil.

Acreditamos, sinceramente, ser novamente possível.

Acreditamos que "QUERER é PODER". E, como todos nós "QUEREMOS", todos nós juntos vamos "PODER".

Viva o 25 de Abril

Viva Portugal ■

José Augusto

Como é tradicional, a Chaimite abriu o Desfile Popular

José Augusto

Zé Martins e Paralta, os rostos ocultos da Chaimite que agora revelamos

Os valorosos desconhecidos da "nossa Chaimite"

JOSÉ MANUEL FERNANDES

A JÁ CONHECIDA Chaimite do 25 de Abril, que desde 2000 tem marcado presença sem faltas no tradicional desfile manifestação do 25 de Abril na Avenida da Liberdade, começou a sua vida ao serviço da Associação, da qual é património valoroso, desde antes da Expo 98.

As suas andanças começaram no Terreiro do Paço, como protagonista activa de um original de Hélder Costa e José Fernandes no que teve o seu desfecho numa grandiosa Festa de cariz popular e sátira política no Martim Moniz, por ocasião do 25 de Abril de 1997.

Com a Expo 98 a Chaimite da Associação esteve presente, fazendo a guarda de honra à entrada da nossa exposição "A Semana que Libertou Portugal", tendo sido no local e no âmbito das iniciativas levadas a cabo, após uma transformação que a dotou com os meios multimédia necessários à acção, "grafitada" no local com motivos alusivos ao 25 de Abril por "grafities" das margens sul e norte do Tejo.

Daí para cá tem desempenhado as mais diversas acções e marcado presença por todo o país, para deleite e lembrança dos mais velhos e delírio da pequenada.

Mas esta prestação valiosa que a "Chaimite do 25 de Abril" tem dado só é possível, graças ao valoroso esforço desenvolvido por uma equipa que além de fazer a sua manutenção e conservação durante o ano, a transporta e manobra para onde a sua presença é solicitada.

Estamos a falar do seu condutor, o Paralta e do ajudante responsável pelo apoio o Zé Martins, também conhecido pelo "Capitão do Zaire".

O Paralta, funcionário dos estabelecimentos fabris militares, equiparado ao posto de sargento e colocado nas OGME, nasceu no Alentejo e desde muito novo é funcionário naquele estabelecimento militar. Personalidade carismática, responsável e em quem se pode confiar, é o Homem sempre disponível para, por vezes com sacrifício das próprias férias, levar a nossa viatura onde a solicitam.

O Zé Martins é um "freelancer" que tem na Chaimite um amor platónico, no seu carro sempre a precisar de apoio, ele faz o apoio à Chaimite, pondo os sistemas de áudio e vídeo a funcionar, tal como a famigerada máquina de fumos, que alguns detestam, mas que ele faz questão de accionar que mais não seja porque se foi lá colocada é para ser utilizada e para que digam quando ela passa "não há fumo sem fogo".

O 25 de Abril está na rua! ■

Onde já esteve a Chaimite da A25A, além da descida da Av. da Liberdade por ocasião do 25 de Abril: Expo 98; Vila Nova de Gaia; Porto (Festa da Juventude); Monforte; Assumar; Portimão; Grândola (Feira de Agosto); Coimbra; Alcácer do Sal; Pinhal Novo; Barreiro; Almada; Setúbal; Freguesia de S. João; Loures; Alcântara; Belém; Lisboa (Martim Moniz).

25 DE ABRIL – 36 ANOS

Festa na cidade do Porto

A EXEMPLO DOS últimos anos, a Delegação do Norte da nossa Associação, integrou a Comissão Organizadora destas Comemorações.

Do programa constou, no dia 25 de Abril, uma evocação/homenagem aos resistentes antifascistas, junto às instalações da ex-PIDE/DGS, actual Museu Militar do Porto, dali partindo de seguida um desfile cívico, em direcção à baixa portuense, onde o presidente da Direcção desta Delegação leu a mensagem da nossa Associação, perante milhares de presentes.

Quer na noite de 24, quer na tarde do dia 25 de Abril, houve animação artística, num palco para o efeito destinado, em plena Avenida dos Aliados. Todos os artistas eram associados da Associação José Afonso, também ela pertencente à Comissão Organizadora, actuando graciosamente.

Foi grande a participação popular, talvez superior à dos últimos anos. ■

Jantar em Guimarães

CERCA DE MEIA centena de oficiais, muitos deles acompanhados por suas famílias, cumpriram a tradição, juntando-se ao jantar, no dia 25 de Abril, evocando a efeméride, no Hotel da Penha em Guimarães.

A ementa foi a habitual, o programa foi o do costume, os rostos com uma falta ou outra os de sempre.

A "Grândola" e o Hino Nacional, com o Pires a "dirigir" o coro, cantados com emoção.

Comprometemo-nos, caso as nossas vidas e saúde permitam, a para o ano que vem, dizermos de novo PRESENTE. ■

Durante a actuação de uma das classes presentes na Festa Jovem

Festa Jovem

RAMIRO SOARES RODRIGUES

A 16.ª EDIÇÃO DA Festa Jovem, evento integrado nas Comemorações do 36.º Aniversário do 25 de Abril, realizou-se no passado dia 17 de Abril do corrente ano, no Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada".

À semelhança das anteriores edições, a 16.ª edição da Festa Jovem foi mais um sério esforço no sentido de trazer e empenhar nos actos comemorativos da Revolução dos Cravos as camadas mais jovens e, em ambiente alegre e fraterno, dar-lhes a conhecer Abril e os seus valores e lembrar o seu significado para o Povo Português.

A Festa Jovem actividade mobilizadora de jovens ginastas e praticantes de desporto, é para a A25A uma oportunidade de, integrada na Comissão Organizadora, se inserir e participar nas actividades da "sociedade civil", relativas à educação física e desportiva dos mais jovens cidadãos.

As actuações tiveram início pelas 14h30 e terminaram às 18h30 do passado dia 17 de Abril, período durante o qual, em ambiente de festa generosa e fraterna, se exibiram milhares de jovens ginastas e atletas que, nos inevitáveis e necessários tempos mortos, foram acompanhados pelo simpático e gracioso folgazão "O Sapatilha", a mascote da Festa Jovem.

A abrir a festa houve um concerto pela Banda Juvenil da Casa Pia de Lisboa e um desfile de atletas de todas as colectividades aderentes, com as respectivas bandeiras e guiões.

À semelhança das anteriores edições, a realização da 16.ª edição contou com a colaboração de associados da A25A, de autarquias e de diversas colectividades da margem sul do Tejo. A deslocação dos jovens participantes da margem norte para a margem sul e volta, mais uma vez, foi feita em viaturas cedidas gratuitamente por câmaras municipais e juntas de freguesia.

O pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos Cidade de Almada estava repleto de espectadores, na sua grande maioria pais, outros familiares e amigos dos jovens atletas que com alegria, graciosidade e simpatia os brindaram com as suas interpretações e actuações gimnodesportivas. Foi uma tarde agradável e passada em ambiente familiar e saudável.

A 16.ª edição da Festa Jovem foi organizada pela respectiva comissão integrada pela Associação 25 de Abril, Câmara Municipal de Almada, Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal. ■

Mensagem anual

COMO É TRADICIONAL, a Direcção da A25A difundiu uma mensagem sobre o aniversário do 25 de Abril.

Nestes 36 anos, a situação levou-nos a uma intervenção mais penetrante no chamado mundo da política.

Considerámos que a situação que se vive em Portugal, onde Abril é cada vez mais uma miragem, onde os valores que nos nortearam na acção libertadora, que então protagonizámos, estão cada vez mais ausentes, nos obrigava a um grito de alerta, a um grito de "basta"!

Fizemo-lo com a consciência de que nos estávamos a empenhar num espaço mais controverso, que temos procurado evitar.

Consideramos que conseguimos evitar deixar-nos envolver numa qualquer luta partidária, que conseguimos manter-nos independentes.

Os resultados obtidos, as reacções provocadas, nos inúmeros locais onde a mensagem foi lida, para além de nos "alimentar o ego", demonstraram de forma clara que não errámos, ao assumir essa atitude. Mais uma vez, conseguimos ir ao encontro do pensamento dos nossos associados, ao encontro dos anseios do povo português.

Por outro lado, mesmo com o risco de parecermos autoconvencidos, consideramos que essas reacções vieram confirmar o enorme prestígio, a enorme consideração e credibilidade que a Associação 25 de Abril vem alcançando na sociedade portuguesa.

O que, nos tempos de grande descrédito da generalidade das instituições, da generalidade dos agentes políticos, nos impõe enormes responsabilidades, nos impede que, também nós, venhamos a desiludir os portugueses.

Este é, aliás, um assunto que nos vem preocupando e a que teremos de estar atentos e dar as respostas que se vierem a impor e a considerar inultrapassáveis e inadiáveis.

Quanto à mensagem, porque ela foi a base da intervenção do Ramiro Soares Rodrigues, no Rossio, que publicamos à parte, não será publicada em *O Referencial*. Mas poderá sempre ser obtida, junto da Secretaria da A25A ou em www.25abril.org, por quem o pretender. ■

Jantar em Almada. As fotografias documentam três momentos do jantar convívio comemorativo do 36.º aniversário do 25 de Abril, acolhido generosamente pela Câmara Municipal de Almada e pela sua presidente, Maria Emília Neto de Sousa, que se reconhece ao lado de Vasco Lourenço e a cumprimentar Otelo Saraiva de Carvalho. Alguns dos militares presentes fizeram ainda questão de autografar os cartazes expostos.

25 DE ABRIL – 36 ANOS

Resistir em Coimbra

GERTRUDES DA SILVA

NÃO ESTAMOS em tempos de grandes nem de pequenas euforias. Isso será bom para os chineses que ainda ontem tinham lançado para o mundo virtual talvez o maior espectáculo de abertura e de encerramento da história dos jogos olímpicos e já hoje abriram da forma até aqui mais grandiosa a maior exposição mundial de todos os tempos.

Nós, não. Apesar do 25 de Abril e de todas as primaveras que nos prometia, nós cá vamos andando, entre atormentados e sonâmbulos, ao ritmo arrítmico dos empurrões e solavancos de um baile mandado pela voz tonitruante dos mercados, cuidado, nervosos e crispados como se têm mostrado; e tudo é bom, necessário e patriótico, garantem os nossos patriotas dirigentes, desde que sirva para os acalmar. E fazem-se encenações, amigam-se os inimigos, tudo só para mercados ver.

E o que sobra aqui sobre o 25 de Abril para além da veemente mensagem de desencanto, protesto e revolta da A25A, que sabemos nós do que é preciso saber, dos enredos da política e dos segredos das finanças e da economia?...

As comemorações deste ano do 25 de Abril – e já (só ainda) lá vão 36 anos – têm vindo por aí a ser associadas às celebrações do primeiro centenário da proclamação e instauração da República, falta saber se bem, se mal.

Aqui há uns tempos alguém me lembrava – e lamentava – que há uns anos a esta parte se vinham condenando ao esquecimento as tradicionais comemorações anuais do 5 de Outubro. E eu, na oportunidade, argumentava que isso até era natural, que o 25 de Abril teria substituído o 5 de Outubro como bandeira de resistência, agora já não ao fascismo a que nós pusemos termo, mas ao inumano capitalismo neoliberal que também aqui chegou com fatiota da moda e por aqui se instalou a apregoar um chorrilho de promessas, e que deu no que deu, e aí está, tanta boa gente a pensar que a origem de todos os males estava no lado de lá da cortina que alguém teceu, talhou, coseu e montou, coisa simples, afinal, como já fora com a Guerra Fria, pois claro, sim senhor, que todas as coisas têm que ter um nome.

Herdeiros do 5 de Outubro – não fomos nós que o dissemos, decidimos ou aprovámos –, eis ao que nos querem reduzir aqueles que duma coisa e outra se apropriaram, da legenda das míticas palavras – Liberdade, Igualdade e Fraternidade que nós também fizemos nossas e da nossa acção libertadora no 25 de Abril, tudo já uma simples efeméride, uma evocação com palavras cada vez mais surdas e envergonhadas, e com risos mais amarelos a cada ano que passa.

Mesmo assim, na falta de melhor neste país em que tudo parece faltar, ainda é de nós, do 25 de Abril, que muitos se lembram, partidos políticos quase sem excepção, dirigentes autárquicos sem olhar a colorações, associações culturais, escolas e eu sei lá que mais.

E este ano não foi excepção, também aqui nestas terras retiradas onde o Demo e demais diabretes tudo vêm fazendo no sentido de daqui varrerem todas as suas gentes, que até é fácil, não é?, primeiro as escolas, depois os centros de saúde, as fábricas e todo o ganha-pão, e há um remédio que volta – a emigração, tudo visto através da lupa do rácio custo/eficácia, lucro/prejuízo, não tem nada que saber, e está a andar.

Os pedidos de colaboração que recebemos foram em menor número, isso é verdade, e isso algum significado há-de ter. Nós, animados por esta única militância, raramente dizemos que não. Fomos em tempos os capitães sem sono; fomos obedientes como só os militares são capazes de ser quando, objectos de naturais desconfianças e de menos inocentes ressentimentos nos deram ordem de regressar a quartéis; aceitámos democraticamente que quase nos arrancassem a alma quando ali à nossa frente liquidaram Serviço Militar Obrigatório, assim, de um golpe, sem mais nada. Bem sabemos que o mundo mudou, e muito. E o nosso país, se calhar e felizmente, ainda mais do que qualquer outro. Mas isso não justifica tudo o que connosco se passou.

Mas há uma coisa que é preciso que se diga: se mais não estiver nas nossas mãos, podem contar connosco aqui para resistir. E vamos continuar. Porque contrariamente a tantos outros, nós ainda temos muita coisa a que nos agarrar: a nossa mensagem, se bem que por vezes já um pouco esquecida, de uma maneira geral ainda é bem recebida.

O que fica, no fim, isso é uma coisa em que, se calhar, teremos de pensar. Até porque nem sempre são muito claros os objectivos, os intuitos ou os interesses que estão por detrás das acções para que somos convidados a participar.

E agora sim, depois deste já longo intróito, aí vai um resumo das acções em que este ano tivemos a oportunidade de participar por estas terras de Viseu: 22 de Abril – Viseu – Esc. Prof. Maria Seixas – Curso Informática/Gestão; 22 de Abril – Sátão – Entrevista na rádio local sobre o 25 de Abril – Agrupamento de Escolas do Sátão – Curso Adultos (Novas Oportunidades); 23 de Abril – Santa Comba Dão – Esc. E B 2, 3 – 6.º/9.º anos – Agrupamento de Escolas – Curso Adultos (Novas Oportunidades); 25 de Abril – Viseu – Palestra subordinada ao tema "Os militares no 5 de Outubro e no 25 de Abril", inserida no almoço comemorativo promovido pelo Centro Cívico e Cultural de Viseu. ■

Apesar de tudo...

Apesar de tudo o que tenho
a censurar-te
Apesar de tudo o que foste, reticência
do belo
sem tornares a ser...
Apesar do gosto a mel volvido
em agridoce
Apesar do sonho que prometeste
e roubaste sem pudor
Apesar da glória aberta em flor
transformada em dor
Apesar do que um dia te murmurei
em casta confissão
Apesar do que ficou vazio
na suplicante mão
Apesar do Povo em delírio
que não resgataste
Apesar do cravo em martírio
que não entendeste
Apesar de ti que não escutaste
Apesar de mim que não te dei razão
Apesar de todas as bocas abertas
em confissão
Apesar de todas as preces laicas
em silêncios mil
Apesar de tudo e contra todos
Se preciso for
Vem até nós, oh rutilante Abril
E seja a minha voz a sombra
da Verdade
E seja o meu cuidado a luz dessa
Saudade
E seja o meu destino
O fiapo do hino
Que ficou por cantar
Abril e sempre Abril
Oh terra de Bondade
Abril e sempre Abril
Oh ramo d'ansiedade
Como o da noiva perplexa por cumprir
Como o da criança reflexa por nascer
Abril abriu-se por dores desconhecidas
Abril viveu-se em casas destruídas
E apesar do silêncio por dizer
Abril é nosso no íntimo do peito
Para poder dizer que chegará um dia
Que um dia chegará para ficar
Como aquele canto de melro ou cotovia
Que cada Primavera quer guardar.

(Amadeu Carvalho Homem, blogue "Livre e Humano")

Voltou a ouvir-se a "voz..." no Rádio Clube Português

No dia 25 de Abril, nas instalações do Rádio Clube Português (rua Sampaio e Pina, em Lisboa), teve lugar uma homenagem ao grupo de militares que há 36 anos ocupou aquelas instalações e aí montaram a "voz" do Posto de Comando do MFA que, como se sabe, estava no RE1, na Pontinha. A iniciativa desta homenagem foi do Pedro Santos Silva que, orgulhoso do Pai que tem, quis homenageá-lo, a ele, e aos seus companheiros. Bonita e exemplar atitude que a Associação 25 de Abril apoiou totalmente. Ao Nuno Santos Silva, parabéns pelo filho que tem! A ele e a todos os seus companheiros (Artur Mendonça de Carvalho, Delfim Campos Moura, José Manuel Costa Neves, José Augusto Pombinho, José Fernando Santos Coelho, Nuno dos Santos Ferreira, Sacramento Gomes) um grande abraço, pela acção de há 36 anos... e não só!

PEDRO SANTOS SILVA

HOJE, AQUI, gostaria de falar de sonhos, o sonho que foi partilhado pelo Movimento das Forças Armadas em Abril de 1974 em que este País seria livre e isento da opressão de um regime ditatorial.

O sonho de que poderíamos viver num País sem censura, não temendo que lutar pela liberdade tivesse sérias consequências na vida de quem a desejava, era um anseio de alma de todos os Portugueses.

Como em alguns sonhos que se desejam com muita força, esse realizou-se para o benefício de Portugal e de todos nós.

A coragem destes militares que hipotecaram a própria vida, a progressão natural das suas carreiras e mesmo a sua vida familiar, foi compensada por um agradecimento profundo de uma nação que já dura há 36 anos.

As homenagens nunca chegam para agradecer e assumem uma importância fundamental, pois é preciso fazer chegar às novas gerações o valor de poder viver em liberdade para que sejam responsáveis pelas decisões que tomem nos anos vindouros, assim como o papel fundamental que desempenham na herança deste país.

O sonho também me trouxe aqui hoje, começou com um desejo de um filho prestar homenagem ao pai e aos seus companheiros que juntos, possibilitaram com o seu arrojo, que fossem emitidas as senhas para que a revolução saísse para a rua.

Hoje, por ironia, as lembranças que sobraram de pequenino do acontecimento foram a de estar a olhar para um vidro fosco em Caxias, para onde acenei com um lenço, e por detrás desse vidro, estava o meu pai preso por ter defendido a liberdade, pelo menos, foi esse o significado que teve para mim com quase três anos de idade e foram as únicas imagens que retive do 25 de Abril de 1974.

Depois, a primeira vez que ouvi o significado da palavra liberdade foi sentado no colo do meu Pai, olhando nos seus olhos verdes cristalinos de honestidade e num timbre de voz sereno, fez-me sentir que era algo de que devia sempre lutar por toda a minha vida.

Senti-me nessa altura como se sente uma criança africana que pela primeira vez olha para um embondeiro na sua grandeza sem muito bem perceber, ainda, o que representa.

Hoje, adulto, continuo a deslumbrar essa grandeza no meu pai, agora com plena noção do gesto que foi feito e que me faz, até ao dia de hoje, encher o peito e orgulhosamente dizer que sou filho de um "Capitão de Abril".

Sonhei que no local onde tudo se passou se poderia fazer uma homenagem a este meu herói de vida e aos seus companheiros que juntos tomaram esta rádio na madrugada de 25 de Abril de 1974, num acto de tremenda coragem, generosidade e altruísmo, tornando-a primeiro, no posto de comando da revolução, mas por fim, como é hoje conhecida, pela Emissora da Liberdade.

Sonhei que essa homenagem, iria fazer chegar aos meus netos e às gerações seguintes o sentimento de honra, de privilégio que hoje sinto de partilhar a vida como filho de um desses homens.

Pois para mim o meu Pai que amo muito, é o meu melhor amigo, mas também é meu herói...

Essa é a importância que tem na minha vida.

Também não podia deixar de homenagear todos os jornalistas, operadores de som, que estavam presentes naquela madrugada, e que se entregaram, com sentimento de medo, mas com algum regozijo, lendo os comunicados e passando as músicas que outrora significavam censura e que, naquela noite, foram senhas de acesso à liberdade.

Com estas palavras e com esta homenagem, tão carinhosamente apoiada pela Rádio Comercial e pela Associação 25 de Abril, apenas quero que quem me ouça, pense nesta revolução e neste gesto um pouco, assim como eu, como filhos de uma geração que nos deixa um exemplo de vida, e se em alguma altura da nossa vida precisarmos de uma referência, então basta pensar na Revolução de Abril, nos Capitães de Abril e nos cravos, que substituíndo as munições das armas, uniram o Povo aos militares num sentimento que até hoje perdura...

No fim, os ideais de Abril ainda devem perdurar em nossos corações e devemos, todos os dias, em gestos tão simples como fazer chegar a nossa vontade através do voto, não deixar esquecer é uma responsabilidade que nos foi entregue...

Gostaria de agradecer à Administração da Rádio Comercial, à pessoa do Sr. José Mendes que acarinhou este meu sonho desde o início, à D. Rita Braga e à administração da Média Capital, à administração da Rádio Comercial, ao coronel Santos Coelho que sendo a minha fonte de contra-informação me apoiou desde o início, quando no ano passado, partilhei o meu sonho com ele e lhe pedi segredo pela surpresa que queria proporcionar.

Gostaria também de agradecer à Associação 25 de Abril e ao coronel Vasco Lourenço pelo apoio dado nesta homenagem enviado um representante muito especial o coronel piloto aviador José Villalobos Filipe, fazendo assim, da minha homenagem também a homenagem da Associação 25 de Abril.

Um muito obrigado a todos os presentes

25 de Abril Sempre!!!! ■

25 DE ABRIL – 36 ANOS

Vice-cônsul promove festa em Nantes

DEVIDO À ACÇÃO dinamizadora da vice-cônsul de Portugal em Nantes, Dr.ª Rosa Maria Teixeira Ribeiro, foi possível reunir os esforços de todas as associações de portugueses de Nantes e seus arredores para finalmente comemorarem em conjunto a Revolução dos Cravos, "la Révolution des Oeillets".

A sessão comemorativa realizou-se na Sala Vasco da Gama, pavilhão cedido pela Câmara de Nantes à comunidade portuguesa para utilização no âmbito das suas actividades, pavilhão que se situa numa rua que recentemente foi baptizada pela Câmara de Nantes como "rue de la Révolution des Oeillets".

A jornada intitulada "Les oillets d'Avril à Nantes" decorreu na tarde e noite do dia 24 de Abril, com o seguinte programa: projecção do filme "Cartas a uma ditadura" de Inês de Medeiros; conferência sobre o 25 de Abril pela historiadora Joëlle Molier; debate sobre o 25 de Abril em que participou o comandante Falcão de Campos, que em resposta ao amável convite da vice-cônsul, representou a A25A nestas comemorações; leitura de poemas por António Topa.

Nos intervalos houve ainda a intervenção do Coro Nossa Senhora de Fátima e realizou-se ainda um concurso sobre o 25 de Abril, no qual participaram quase todos os assistentes.

O filme de Inês de Medeiros, pouco divulgado em Portugal, recorre a cartas escritas por mulheres portuguesas em 1958 a Salazar, para entrevistar na actualidade seis dentre elas e ouvir os seus curiosos depoimentos.

O debate sobre o 25 de Abril permitiu aprofundar certos aspectos menos conhecidos da Revolução dos Cravos e mostrou o grande interesse que os nossos emigrantes ainda têm pelo que sucedeu em 1974.

A A25A ofereceu à vice-cônsul, em reconhecimento do seu extraordinário empenho e acção nesta comemoração a medalha comemorativa deste ano, que também foi distribuída ao vencedor do concurso e à Direcção do coro.

O evento teve alguma repercussão nos meios de comunicação franceses, em particular um artigo publicado no "Ouest France", um jornal quotidiano com uma tiragem superior a oitocentos mil exemplares. ■

Falcão de Campos oferece a medalha comemorativa dos 36 anos do 25 de Abril à vice-cônsul de Portugal em Nantes.

Elementos do Coro Nossa Senhora de Fátima quando assistiam à sessão.

Celebrações em Toronto

CARLOS MATOS GOMES

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL 25 de Abril de Toronto realiza de há vários anos a esta parte um programa de actividades para celebrar o Dia da Liberdade junto da comunidade portuguesa na província de Ontário. Coube-me este ano o privilégio de ser convidado de honra, sucedendo a ilustres camaradas que tiveram idêntica oportunidade.

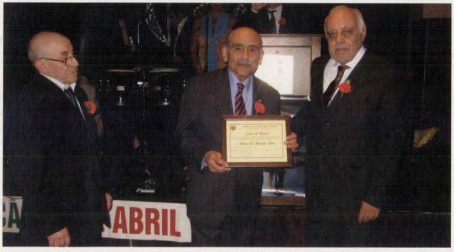
Foi-me particularmente tocante sentir e viver a realidade da comunidade portuguesa nesta província do Canadá, participar com ela na celebração do 25 de Abril, uma data tão vilipendiada, tão sujeita a acusações e deturpações.

A existência de uma associação cultural tendo o 25 de Abril como aglutinador é só por si revelador da maturidade democrática, cívica e cultural dos portugueses do Canadá e de Ontário em particular. É que esta associação não é um gueto de pessoas estranhas, ela articula-se, convive, coordena actividades com as várias outras associações de portugueses e de luso-descendentes. Exemplos disso, o facto da sessão comemorativa se ter realizado no magnífico centro cultural português de Mississagua, pertencente a uma outra associação e ainda o facto do almoço do 25 de Abril se ter realizado na Casa do Alentejo de Toronto e de em todos estes eventos estarem sócios de outras colectividades, agrupamentos musicais e artistas portugueses. Mais ainda, foi visível e reconfortante ver o carinho e o reconhecimento com que a generalidade dos portugueses tratava os dirigentes da Associação 25 de Abril e os seus convidados, alguns deles com posições de relevo. Para mim e para a minha mulher foi ainda muito significativo e revelador do respeito que os capitães de Abril e o 25 de Abril merecem, a recepção que nos concedeu o ministro do trabalho e membro do parlamento de Ontário, um luso-descendente, a presença no jantar do 25 de Abril de vários políticos canadianos, luso-descendentes.

Podia, e devia, referir a forma tão calorosa, tão cheia de afecto e de consideração com que os dirigentes da Associação 25 de Abril de Toronto me brindaram e à minha mulher, e devia referir os nomes dos seus dirigentes, o Rogério Vieira, o Carlos Morgadinho e as suas mulheres, o doutor Tomás Ferreira, uma figura histórica na comunidade, a Pitty Domingues, entre tantos, mas julgo que o reconhecimento que eles merecem ultrapassa o da mera cortesia, o de lhes agradecer a recepção e o calor humano com que nos trataram, porque o principal reconhecimento à Associação Cultural 25 de Abril de Toronto é o que lhe devem manifestar todos os democratas portugueses, todos os homens e mulheres amantes da liberdade pelo extraordinário trabalho que realizam no Canadá pela dignificação de Portugal, integrados na sociedade canadense como cidadãos de pleno direito, contribuindo para o progresso da terra que os acolheu e que eles tanto respeitam. Foi, talvez, esse muito respeito dos portugueses do Ontário pela sua terra de acolhimento e o seu profundo amor a Portugal aquilo que mais me impressionou. Todos devemos estar gratos a estes portugueses de Toronto, democratas e cidadãos exemplares nas suas pátrias. ■

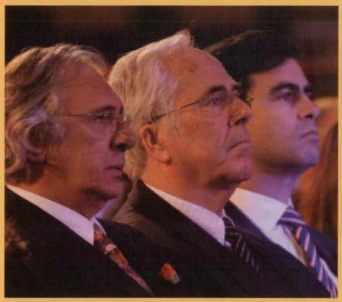
Início da cerimónia do 25 de Abril, com a presença das bandeiras de Portugal e do Canadá.

Jantar do 25 de Abril. Os dirigentes da associação.



Diploma de Sócio de Honra, atribuído a Mário Lebre, aqui entregue ao presidente da Assembleia Geral, Tomás Ferreira, que o recebeu em nome da família.

República de Abril manifesta-se reconhecida à mulher portuguesa



José Marquitos, vice-presidente do Conselho de Administração da RTP, e José Fragoso, director de programas da RTP, ladeiam Garcia dos Santos, presidente da AG da A25A.

NUMA INICIATIVA QUE COMEÇA a ganhar raízes, a A25A promoveu de parceria com a RTP mais um espectáculo de gala para assinalar o aniversário do 25 de Abril.

A comemoração de 36 anos em Democracia homenageou a Mulher Portuguesa, todas as mulheres portuguesas, das mais notáveis e todas as outras anonimamente também notáveis. Uma memória que tornou presente no desfiar de histórias com cem anos, exactamente, a idade da República, também ela edificada pela força e generosidade da Mulher Portuguesa.

Apresentada por Júlio Isidro e Sílvia Alberto, a gala República de Abril – Homenagem à Mulher Portuguesa foi organizada em parceria A25A/RT sendo, pelo lado da A25A, coordenada uma vez mais pelo coronel António José Augusto.

A gala foi divulgada em *prime time* pela RTP dia 25 de Abril, e foi gravada no dia 15 de Abril, no Coliseu dos Recreios.

Ao longo de 125 minutos, pelo palco do Coliseu dos Recreios de Lisboa, desfilaram memórias que o presente actualizou no testemunho de valores e esperanças. As páginas seguintes são disso exemplo: cada foto exprime o momento singular da actuação de artistas e intérpretes que deram voz à festa de Abril e, também, à homenagem à Mulher Portuguesa.

A banda, artistas, palhaços e malabaristas do Chapitô "perfumaram" o ambiente exterior à sala do Coliseu, de modo a criar o clima de festa onde, acompanhados por Guilherme Leite e "escoltados" pela Chaimite, distribuíram cravos pelos circunstantes. Lá dentro, já ecoavam os acordes da "Marcha do MFA", enquanto a inefável figura de palhaço protagonizada por TéTé do Chapitô supreendia a plateia com o braçado de cravos que lhes estendia.

Sobre o palco do Coliseu animadores recriavam um ambiente de festa das ruas, enquanto voadores descendo das alturas ocupavam a cena, alcançando o objectivo. A orquestra de Carlos Alberto Moniz interpreta a canção original "Mulheres da República.

A gala começa com Júlio Isidro e Sílvia Alberto a iniciarem a apresentação do espectáculo documentado pelas fotos nas páginas seguintes. ■

Curiosidades sobre os direitos das mulheres

COM A PROCLAMAÇÃO da primeira República em 1910, a acção de muitas mulheres na luta pelos seus direitos resultou numa série de alterações importantes no Código Civil. Conquistas que hoje talvez nos pareçam irreais:

– o casamento passa a ser baseado na igualdade;
– a aprovação da lei do divórcio tendo o marido e a mulher os mesmos direitos;
– a escolaridade obrigatória a cumprir entre os 7 e os 11 anos passa a abranger os dois sexos;
- a mulher pode aceder à Função Pública, apesar de continuar a ser-lhe negado o direito de voto, reservado apenas aos chefes de família do sexo masculino.

A Constituição Política da República Portuguesa de 1933, no seu artigo 5.º abria uma excepção para as mulheres "pelas diferenças que resultam da sua natureza e do bem da família". Para Salazar as regras então estabelecidas colocavam a mulher na total dependência do homem, pai ou marido. A sua principal função era assegurar o futuro da raça no lar:

"A mulher só é feliz se estiver à guarda do homem".

"No interior do lar, ele detém a autoridade e ela deve obedecer-lhe".

Nos anos de 1960 e apesar de continuar a existir um sem número de restrições para a mulher, o Código Civil de 1966 traz algumas novas conquistas. Mas, com muitos mas…

A mulher passa a poder trabalhar sem autorização do marido numa profissão liberal... Mas o marido pode denunciar o contrato de trabalho da mulher!

Com a Revolução dos Cravos conquistou-se a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e foram reconhecidos direitos iguais para homens e mulheres.

O direito à Educação, à Saúde e à Cultura foram garantidos na nova Constituição para todos os cidadãos. E, um pormenor muito importante: Só em 1976 é abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher!

Com a Revolução dos Cravos e a nova Constituição, a mulher portuguesa passou a ter acesso a todos os cargos públicos. E é com enorme orgulho que hoje se vêem cada vez mais mulheres na política, em cargos de chefia, no ensino, na saúde, na justiça e na cultura.

Foi no tão longínquo ano de 1975 que a mulher ganha o direito de voto sem qualquer restrição, começando logo a exercê-lo nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Na família, homem e mulher passam a ter os mesmos direitos e deveres, sobretudo na educação dos filhos e na responsabilidade cívica. ■

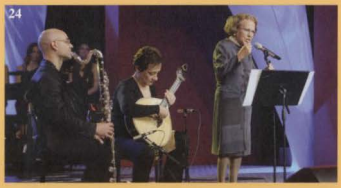
Fotos: Nuno Augusto

1-5. Actuação do Chapitô, antes e durante a gala República de Abril.
6. O "compadre alentejano" Guilherme Leite à conversa com Nunes Forte
7. Os apresentadores, Júlio Isidro e Sílvia Alberto.
8. José Mário Branco, Mafalda Veiga e João Pedro Pais.
9. Lena d'Água, Rita Guerra e Helena Vieira.

Fotos: Nuno Augusto

10. Lena d'Água, Rita Guerra, Helena Vieira e Manuel Freire.
11. Fernando Tordo
12. Odete Santos
13. Vitorino
14. Maria Dulce
15. Carlos Mendes
16. Maria João, Maria Anadom e Maria Viana
17. Luiza Basto
18. Isabel do Carmo, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta

19


24

20

25

21

26

22

27

23

19. Olga Prats
20. Simonde de Oliveira
21. Teresa Ricou
22. Catarina Pires
23. Maria do Amparo, Samuel e Coro Oficina do Canto
24. Maria Barroso, acompanhada por Luísa Amaro e Gonçalo Lopes
25. Carlos do Carmo e Bernardo Sassetti
26. Grupo Teatral A Barraca
27. Maria de Medeiros

Fotos: Nuno Augusto

Fotos: Nuno Augusto

28. Maria Helena Bastos
29. Maria do Céu Guerra
30. Grupo Coral Feminino Terra de Catarina de Baleizão
31. Isabel Cid
32. Ruy de Matos
33. As representantes da GNR, Força Aérea, Exército, Marinha e PSP
34. Vasco Lourenço, acompanhado por António Augusto
35. Vasco Lourenço entrega o diploma de Sócio de Mérito da A25A a Júlio Isidro
36. Júlio Isidro "já" Sócio de Mérito

Festejar Abril

TEM SIDO, DESDE HÁ 3 ANOS, lembrar Abril numa Gala televisiva que tal como a data da libertação de Portugal a caminho da sua condição de país democrático, tem muitos apoiantes e alguns detractores.

Falemos dos primeiros. São todos aqueles portugueses para quem o sonho ainda não acabou, apesar de....tudo ou quase.

São os que continuam a acreditar que Abril valeu a pena, e que têm pena que ainda não se tenha cumprido um projecto de um país de gente feliz.

Os segundos. São aqueles, resistentes do saudosismo do orgulhosamente sós, do respeitinho, do não falar de política porque isso não interessa nada e até dos bons costumes desde que os maus costumes não constassem. E os outros a quem a liberdade caiu já no prato da sopa e que, muito modernos, muitíssimo liberais e na generalidade pouco escrupulosos, acham que isso de comemorar a data é coisa de velhos caducos em romagem de saudade a um passado que já está na história. São os Jotas que nem querem ouvir falar dos Cotas.

Pois, mesmo por uns e contra os outros a Associação 25 de Abril já levou a cabo por três vezes uma festa televisiva de Abril que, imaginem, até faz muito boas audiências na televisão. Não que as audiências sejam ou devam ser o único barómetro de apreciação de um acto de serviço público como é a Gala de Abril, mas... ajuda, porque assim, a festa continua.

E ideias para fazer sempre diferente, apesar dos que dizem que é sempre tudo igual sendo que a única diferença está no nosso envelhecimento? Então não é que há sempre novas formas de criar um programa num tempo em que por razões que a razão (não) desconhece, as ideias de programas são basicamente compradas lá fora!

Claro que é difícil encontrar nos Estados Unidos ou na Argentina, um formato de programa para comemorar o 25 de Abril e por isso cá vamos nós puxando pelas meninges o que é um trabalhão para quem compra tudo feito.

Este ano, a ideia partiu da efeméride que o país está a viver, o Centenário da República e uma homenagem á mulher portuguesa que esteve sempre na primeira linha da construção do nosso país, tenha sido em Cinco de Outubro ou no Vinte e Cinco de Abril.

Aconteceu um espectáculo de muita qualidade com momentos que farão história, na história de 53 anos da televisão em Portugal.

Mais uma vez, se conseguiu um cruzamento harmónico entre nomes contemporâneos de Abril e as novas gerações, na música, na poesia, e no teatro.

A memória que tanto incomoda alguns, motivou entre lágrimas de alguma nostalgia, um enorme alento para fazer Portugal partir ao encontro de um dos Dês que Abril queria cumprir – o Desenvolvimento!

Dos outros dois, um está realizado, Descolonizar, e o outro, Democratizar, apesar de alguns incidentes de percurso no que respeita à liberdade de expressão, continua o seu caminho entre escutas, "SCUTAS" e Sucateiros!

Parece que a Gala da Associação 25 de Abril conquistou o estatuto de tradição e tal como a data, esperemos que não deixe de ser feriado nacional.

O 25 de Abril, não é apenas para quando um português quiser, mas um dever de cada um de nós... querer!

Ideias para o ano? Para já ainda saboreamos a memória da última Gala e depois, logo se verá. É que o mundo muda muito e tão depressa em quinze dias... ■

Júlio Isidro

Nuno Augusto

Novembro de 1991: Mário Lebre (terceiro a contar da direita) rodeado por militares de Abril na sua casa das Chãs.

MÁRIO LEBRE E JÚLIO ISIDRO

A25A decidiu proclamar Sócios de Honra e de Mérito

TENDO-SE REALIZADO a Assembleia-Geral anual da nossa Associação, queremos destacar a aprovação – nos dois casos, por unanimidade e aclamação – da outorga de um novo Sócio de Honra e de um primeiro Sócio de Mérito. Pela relevância das distinções, considerámos que devíamos publicar os textos das propostas que a Direcção apresentou à Assembleia-Geral. Ressalvem-se, contudo, dois aspectos destas decisões: O Mário Lebre é o primeiro "não notável", a primeira "base", como se costuma dizer, que é distinguido como Sócio de Honra da Associação 25 de Abril; o Júlio Isidro é o primeiro que se vê proposto e aceite como Sócio de Mérito da Associação 25 de Abril. O diploma de Sócio de Honra a título póstumo foi entregue pelo nosso consócio Carlos Matos Gomes, aquando da sua deslocação ao Canadá por ocasião das comemorações do 25 de Abril. Quanto a Júlio Isidro recebeu o seu diploma de Sócio de Mérito no decurso da Gala República de Abril, realizada no Coliseu de Lisboa, no dia 15 de Abril passado. Aos dois a nossa homenagem! **V.L.**

Mário Lebre
Sócio de Honra

MILITANTE ANTIFASCISTA E DEMOCRATA assumido desde a sua juventude, abandona aos 13 anos a sua terra natal, Chão de Semide – Miranda do Corvo, indo trabalhar para Coimbra como empregado de mesa. Mais tarde, após cumprir o serviço militar muda-se para Benavente onde participa activamente na campanha do general Humberto Delgado passando a ser perseguido pela PIDE e obrigado, após as eleições, a abandonar Portugal e a viver exilado em alguns países europeus: França, trabalhando como carpinteiro; Bélgica e Alemanha, trabalhando como serralheiro. Em 1967 radicou-se definitivamente no Canadá onde viveu cerca de 40 anos. Inicialmente em Montreal (dois anos) e os restantes em Toronto onde trabalhou como soldador numa fábrica em Brampton, tornando-se membro da União de Soldadores do Ontário e do Sindicato dos Caldeireiros até à data da sua reforma por acidente de trabalho em 1995, vindo a falecer em 29 de Janeiro de 2006.

Quando da sua estadia em Montreal adere ao Movimento Democrático Português onde permanece até 1987, data em que rompe com aquele Movimento por razões ideológicas. Esta ruptura leva-o com um pequeno grupo de amigos antifascistas que com ele comungavam dos ideais da Democracia e da Liberdade a fundar, no ano de 1994, a Delegação da A25A em Toronto, mais tarde designada por exigência da Lei Canadiana, de Associação Cultural 25 de Abril – Núcleo Capitão Salgueiro Maia da qual se torna o principal impulsionador, vindo a ser seu vice-presidente e presidente.

Mário Lebre viveu intensamente a Revolução dos Cravos e a sua ligação à A25A e aos Militares de Abril era bem patente nos laços de amizade que rapidamente se desenvolviam, levando-o a afirmar em entrevista que concedeu dois anos antes de falecer: «Depois de minha mulher e duas filhas a quem muito amo, é verdade ser a Associação 25 de Abril a maior riqueza da minha vida...»[1], e essa ligação veio a determinar que o casamento de sua filha Nancy se realizasse em Lisboa e o "copo de água" que se seguiu tivesse lugar na Associação 25 de Abril.

Graças ao seu dinamismo e entusiasmo as comemorações anuais do 25 de Abril em Toronto ultrapassavam o âmbito da Associação Cultural 25 de Abril, projectando-se em toda a Comunidade Portuguesa aí radicada e junto das autoridades locais e provinciais, contando todos os anos com a presença de um Militar de Abril convidado expressamente para o efeito.

Mas o seu espírito de entrega à causa dos direitos humanos faziam dele um activista contra a política de Salazar e Caetano e contra a Guerra Colonial, intervindo militantemente na defesa das grandes causas como a da libertação de Nelson Mandela, a da Independência de Timor Leste, a da oposição à Guerra no Iraque e à proliferação das Armas Nucleares ou na defesa vigorosa da causa do Povo Palestino.

Homem de ideais e de acção, bem podemos afirmar como escrevia Vasco Lourenço em *O Referencial* em artigo de homenagem à sua memória por ocasião da sua morte, «Continuas connosco Mário Lebre!»[2], porque não era apenas um homem de grande porte físico, era, sobretudo, um Grande Democrata que através de uma vida de luta e de sacrifícios contribuiu generosamente para que o espírito de Abril permaneça vivo.

O associado da A25A, Mário Lebre, foi durante toda a sua vida um lutador pelos ideais da Democracia, da Paz e da Liberdade, ideais que consubstanciaram o 25 de Abril, identificando-se totalmente com os princípios e fins da Associação 25 de Abril a quem serviu, prestigiou e projectou no Canadá, não só junto da Comunidade Portuguesa como junto das Autoridades e Instituições congéneres de Toronto. Até na sua morte, doando o seu corpo à Ciência, sempre seguiu o caminho que norteou a sua vida e que pensava ser o mais justo no apoio às causas dos mais necessitados e dos mais fracos e aos sublimes valores da Democracia e dos Direitos Humanos.

Pelas razões expressas propõe à Assembleia-Geral da A25A que a memória do falecido Associado n.º 2.329 Mário de Almeida Lebre seja honrada e distinguida com a sua elevação à categoria de Sócio de Honra da A25A, nos termos do Capítulo II, Subcapítulo A, Secção 2, Art.º 10.º, do Regulamento Interno.

Lisboa, 26 de Março de 2009
O Proponente
José Luís Villalobos Filipe
Sócio Fundador n.º 386

Discutida e aprovada por unanimidade em reunião de Direcção de 11 de Março de 2010

---

[1] *Entrevista - Boletim da Associação Cultural 25 de Abril – Toronto, Núcleo Capitão Salgueiro Maia, 2004, p.67.*

[2] O Referencial, *n.º 82, Janeiro – Março 2006, p.7.*

Júlio Isidro Sócio de Mérito

A A25A PROCEDEU, em parceria com a RTP, à produção e realização de duas galas musicais, "VOZES DE ABRIL", em 2008 no Coliseu dos Recreios em Lisboa e "VOZES QUE ABRIL ABRIU", em 2009 no Cine-Teatro Tivoli em Lisboa.

A primeira, inserida num conjunto de eventos comemorativos do 25.º aniversário da criação da A25A, teve como finalidade prestar homenagem a todos aqueles que através do seu contributo artístico ajudaram a criar condições para que a liberdade fosse conquistada para o nosso país, autores e intérpretes das canções de intervenção e a todos os que, corajosamente, naquele mesmo Coliseu, participaram no I Encontro da Canção Portuguesa promovido pela Casa da Imprensa, em 29 de Março de 1974.

A segunda foi um programa/espectáculo comemorativo do 35.º Aniversário da Revolução dos Cravos, onde as novas gerações, a quem a Revolução dos Cravos abriu a possibilidade de cantar em liberdade, sobretudo daqueles que nasceram artisticamente depois do 25 de Abril de 1974, interpretaram canções de Abril, em homenagem aos músicos, poetas e canta/autores que de alguma maneira contribuíram para que Portugal, hoje, seja um país livre.

Na generalidade de todos quantos assistiram a ambas as galas, nas referências dos órgãos de comunicação social e na de inúmeras transcrições em mensagens que chegaram à A25A, pode considerar-se terem constituído um êxito assinalável de organização, produção e realização.

Tal só foi possível graças à convergência de vontades e disponibilidade de todos quantos nelas participaram, num notável trabalho de equipa, mas do qual se destaca o Júlio Isidro como autor, produtor de textos e apresentador que, de forma abnegada e com inexcedível profissionalismo, talento e arte, criou e apresentou dois eventos artísticos de elevado nível.

Desde a primeira hora em que o Júlio Isidro foi contactado para corporizar os dois projectos, em condições de produção por vezes complexas, assumiu o desafio com entusiasmo, voluntarismo e total disponibilidade, sendo justo que seja considerado credor dos agradecimentos e do reconhecimento por parte da A25A, pela forma competente, generosa e desinteressada que dedicou às iniciativas desta Associação, em prol dos valores de Abril.

De referir que o contributo do Júlio Isidro foi a título inteiramente benemérito no que se refere à primeira gala e quanto à segunda, depois de muito instado, nomeadamente pelo presidente da A25A, condescendeu em fixar uma remuneração meramente simbólica, que de modo algum pagou todo o esforço desenvolvido por quem pode ser considerado a autêntica alma dos espectáculos e muito menos o facto da A25A ter tido como colaborador uma figura de enorme prestígio a nível nacional, que indubitavelmente o Júlio Isidro é.

Face ao referido propõe-se que, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Interno da A25A, seja conferida a distinção de Sócio de Mérito a Júlio José de Pinho Isidro do Carmo, pelas acções desenvolvidas em favor da Associação 25 de Abril.

Lisboa, 22 de Julho de 2009

A Direcção

Manifesto evoca 80 anos de Zeca Afonso

A Associação 25 de Abril, através da sua Delegação do Norte, associou-se desde o início a estas Comemorações, subscrevendo o manifesto, tornado público, que se segue.

I

AVEIRO, 2 DE AGOSTO DE 1929.

Nascia para o mundo o ser humano, o poeta, o cantor andarilho, o cidadão.

Na sua vida atribulada de "torna-viagem", Belmonte, Angola, Moçambique, Coimbra, Algarve, sentem-lhe os cheiros.

A Galiza dá-lhe guarida até acostar em Setúbal.

Nessa sua vida de saltimbanco nascem ousadias em todos os lugares sem nome nos dias que se iam fazendo à medida do crescimento de uma vida inundada pelas derivas da inquietação.

O "triângulo mágico" do seu quotidiano de décadas – Portugal, África, Galiza – molda o seu imaginário, aponta os sentidos da sua presença, das suas causas, dos afectos que o foram construindo.

José Afonso, no solitário fado das águias, num mar largo de incertezas, foi aprendendo a recusar enquanto crescia, o coro dos caídos nos lagos de breu para, com as suas tamanquinhas, ir cantando que nem as montanhas poderiam impor tectos à liberdade.

Nos tempos em que a morte saía à rua por tudo e por nada, José Afonso procurava encontrar nas esquinas da vida uma qualquer janela por onde espreitar à espera de tudo quanto é doce, na busca de tudo que fizesse apressar o amanhã.

Nas cantilenas da paciência, com a sua verdade e a mentira do que era anunciado, foi ajudando a vencer o medo tendo na proa do barco os remos da utopia a que os tempos não nos habituavam.

II

Por isso, estes oitenta anos de caminho representam o gozo de continuar a ter o Zeca dos "óculos grandes", distraído, esquecido e de cabelo desgrenhado no seio da comunidade humana, com sua arte, com seu exemplo cívico, com palavras e sonhos que continuam, de forma simples, a lançar-nos permanentes desafios.

Porque, na verdade, 23 de Fevereiro de 1987 e uma campa rasa num cemitério de Setúbal não representam rigorosamente nada para a memória de um amor que não se engana quando se sabe o que faz falta.

Na tradição cultural de quem rejeita a desistência e o esquecimento as entidades subscritoras deste manifesto querem celebrar José Afonso e com ele fazer ouvir o brado da terra, mesmo quando sussurrado ao longe, por um menino de um qualquer bairro negro.

Nós, homens e mulheres, envolvidos em actividades multidisciplinares de carácter associativo queremos falar da alegria de ter no nosso seio, há oitenta anos, José Afonso, sabendo que, mesmo que se voara mais ao perto nem por isso estaria mais junto a todos nós.

III

Entre 2 de Agosto de 2009 e 1 de Agosto de 2010 – nestes "80 ANOS DE ZECA" – queremos dançar, fazer teatro, cantar, dizer palavras, ver, pintar, tomar conta da rua, dar azo à libertinagem do agora. Porque o "senhor poeta" não merece que sejamos pais incógnitos de contos velhinhos que nos induzam a deixarmo-nos embalar no mundo surreal do "faz de conta".

Para nós, estes "80 ANOS DE ZECA serão o porto de abrigo onde poderão e deverão chegar, em qualquer altura, todos os amigos que queiram vir por bem, porque todos juntos haveremos de ser muito mais que alguém.

Olhem as estrelas e deliciem-se: as grândolas de todos os dias nunca serão um redondo vocábulo enquanto houver força para a alegria da criação. ■

Subscrevem este Manifesto: A Cadeira de Van Gogh – Associação Cultural (Porto); Associação José Afonso (Núcleo do Norte); Associação 25 de Abril (Delegação Norte); Círculo de Arte e Recreio (Guimarães); Escola da Ponte (Vila Das Aves); Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Distrito do Porto; Função José Rodrigues; Império da Girafa – Atelier, Galeria, Bar

OPINIÃO

O voluntariado e a

JOSÉ COSTA PEREIRA

ASSISTE-SE HOJE a um discurso extremamente céptico em que se acusa a sociedade de atravessar um período em que os valores humanos, como solidariedade, caridade (no sentido exacto do termo), compaixão e indignação com a injustiça, parecem estar cada vez mais fluidos, à mercê de um modelo de desenvolvimento assente numa filosofia individualista, tornando as pessoas menos disponíveis para os outros, com dificuldade de tecer vínculos duradouros e amplamente preocupadas com o seu progresso material.

Aquilo a que mesmo discurso chama a apologia do TER e a indiferença perante o SER

Não partilhamos literalmente esta opinião, a obtenção de boas vontades no sentido de uma entrega desinteressada às virtualidades do voluntariado, continua a subsistir na senda do seu próprio historial.

Não obstante ser um tema largamente debatido, o voluntariado carece de uma maior atenção e estudo. Milhares de cidadãos anónimos têm, por este mundo fora, levado a efeito acções altamente meritórias ao serviço do voluntariado, pouco se sabendo, no entanto, do impacto que estas actuações representaram para os próprios e para a sociedade.

Evidentemente que estamos a falar do voluntariado nas suas variadíssimas vertentes: apoio a crianças abandonadas, órfãos, deficientes, idosos, toxicodependentes, vítimas de violência e da prostituição, etc., na procura de contribuir para uma sociedade mais humana, justa e solidária.

Continuamos com um enorme leque de opções para quem pretenda ajudar o seu semelhante. Muitas pessoas ainda alegam falta de tempo e dificuldades de deslocação, porém o avanço tecnológico torna possível a colaboração "on-line" de voluntários em diversas organizações.

O ano de 2001 foi instituído pela ONU, como o Ano Internacional do Voluntário.

Como consequência muitos foram os apelos formulados nesse quadro. Estados e cidadãos lançaram-se no serviço voluntário, com algum entusiasmo e calor que, infelizmente, no decorrer dos últimos anos, tem arrefecido. Diversas organizações procuraram fomentar o interesse dos cidadãos em áreas do seu escopo, designadamente: auxílio social, assistência a internatos em hospitais, acompanhamento de fenómenos de emigração e imigração, acções de socorro em situações de catástrofes naturais ou outras, etc., etc., etc.

O conceito de voluntariado perde-se no tempo. As primeiras civilizações egípcias, por exemplo, tinham um severo código moral com base na justiça social. Tais leis encorajavam as pessoas ao trabalho voluntário, como, por exemplo, transportar uma pessoa pobre ou doente para outro lado dum rio sem cobrar pelo serviço.

De mencionar também, o sentido de acções voluntárias na antiga Índia, promulgadas pelo imperador budista Asoka (aproximadamente 274-232 a.C.) ou as medidas de protecção a viajantes carenciados na antiga sociedade grega, levadas a efeito por elementos voluntários.

LUSA

protecção civil

Recorde-se ainda:

- Os legados do imperador Constantino I, no ano 231 d.C., possibilitando a assistência caritativa às populações.
- A distribuição de cinco peças de ouro e alimentos a enfermos assistidos em antigos hospitais islâmicos.
- Juan Luís Vivres, pedagogo espanhol, que em 1526 escreve o livro "Da assistência aos pobres", depois de pesquisar casa por casa em Bruxelas, na Bélgica, e listar as necessidades dos seus habitantes e as possíveis causas da miséria. Para ele, o pecado era a causa de todos os males, incluída a pobreza. Sendo assim, a assistência aos indivíduos prefigurava um acto de bom cristão.
- Surgido no seio da Igreja Católica, no final do século XVI, é São Vicente de Paulo, que organizou uma entidade integrada por mulheres de famílias aristocráticas, dedicadas a visitar os doentes nos hospitais e os pobres nas suas casas, para lhes levar ajuda. As Damas de Caridade foi uma organização que não prosperou, dado o preconceito existente ao tempo, de que as mulheres de certos grupos sociais deveriam ocupar-se exclusivamente da casa e dos filhos. Por isso, São Vicente de Paulo passou a recrutar jovens camponesas, às quais chamou, inicialmente, "Servas dos Pobres", passando depois a Filhas de Caridade e, finalmente, Irmãs de Caridade, denominação que perdura até aos dias de hoje.
- A Trégua de Deus em Toulouse promulgada pelo Papa e levada a efeito em 1095 pelos irmãos Hospitaleiros, apoiando mulheres e crianças atingidas por confrontações bélicas.
- Assistência por voluntários a doentes sob a égide do arcebispo de Milão, Carlos Borromeu, na segunda metade do século XVI.
- Apoio a doentes pelo bispo de Castel-Moron nos surtos epidémicos que assolaram Marselha na primeira metade do século XVIII.
- Marta de Besançon tratando compatriotas e inimigos feridos, por ocasião das guerras napoléonicas.
- E mais recentemente a grã-duquesa da Rússia Helena Pavlovna e Florence Nightingale (1820-1910), uma deixando o seu bem-estar de São Petersburgo e a outra a sua opulência londrina nas margens do Tamisa para acudirem a doentes e feridos em Dukerman de 1853 a 1856 durante a guerra da Crimeia.
- Ou ainda Clara Barton que na guerra da Secessão Americana (Norte/Sul) entre 1861 e 1865, organiza serviços de socorro e de procura de desaparecidos. Sendo ainda ela a fundadora da

LUSA

▶ OPINIÃO

O voluntariado e a

LUSA

Cruz Vermelha Americana (1881), vindo a falecer em 12 de Abril de 1912.

- Acção voluntária de Raoul Follereau (1903-1977), no apoio às vítimas da lepra com especial incidência no continente africano.
- Albert Schweitzer, médico alsaciano, teólogo, músico e filósofo (1875-1965), Prémio Nobel da Paz de 1952, dando assistência médica voluntária aos nativos de Lambarené no Gabão, onde funda um hospital enfrentando toda a carência de meios própria do local.
- O serviço voluntário de assistência proporcionado em várias épocas numa grande diversidade geográfica, pelas Ordens dos Templários, de São João de Deus, do Monte São Bernardo, dos Cavaleiros do Santo Sepulcro ou da Ordem de Malta, entre outras.
- Não podendo deixar de se referir Jean Henry Dunant (1828-1910), o fundador do, hoje, Movimento Universalista da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho que, após 145 anos de existência, actua em variadíssimas áreas do voluntariado e em diversos pontos do Globo, comportando 176 Sociedades Nacionais (uma em cada país), num total de 106 milhões de voluntários.
- E, claro, finalizando, a acção dos bombeiros em todo o mundo, como exemplo ímpar de entrega e abnegação. Quer os localizemos originariamente na antiga Roma, quando o Imperador Augusto cria os chamados primeiros grupos de "vigiles" (bombeiros), passando pelo grande incêndio de Londres em 1666 ou no de Boston em 1679 (e recordando ainda a criação na mesma cidade de escolas formativas em 1889), num percurso de sacrifício e entrega que vem até aos recentes acontecimentos de 11 de Setembro em Nova Iorque.
- Menos dignas não são as actuações, especialmente da juventude, na sua natural generosidade, quer, por exemplo, no Movimento Escutista quer na recepção aqui em Portugal, da dádiva de géneros no decorrer de campanhas do Banco da Fome.
- E os dadores benévolos de sangue?

Desde longa data marcam uma imagem magnífica de solidariedade, respondendo sempre à chamada quando tal é necessário. Ainda recentemente solidificaram a sua imagem aquando da reposição dos stocks hospitalares de sangue que se encontravam quase esgotados em Portugal, após uma greve laboral. Com a acção dos dadores, em 24 horas, a reposição estava feita.

Admirável solidariedade no sentido mais correcto da acção voluntária.

Não quero deixar de fazer referência a algumas organizações nacionais, que e no exterior têm exercido acções diversificadas de alto nível, citando entre outras: Caritas, Oikos, AMI, Legião da Boa Vontade, Médicos do Mundo e Cruz Vermelha Portuguesa.

Importante ressaltar que os tipos de acções,

protecção civil

referenciadas historicamente, a muito se assemelham à maior parte das iniciativas a que acorrem os voluntários hoje em dia. O exemplo de São Vicente de Paulo em França, e Vivres na Bélgica demonstram-no claramente.

Conforme determinado pela OIPC – Organização Internacional de Protecção Civil, a qual congrega 48 Estados membros, treze Estados observadores, incluindo Portugal e dois membros afiliados, comemora-se anualmente a 14 de Março o Dia Internacional da Protecção Civil.

Este ano e em boa hora, algumas câmaras municipais, que saúdo amistosamente, tomaram a decisão de que este dia fosse devidamente comemorado em diversas parcelas do território nacional.

Com alegria, dado o interesse que nutro pela Protecção Civil, constato o grande empenho de alguns Municípios no que concerne a este capítulo. Atitude que demonstra bem o alto sentido das realidades que é apanágio dos respectivos autarcas.

Negar todo o percurso positivo percorrido pelas autarquias, no decorrer dos últimos 35 anos, seria uma injustiça imperdoável.

Tanto e tanto, com muita qualidade, tem sido feito, no sentido da concretização dum panorama de todo diferente das épocas passadas.

No entanto, na área específica da protecção civil, os resultados obtidos estarão aquém do desejável, salvo um ou outro caso, como os que acima registamos.

Protecção civil, uma actividade funcional multidisciplinar e plurissectorial que diz respeito a todas as estruturas da sociedade, responsabilizando cada um e todos os cidadãos, tem, necessariamente, que encontrar eco no sistema autárquico, base da vivência na polis que nos articula na civitas.

Desde a mais pequena freguesia, passando pela câmaras e congregando organizações, empresas e grupos de cidadãos, a protecção civil tem de germinar como árvore que floresce, no sentido de eliminar uma aridez que não podemos aceitar.

A concepção que, ainda hoje, se tem de Protecção Civil, e que não nos cansamos de referir, é a de uma organização incumbida de combater fogos e uma acção social que promove temporariamente alojamento a sinistrados e pouco mais.

Conceito incompleto ligado a cenários ultrapassados que conviria repensar.

Porém é na pedagogia junto das populações que, para além da distribuição de panfletos

LUSA

em que se recomendam comportamentos individuais para situações de emergência, se deverá criar uma cultura de Protecção Civil destinada para o grande público.

Tal cultura terá que ser abrangível a toda a população, destinatária das acções a implementar, sem esquecer que ela congregará as vítimas das eventuais catástrofes e das omissões que se possam vir a constatar.

Dada a transversalidade que caracteriza fortemente a Protecção Civil, logo se infere que a sua actuação não é de um mero serviço estatal burocrático e estático, antes um serviço comunitário de entreajuda vocacionado para situações de manifesta prevenção e actuações prévias a acções de emergência.

Abordando áreas tais como: Sociologia, Psicologia, Geologia, Tecnologias da Informação, Geomorfologia, Climatologia, Edafologia, Riscos Naturais, Espaços Agro-Florestais, Economia, Gestão do Território, Poluição, e tantos outros ramos do saber, a Protecção Civil terá, necessariamente, o ciclópico trabalho de coordenação de acções e a elaboração de planos de actuação previstos para os vários cenários previsíveis. Sejam eles de maior ou menor importância.

Do exposto se deduz que na actuação no terreno será indispensável, para além das forças armadas, bombeiros, polícias, hospitais, órgãos de comunicação social, associações cívicas e outras, a colaboração de elementos voluntários das variadíssimas ONG's existentes no país.

Naturalmente que esta colaboração requer prévios sistemas de treino e especialização que não se compadecem com aquele altruísmo emocional pouco esclarecido, o qual, muitas vezes, vem agravar situações e não minorá-las.

Esta emotividade não é desaproveitável, pelo que no nosso país, já hoje, não obstante as dificuldades muitas associações promovem cursos de sensibilização e adaptação dos voluntários às situações de emergência. Com assinalável êxito, diga-se de passagem.

Do historial que sucintamente fizemos do voluntariado, supomos que sobressai a ideia de dar o relevo necessário ao espírito de entrega e abnegação que constituem sua característica.

No entanto, sendo indispensável, tal pressuposto não chega. Há que investir na formação dos cidadãos para que, devidamente elucidados, sigam no sentido da tal cultura de Protecção Civil que vimos referindo.

O material humano demonstra a sua potencialidade, há que aproveitá-lo e desenvolvê-lo, racionalizando a generosidade. ■

OPINIÃO

A crise e os feriados

VASCO LOURENÇO

AFINAL A CRISE não é assim tão grande!

Se acabarmos com três dos treze feriados oficiais existentes em Portugal e juntarmos seis dos outros aos fins-de-semana, evitando possíveis "pontes", a crise está resolvida!

É esta, pelo menos aparentemente, a opinião de duas deputadas do PS que, segundo o que parece, terão obtido o apoio do seu grupo parlamentar e dos grupos do PSD e do CDS/PP, para a aprovação da sua iluminada iniciativa.

Não seria trágico, tudo não passaria de um pequeno "fait divers" se a situação do país não fosse, de facto, muito complicada e se não tivéssemos enormes problemas a resolver.

À primeira vista, direi mesmo que estamos perante uma manobra de diversão, muito comum entre nós, para nos desviarem a atenção dos verdadeiros problemas e da incapacidade que os responsáveis demonstram face à sua solução!

Dizem as promotoras da ideia, e pelos vistos os seus apoiantes, que sem "pontes", com menos feriados, a produtividade aumentará! Apontam mesmo valores para os custos de cada feriado e de cada "ponte".

Em meu entender, demagogia pura! A produtividade consegue-se se tivermos em consideração um variado número de factores.

Pois bem, neste caso aponta-se para um factor secundário, ainda que importante. É evidente que o número de horas de trabalho terá sempre importância no resultado da produtividade, mas não é o mais importante. Se assim não fosse, como explicar uma maior produtividade em países, onde as horas de trabalho anual são bem menores que as que vigoram em Portugal?

Talvez, porque aí existe uma organização melhor, uma maior capacidade dos empresários, dos patrões, uma melhor formação profissional dos mesmos. Só assim se compreende que os trabalhadores portugueses, inseridos nesses países, alcancem maior produtividade do que em Portugal.

Outro facto me parece, no entanto, fundamental: tal como em todas as outras actividades, um bom resultado, neste caso, uma boa produtividade só se consegue se os intervenientes, neste caso os trabalhadores, tiverem vontade de trabalhar, de produzir.

E, para que essa vontade exista, eles terão de estar convencidos de que não estão a trabalhar só para os outros, mas também estão a trabalhar para si.

E, como podem os trabalhadores portugueses ter vontade de produzir, quando sabem que a maioria do fruto do seu trabalho vai para o capital e não para eles próprios?

Pois é, criem condições de organização do trabalho, definam uma distribuição justa do seu rendimento, e vão ver que a produtividade aumenta exponencialmente!

Mas a questão dos feriados, comporta outros aspectos, que dizem directamente respeito à Associação 25 de Abril.

Desde logo, a proposta que o 25 de Abril possa ser comemorado a 23, 24, 26 ou 27!

Com o argumento, na voz de um vice-presidente do grupo parlamentar do PS, de que "se o que importa é comemorar a Liberdade, não importa o dia, pode ser a 23 ou a 27"!

Confesso não compreender como o PS continua a deixar-se representar por uma pessoa sobre a qual correm enormes acusações na Internet, sem que se tenha assistido a qualquer desmentido esclarecedor, com a agravante de, há pouco tempo, ter "gamado" os gravadores aos jornalistas a quem estava a prestar declarações, só porque estes lhe fizeram perguntas incómodas.

Para tomar atitudes, há que ter autoridade moral, o que não é de todo o caso…

Cuidado com os argumentos apontados, qualquer dia aparece a propor que a Liberdade se comemore a 28 de Maio!

É caso para plagiar Juan Carlos e dizer-lhe: "Porque não te calas?"

Mas, no que diz respeito ao 25 de Abril, é confrangedor ver a maioria dos partidos políticos dispostos a desrespeitar o dia fundador do estado democrático e de direito em Portugal! E ver o PS no conjunto desses partidos, confesso que me entristece profundamente!

Por mim, quero aqui declarar e lançar desde já um movimento: Se decidirem transferir o feriado do 25 de Abril para outro dia, considero-me com direito à insubordinação. Por isso proponho que se lance um movimento para comemorar – com manifestação popular – o Dia da Liberdade em 25 de Abril, seja feriado oficial, ou não!

E, como é evidente, não contem com a Associação 25 de Abril para participar em actos comemorativos oficiais…

Quanto ao resto da proposta, apenas dois aspectos. Propõe-se a manutenção do Natal no dia 25 de Dezembro, a que se deve juntar um novo feriado – o Dia da Família – a 26 de Dezembro.

Confesso não perceber as justificações: se se quer comemorar o dia do nascimento de Jesus Cristo, porquê o dia 25 de Dezembro e não o dia 23, 24, 26 ou 27 do mesmo mês? Pois se Ele até nem nasceu a 25 de Dezembro!

E se o Natal é, para a generalidade da população, o dia da família, porquê juntar-lhe outro dia, correndo o risco de uma "ponte" maior (veja-se o que acontece no caso do dia 25 ser a uma quarta-feira…).

No que se refere à questão das "pontes" e ao seu efeito pernicioso na produtividade, aposto que as promotoras da proposta apoiaram as decisões de tolerância de ponto, que constituíram autêntico escândalo, na recente visita do Papa a Portugal…

Por último, realce-se a autêntica anedota que constitui a proposta de acabar com o feriado do 5 de Outubro, no ano da comemoração dos 100 anos da República! Os monárquicos devem estar a rebolar-se de gozo, com o trabalho de duas prováveis agentes do rei! ■

António de Spínola

CONFESSO QUE HESITEI bastante antes de decidir escrever sobre Spínola. São conhecidas as minhas profundas divergências com o marechal do monóculo, fruto de uma vivência que começou na Guiné, onde servi sob as suas ordens, e se prolongou em Portugal, primeiro durante a conspiração, onde as relações foram amistosas, e depois durante o pós 25 de Abril.

A campanha de branqueamento da sua acção, por ocasião da passagem dos 100 anos do seu nascimento, impõe-me que me não cale.

Isto, porque a sua acção na construção de um Portugal verdadeiramente democrático foi bastante mais perniciosa que benéfica e de louvar.

Detentor de um projecto de poder pessoal, tentou impor, a todo o custo e contra tudo e todos, a sua versão desse Portugal verdadeiramente democrático.

Que, para ele, passava por ser uma democracia musculada, onde as liberdades eram condicionadas ao seu projecto e ao seu pensamento pessoal. Onde a questão colonial passava pelo seu projecto federativo, mesmo que ultrapassado e anquilosado, nos tempos em que o tentou impor.

Resultado, as guerras coloniais continuaram por mais algum tempo, com os movimentos de libertação a intensificar a ofensiva, tendo como consequência a existência de mais de quatrocentos mortos portugueses, entre o 25 de Abril e o cessar-fogo.

No que se refere ao plano interno, a sucessão de golpes falhados, que protagonizou através de um grupo determinado, teimoso e incompetente, provocou sempre reacções que nos levariam quase ao falhanço da instalação de um regime democrático, nos colocou à beira da guerra civil e provocou as únicas mortes durante o chamado PREC. Com efeito, mais que condenar os excessos dos comunistas e esquerdistas, há que condenar os golpes falhados dos spinolistas que proporcionaram sempre o chamado "salto qualitativo".

E, enquanto à esquerda se procurou sempre evitar a guerra civil, é sintomático e esclarecedor o facto de os seguidores de Spínola, através do MDLP e do ELP, tudo terem feito para iniciar a guerra civil, com a colocação de bombas, ataques e incêndios a sedes de partidos políticos, etc.

Gorados os seus intentos, depois de mais um golpe falhado, Spínola não hesitaria em fugir do país e conspirar contra Portugal, no estrangeiro.

Teve virtudes? É um facto, mas os defeitos suplantavam-nas, claramente!

Por isso, acredito que, por mais ruas a que ponham o seu nome, por mais estátuas que lhe façam, por mais exposições ou livros que organizem ou escrevam, não conseguirão apagar a sua acção francamente negativa em Portugal, nos anos de 1974 a 1976. ■

V.L.

O mar... esse desígnio português!

NAS COMEMORAÇÕES OFICIAIS do 25 de Abril, na Assembleia da República, fomos brindados, desta vez, com uma intervenção do senhor Presidente da República, onde nos tentou convencer que a solução da nossa crise está no aproveitamento do mar, dos seus enormes recursos. (Já no meu tempo de juventude, ouvia dizer que "Portugal é um país de marinheiros". Isto é, o nosso desígnio sempre foi o mar...)

Ao ouvi-lo, dei por mim a pensar: mas não foi a mesma pessoa que, como primeiro-ministro destruiu por completo toda a nossa frota pesqueira e toda a nossa capacidade de transporte marítimo? Não foi ele que, assumindo-se então como "bom aluno", deu de barato dois anos de avanço, conseguindo que essa desactivação, eu diria destruição, se consumasse precisamente dois anos antes do prazo definido pela Comunidade Europeia?

Ou será que sonhei, e estou enganado?

E onde estão os muitos milhões que vieram, então, para colmatar essa destruição, como também a da agricultura?

Onde estão a responsabilização e a condenação dos autores principais dessas políticas?

Se procurarmos bem, acabamos por encontrá-los, não nas prisões, mas nas listas dos condecorados no 10 de Junho...!

V.L.

OPINIÃO

A César o que é de César

ESTÁ MUITO NA ORDEM do dia a discussão de um maior ou menor envolvimento das Forças Armadas na segurança do país.

Há muito que se discute se deve ou não manter-se uma separação entre o que se considera Defesa Nacional e o que deve ser visto como Segurança Nacional. São vários os especialistas que, depois da definição há muitos anos aceite, e bem, de que a Defesa Militar é apenas uma das componentes da Defesa Nacional, vêm defendendo o conceito de que à Defesa Nacional se deve sobrepor a Segurança Nacional. Defendem isso como natural, num mundo onde as fronteiras se abriram e se confundem ameaças externas com ameaças internas.

Muito naturalmente, as Forças Armadas deixaram de ser vistas como força responsável para fazer face à ameaça externa e, cada vez mais, têm sido encaradas como parte da solução para responder à ameaça interna.

Aqui, recordo uma conferência feita por um general suíço, em 1977, onde, confrontado com o perigo de "ao entregar-se armas à população, podemos estar a entregar armas ao inimigo", reagiu dizendo: "Mas, se a população se não quiser defender, vamos defender-nos de quem? Afinal, quem é o inimigo?"

Pois é, habituado a considerar as Forças Armadas como recurso último da soberania das nações, tem-me custado assistir à sua destruição, à sua transformação em grupo armado, submisso e não apenas subordinado, aos temporários detentores do poder.

Oxalá não assista à sua transformação em instrumento de perpetuação no poder, por um qualquer que o atinja segundo as regras democráticas. E, em situações de crise, como a que vivemos, os perigos de isso acontecer são bem maiores… E isso pode conseguir-se através da menorização da sua importância, do seu poder, face a outras forças.

Sim, eu sei que o fim do serviço militar obrigatório já descaracterizou as nossas Forças Armadas. Sei que dificilmente elas poderão, hoje, ser vistas como o "espelho da Nação"! Mas temo que o seu envolvimento na segurança interna, no dia a dia e não apenas em situações extremas, venha a descaracterizá-las ainda mais e a abrir a porta para a sua extinção. O que, face a algumas vozes que começam a fazer-se ouvir, até não constituiria surpresa de maior. Como alguns dizem, é caro, não temos ameaças externas, se as houver os nossos amigos defendem-nos! Confesso que, por mim, não gostaria de assistir a situações semelhantes às que se viveram em Portugal, quando os ingleses nos vieram defender dos franceses.

LUSA

Continuo a ser adepto da máxima "meu Deus, defendei-me dos meus amigos, que dos inimigos trato eu…!" Por isso, estou preocupado com a corrida que se verifica, inclusivamente por parte de alguns militares, à defesa da necessidade de envolvimento maior das Forças Armadas na Segurança Interna. ■

V.L.

Abril - Hoje

Abril
é hoje
esta sombra que nos foge
por trás de foscas vidraças
algo em nós que se descobre
mas que é manto que nos cobre
num espanto
de mordaças

Abril
é hoje
esse jeito de trazer preso no peito
desencantos sem esperança
algo em nós que abandonámos
sob um manto de promessa
entre mágoas desenganos
e canções
feitas à pressa

mas Abril
é hoje
sim
porque Abril te quero assim
sempre num cravo a florir

num peito aberto à loucura
num grito feito aventura
esse o Abril
da lonjura
futuro mais que perfeito
esse o Abril
hoje feito
Abril que se há-de cumprir.

Jorge Castro

36 anos

Faz hoje trinta e seis anos
Que em Abril versos'crevi
Em que acordei dos enganos
Que, jovens anos, sofri

Em Évora, decididos
Trinta jovens, dois canhões
Deram vida, destemidos
Como os Heróis de Camões

Guarda, Quartel General,
Fachos, pides, legião,
Ruíram no temporal,
Do clímax da nossa acção!

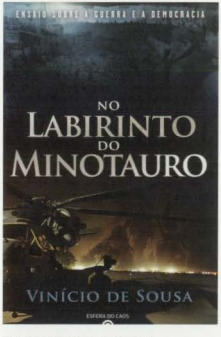
E o Alentejo suado
Em cada espiga imortal
Contribui, determinado
Pra libertar Portugal!

E, com cravos cor de sangue
Os homens de Abril e o povo
Do velho País exangue,
Fizeram um País Novo!

Nesta data, envelhecido
Rico de vivências mil,
Continuo convencido,
Da nobre causa de ABRIL

Vasco de Almeida Santos

LIVROS



PEDRO PEZARAT CORREIA

É COM MUITO GOSTO que *O Referencial* traz ao conhecimento dos seus leitores mais um livro de um seu associado publicado pela Esfera do Caos e que o Autor teve a atenção de oferecer à A25A. E podemos anunciar que estamos perante uma excelente obra, um ensaio sobre o poder e sobre a expressão paroxísmica do poder que é a guerra. A guerra, "aquele monstro" segundo o padre António Vieira e, segundo Vinício de Sousa, o "Minotauro", ávido de sangue e prisioneiro no labirinto de uma sociedade que não consegue (ou não quer) encontrar forma de o liquidar, ou descobrir o percurso da sua própria saída para a Paz e a Liberdade.

O Autor analisa as diferentes perspectivas das causas da conflitualidade, política, liberal, étnica e nacionalista, cultural e civilizacional, classista e sistémica. Conflitualidade que é uma das formas que pode assumir a rivalidade política – a outra é a mera competição –, na luta pela conquista e manutenção do poder que constitui, afinal, a principal finalidade da vida política. Essa conflitualidade política pode assumir diferentes graus de intensidade e, no seu limite, levar à guerra.

Por isso, no segundo e último capítulo, reflecte sobre a guerra, fenómeno violento exclusivo do ser humano, único que utiliza conscientemente a violência organizada para fins que podem não ter a ver com a sobrevivência. A guerra, porque é racional, é uma actividade reservada ao único ser que usa a razão como fonte das suas decisões, o ser humano. E ainda que, no futuro, as guerras venham a ser travadas entre *robots*, estes serão construídos pelo homem e com essa finalidade. Como escreve Vinício de Sousa citando Gwinn Dyer, *a guerra é uma invenção do homem* e é por isso que tem sentido caminhar para a sua eliminação. Mas a guerra não é inerente à condição biológica do homem, é invenção do homem enquanto ser social, é um fenómeno social, porque a própria sociedade humana contém em si os germens da violência. E além de ser um fenómeno social é a expressão de uma violência legal organizada ao serviço de um interesse público.[1] O Autor vai, metodicamente, da reflexão sobre as teorias das raízes da guerra (biológicas, psicológicas e sociais), até à reflexão sobre os aspectos da guerra (normativos, económicos e políticos), para concluir que *a guerra deve ser considerada como um facto social total*.

O livro, enquanto obra literária, tem a marca académica da tese de doutoramento de que é parte, isto é, o cruza metódica e criteriosamente uma riquíssima bibliografia com que o Autor sustenta e fundamenta a sua reflexão. Enfim, um óptimo contributo para quem gosta de mergulhar nos meandros da ciência política e da polemologia.

O autor Vinício de Sousa é coronel do Exército, reformado, genuíno militar de Abril se bem que os labirintos da vida não lhe tenham permitido participar pessoalmente no 25 de Abril. Do meu curso da Escola do Exército entrado em 1950 e terminado o tirocínio em 1954, depois de uma comissão na Índia estávamos ambos no RI 1 em 1958 e, perante o "terramoto Delgado", não tivemos dificuldade em constatar que já aí nos encontrávamos do mesmo lado. Depois de mais algumas comissões juntámo-nos no IAEM na frequência do Curso de Promoção a Oficial Superior em 1968-69, onde partilhámos o mesmo quarto. Foram então longas e intensas as nossas conversas sobre a política e a guerra e a urgência da mudança. Terminado o curso, novamente mobilizados, o Vinício considerou que era altura de dizer "basta". Não foi surpresa para mim quando soube que fora para Paris e não tencionava regressar. Voltou depois do 25 de Abril, obviamente inserido de alma e coração no MFA. Reintegrado como major ainda foi mobilizado para Timor onde deveria ser chefe do estado-maior de uma brigada a constituir. Embarcou via Austrália mas entretanto deu-se a invasão indonésia, a brigada nunca se concretizou e Vinício de Sousa nunca chegou a pisar Timor. Depois do 25 de Novembro não deixou de pagar o preço da ousadia do seu gesto em que denunciava a ditadura e recusava a guerra. Foi sucessivamente preterido na promoção a tenente-coronel até que decidiu passar à reserva. Só recentemente, já na reforma, com a revisão das carreiras, lhe foi feita a justiça da promoção a coronel.

Este livro é produto intelectual do somatório da sua carreira militar e do seu percurso académico, licenciatura em Ciências Sociais e Políticas pelo ISCSP em 1968, mestrado em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa, doutoramento em Teoria Política pela Universidade Nova de Lisboa. Registe-se ainda que já em 1975 publicara, com chancela da Editora Arcádia, um excelente ensaio, *Racismo opressão dos povos*, que deixava antever uma fecunda produção literária. *No labirinto do Minotauro* vem confirmar essa promessa e justifica que aguardemos com expectativa o que está para vir.

[1] *Hoje, com a chamada revolução nos assuntos militares (RAM), tende-se a classificar como guerra a utilização da violência em benefício de interesses privados.*

FALCÃO DE CAMPOS

O NOSSO ASSOCIADO António Brotas, professor Jubilado do IST, escreveu recentemente um interessante livro sobre alguns assuntos da Física Teórica a que se dedicou durante a sua longa carreira de professor e de investigador, cujo título, "Relatividade e Física Clássica: continuidade e ruptura", é o do primeiro dos sete capítulos que compõem a obra.

O autor, ao contrário de um Bertrand Russell, que conseguiu explicar a leigos o ABC das teorias da relatividade quase sem recorrer a fórmulas, não hesita em intercalar no seu texto abundante formulação matemática que pode afugentar à primeira vista a maioria dos eventuais leitores. A razão é que o professor António Brotas, que diz não ser este um livro de Física, mas um livro em que se fala de Física, escreveu este livro para ser lido pelos seus pares, pelos professores e estudiosos da Física Teórica, o que nos dificulta a tarefa de recomendar à maioria dos leitores de *O Referencial* a sua leitura, como é da tradição nesta coluna. Aos que tiverem essa ousadia não escapará certamente o humor amargo que impregna toda a obra, de que o melhor exemplo é o seu capítulo 3.

Não se pode deixar de comentar nestas páginas de *O Referencial*, com alguma mágoa, a circunstância de o professor António Brotas ter sido mais uma das vítimas da tacanhez do regime salazarista, que o levou a exilar-se e a estudar e leccionar em três continentes, não lhe garantindo

a tranquilidade e a estabilidade tão necessárias para quem se dedica ao ensino e à investigação da Física Teórica. Perdeu o país durante largos anos o contributo importante da sua fértil imaginação para o desenvolvimento da ciência em Portugal.

Resta-nos agradecer ao autor a oferta de um exemplar à Biblioteca da A25A, que se encontra à disposição dos nossos associados.

«Desenhos Humorísticos Militares» de Vicente da Silva

O REFERENCIAL TEM MUITO GOSTO em assinalar e trazer ao conhecimento dos seus leitores a edição, por iniciativa da Liga dos Combatentes, do livro *Desenhos humorísticos militares*, que reproduz parte da imensa obra artística do nosso associado coronel Luís Vicente da Silva, que durante muitos anos vem enriquecendo as suas páginas com os seus certeiros e inconfundíveis *cartoons*.

O livro surge na sequência da exposição que a Liga dos Combatentes teve patente no Museu do Combatente no Forte do Bom Sucesso (onde esteve instalada a primeira sede da A25A) no ano de 2009, cuja parte mais substancial consistia na série de *cartoons* que Vicente da Silva publicou no *Jornal do Exército* entre 1960 e 1970 e a que o próprio chama "Desenhos com História", que retratavam a vida dos militares nas mais diversas situações de campanha. Mas a exposição, para a qual a A25A recebeu o respectivo convite, integrava também muitos dos *cartoons* produzidos expressamente para *O Referencial*, que não constam desta publicação mas que, incluídos na sua obra posterior ao 25 de Abril, poderão vir a ser objecto de publicação futura.

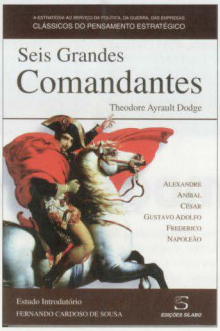
A série sobre a vida dos militares em campanha, obra única, que identifica o autor e que *O Referencial* reproduziu regularmente durante algum tempo, tem também o sinal do seu posicionamento cívico pois, como o próprio Vicente da Silva salienta no texto introdutório (p. 9), os protagonistas são (…) *os sem história, as centenas de milhar de praças que actuaram na guerra colonial, aqui representados como os principais actores* (…), sendo que entende os seus *cartoons* como uma (…) *sátira aos poderosos, a anedota, a insubordinação e até por vezes a luta de classes* (…) *um dever de cidadania democrática dever este incompreendido naquela altura.*

A tenente Helena Maciel, que com o coronel Travassos Fernandes coordenou a publicação, salienta na apresentação (p. 11) que *Vicente da Silva é o porta-voz de uma história com uma narrativa divertida, irónica e distinta, dentro da História da Guerra* (…) *simples no desenho mas fortíssima na carga ideológica.*

E o general Chito Rodrigues, presidente da Liga dos Combatentes, destacou no Prefácio (p. 5) que *a intuição e a arte ao serviço da inteligência e da coragem que o espírito cívico exige, permitiram ao coronel Vicente da Silva transmitir ao papel e às telas, durante toda a vida, as suas sínteses de sentimentos e conhecimentos profundos da coisa militar e da coisa política, com o fino tratamento do humor.*

O livro inclui ainda uma biografia do autor e a referência às 31 exposições (onze individuais e vinte colectivas) em Portugal e no estrangeiro, em que a sua obra pôde ser apreciada pelo público.

Felicitamos o nosso colaborador e sócio fundador da A25A Luís Vicente da Silva por esta justa consagração da sua obra e fazemos votos para que continue a privilegiar-nos com o produto da sua fecunda criatividade. **P.P.C.**



DAS EDIÇÕES SÍLABO recebemos mais um excelente livro da sua conceituada série "Clássicos do Pensamento Estratégico", *Seis grandes comandantes*, dedicado às figuras que o autor, Theodore Ayrault Dodge, elegeu como os maiores generais da História, Alexandre, Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Frederico e Napoleão. Note-se que a sua edição original data de 1889.

Sobre o livro, nada melhor do que registar as palavras com que o nosso associado Fernando Cardoso de Sousa, militar e doutor em psicologia, encerra o seu excelente Estudo Introdutório:

Conforme refere o autor, todos estes generais possuíram uma alma e um intelecto notáveis mas também surgiram na oportunidade certa. Talvez que, noutras circunstâncias, se tivessem visto arredados para um plano secundário (…) Talvez como muitos outros génios, foram eles que estiveram na origem de muitas das inovações que venceram as batalhas e se tornaram em objectos de estudo, nos equipamentos, no dispositivo e manobra das forças, e mesmo na política. Apesar de serem estudiosos das obras sobre estratégia e história militar, não copiaram nenhuma solução anterior e constituíram-se eles próprios em objectos de estudo profundo, como neste livro.

Todos eles demonstraram uma capacidade oratória invulgar, com discursos arrebatadores que movimentaram multidões mas que souberam, também, manter o silêncio e o isolamento da grandeza, a grande "miséria dos homens superiores", que lhes permitiu tomar decisões altamente ponderadas.

Todos foram grandes e distintos entre si, tornando difícil tecer uma hierarquia de méritos. Mesmo assim, Dodge considera-os a todos como soldados, estadistas e legisladores, citando os nomes de Napoleão e César como os maiores, que se afundaram devido aos seus motivos e ambições, perdendo na comparação com o esplêndido e leal Alexandre; o paciente, corajoso e sempre constante Aníbal; o herói cristão, Gustavo; e o ousado, obstinado e real Frederico. Todos, tiveram uma boa estrela a persegui-los, de tal forma que os próprios se espantaram com a sorte (ou o azar do inimigo) que, muitas vezes, lhes sorriu, sobretudo quando cometeram erros que lhes poderiam ter custado caro.

Todos, finalmente, foram mestres na arte da guerra; aqueles que, como no dizer de Napoleão, percebem as intenções do inimigo; adivinham a sua opinião sobre as nossas forças; sabem esconder dele as intenções e opinião; conseguem enganá-lo com manobras simuladas; recorrem à astúcia e a esquemas experimentados, assim como só travam combate quando dispõem das melhores condições."

O autor, Theodore Ayrault Dodge (1842-1909), conforme nota biográfica na contra-capa, foi oficial norte-americano e historiador militar. Nasceu em Pittsfield, Massachusetts, tendo recebido educação militar em Berlim e estudado na Universidade de Londres e na Universidade de Heidelberg. Ingressou no Exército da União em 1861 como soldado raso e serviu nos Serviços de Voluntariado ao longo de toda a hierarquia do regimento. Foi ferido três vezes e perdeu a sua perna direita na Batalha de Gettysburg. Foi nomeado para o Exército Regular em 1866 e serviu no Departamento de Guerra, de 1864 até 1870, ano da sua reserva. Fez de Paris o seu lar, e aí faleceu em 1909. Considerado um dos melhores historiadores militares norte-americanos do séc. XIX, a sua obra mais importante, foi *History of the art of war: Alexander, Hannibal, Caesar, Gustavus Adolphus, Napoleon* (12 volumes).

Uma obra a não perder para quem gosta de História Militar. ■

P.P.C.

ADEUS A SARAMAGO

LUSA

Grande emoção em Lisboa

FOI NUM AMBIENTE de grande emoção que centenas de pessoas se juntaram no adeus a José Saramago, nos Paços do Concelho de Lisboa, dia 20 de Junho. No Salão Nobre, onde o escritor repousava em câmara ardente, decorreu a última homenagem ao Nobel da Literatura, entre bandeiras, cravos vermelhos e coroas de flores.

Ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, acompanhado de membros da vereação, e perante familiares e amigos do escritor, juntaram-se na despedida a José Saramago, o primeiro ministro José Sócrates, a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, a vice-presidente do governo espanhol, Maria Teresa Fernandez de La Vega – em representação do presidente do governo espanhol, José Luís Zapatero –, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Jerónimo de Sousa, em representação da Fundação José Saramago, Carlos Reis, e os antigos Presidentes da República, Ramalho Eanes e Mário Soares, entre outras altas individualidades.

António Costa deu início à cerimónia, com sentidas palavras: "Recebemos hoje aqui, mais uma vez, José Saramago, cidadão do mundo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho". O autor regressa assim à cidade onde trabalhou e escreveu, onde presidiu à Assembleia Municipal de Lisboa, e onde sediou a fundação a que deu o seu nome e que ficará instalada, como era seu desejo, na Casa dos Bicos. Segundo o autarca, Lisboa foi, não só o cenário de muitas das suas obras, mas também um dos personagens "mais queridos e aquele a que dedicou mais amor".

O presidente da autarquia informou ainda que as cinzas de José Saramago descansarão na cidade de Lisboa "mas a sua obra é património de toda a humanidade, e a sua mensagem, o seu desassossego, continuarão a desinquietar todos os que o lerem".

O professor Carlos Reis, em representação da Fundação José Saramago, recordou o escritor como alguém "que soube ser uma personalidade em quem uma cultura se identifica, em quem uma literatura se ilustra e em que um idioma se singulariza", deixando um legado "inestimável e precioso, fruto do milagre que a literatura e as suas palavras favoreceram, nas histórias que contou, nos poemas que escreveu e no Teatro que construiu".

"A morte de José Saramago deixou o povo português de luto", disse Jerónimo de Sousa, na sua despedida ao escritor. A sua obra contribuiu para "restituir a história àqueles que são ignorados muitas vezes pela historiografia oficial" e a sua vasta e singular obra literária deu à língua portuguesa e a todos os povos que a falam um Prémio Nobel, com tudo o que ele significou de reconhecimento internacional, um pouco por todo o mundo, transformando-se num embaixador da língua e cultura portuguesas.

Na sua intervenção, Maria Teresa Fernandez de La Vega transmitiu o grande pesar do governo e povo de Espanha pela perda de José Saramago, "deixando-nos órfãos da sua figura tão querida e das suas palavras reconfortantes". Para a representante do governo espanhol, José Saramago foi uma pessoa "extraordinariamente querida e um escritor muito admirado", além de um "homem raro, que soube tocar as cordas da alma, recordando-nos que podemos e devemos ter grandes sonhos".

Por seu lado, Gabriela Canavilhas, lembrou José Saramago como "uma voz lúcida, inconformada, firme e insubmissa" na luta pela liberdade dos homens, que usava a sua escrita como reflexão sobre as grandes causas da humanidade, "fazendo pensar os destinatários e incomodando as consciências". Para a ministra, parte da grande receptividade das suas obras, que o Nobel cimentou e glorificou, deve-se ao

LUSA

carácter humanista e à esperança que a sua obra impõe ao homem. Deixa a Fundação José Saramago, que tem como principais objectivos, a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência do cumprimento da carta dos direitos humanos e o cuidado com o meio ambiente. "Portugal orgulha-se do escritor e engrandece-se com a sua obra".

No final da cerimónia, a violoncelista Irene Lima emocionou os presentes com a intepretação de duas peças: "Sarabanda da Segunda Suite em ré menor" de Bach " e "O Canto dos Pássaros" de Jordi Savall.

Dos Paços do Concelho, o corpo de José Saramago seguiu em cortejo fúnebre para o Cemitério do Alto de São João, onde centenas de pessoas o aguardavam para um último adeus.

"Obrigado, José Saramago".

O corpo do escritor José Saramago esteve em câmara ardente, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, desde o dia 18 de Junho, onde acorreram milhares de pessoas no último adeus ao Prémio Nobel, distinguido em 1998 e que projectou Portugal internacionalmente. ■

Texto inscrito no site da Câmara Municipal de Lisboa, em www.cm-lisboa.pt/?idc=88xidi=53006

ADEUS A SARAMAGO

O escritor como mestre

CARLOS REIS

AS PALAVRAS QUE AQUI VOS TRAGO são minhas e são de muitos. As palavras a que neste acto dou voz emocionada prolongam, por certo, o que incontáveis leitores, amigos e admiradores de um grande escritor português chamado José Saramago por todo o mundo têm sentido, desde que se apagou a chama de quem a deu a personagens, a versos e a gestos tão humanos como só as ficções sabem fazê-los. Não são, pois, palavras só minhas as que aqui digo. E sei bem que, falecendo em mim engenho para mais, não cabe nelas tudo quanto tem de ser dito num dia como este. Por isso, peço ajuda a um título de José Saramago, para logo lembrar muito daquilo que o escritor nos deixa: "De como a personagem foi mestre e o autor seu aprendiz", anunciou Saramago em Estocolmo, no dia 7 de Dezembro de 1998. Retomo a expressão de humildade e lucidez e, com a permissão do escritor sempre presente, reinvento-a: "De como o escritor foi mestre e o leitor seu aprendiz".

Assim é. Temos sido, sempre seremos discípulos do homem escritor que um dia ajudou um avô chamado Jerónimo nas andanças de pastor, com ele cavou a terra do quintal, cortou a lenha para o lume, fez subir água do poço comunitário. E esse o princípio de uma história que verdadeiramente não termina hoje. Mas é bem verdade que foi daquele começo singelo que José Saramago partiu para enfrentar um desafio de *impossibilidades* várias que o trabalho, o talento e os acasos da vida modelaram num trajecto literário que continua para além deste dia e dos que depois virão.

Muitos e longos caminhos foi preciso andar para que o quase estigma de quem andou descalço até aos 14 anos se volvesse num tal percurso literário. É a esse percurso e ao que dele recebemos que hoje, como eternos aprendizes do mestre inesquecível, pagamos o tributo comovido de uma despedida também ela *impossível*. Porque soube ser uma personalidade em quem uma cultura se identifica, em quem uma literatura se ilustra e em quem um idioma se singulariza, José Saramago não parte "ligero de equipaje", como o grande poeta que um dia se foi, tragicamente ignorado pela ingratidão dos homens. De José Saramago fica-nos um legado inestimável e precioso, fruto do milagre que a literatura e as suas palavras favoreceram: a água que a criança de pé descalço fazia subir do poço transmutou-se, fluiu no longo rio de muitos relatos e desaguou, sempre viva e sempre cristalina, nas histórias que o escritor nos contou, nos poemas que escreveu, no teatro que construiu. E assim, com José Saramago e de José Saramago recebemos a herança de uma memória longínqua e contudo para sempre presente: a das noites da infância, cujo negrume só a magia do contador de histórias conseguia rasgar. Disse-o José Saramago, sempre evocando o profundo saber do avô Jerónimo: "Enquanto o sono não chegava, a noite povoava-se com as histórias e os casos que o meu avô ia contando: lendas, aparições, assombros, episódios singulares, mortes antigas, zaragatas de pau e pedra, palavras de antepassados, um incansável rumor de memórias que me mantinha desperto, ao mesmo tempo que suavemente me acalentava" (p. 12).

Desse "rumor de memórias" viveu e viverá a literatura de um grande escritor, acrescentando-se a ela uma aguda e inquieta auto-consciência do trabalho da escrita literária e da ética que a sustenta. Justamente: o primeiro romance em que José Saramago se fez romancista duradouro, *Manual de Pintura e Caligrafia* de seu nome, foi sobretudo uma tentativa em torno da escrita e da representação; antevia-se nele o que o escritor depois haveria de descobrir, de novo em contexto ficcional, e que assim se disse, n'*A Jangada de Pedra*: "Dificílimo acto é o de escrever, responsabilidade das maiores".

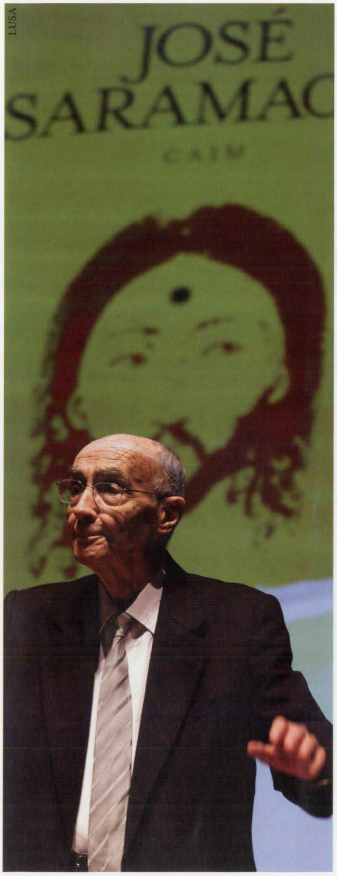
José Saramago aprendeu a ser escritor cultivando o "dificílimo acto de escrever" que de outros herdou. Para que assim pudesse ser, muitas e singulares coisas aconteceram na história pessoal de José Saramago, uma história de *impossibilidades* outras, anteriores ainda às da ficção. Foi ele quem o disse no discurso de Estocolmo, sem todavia tudo revelar. Disse da sua infância, dos avós que o criaram, dos livros que leu e também de uma certa linhagem familiar em que o escritor galardoado com o prémio Nobel sempre se apoiou e reviu: "Um avô berbere, vindo do Norte de África, um outro avô pastor de porcos, uma avó maravilhosamente bela, uns pais graves e formosos, uma flor no retrato – que outra genealogia pode importar-me? a que melhor árvore me encostaria?" (p. 16).

A genealogia de Saramago não é apenas a da família que o honra por ter sido ela quem foi, pois que àquela veio juntar-se um outro movimento de descendência, desenvolvida nos ramos de uma frondosa árvore literária. Expressa ou tacitamente, visivelmente ou de forma sinuosa, José Saramago e a sua literatura entroncam no Padre António Vieira cultor da metáfora, da parábola exemplar e da tensa dialéctica argumentativa; em Montaigne e na vocação sentenciosa e reflexiva de quem ensaia para devassar o desconhecido; em Garrett e na sua inovadora língua literária; em Raul Brandão e no discurso que vai da narrativa à intuição lírica e à indagação especulativa; em todos estes e também, por diversas formas, em Camões, em Fernando Pessoa, em Almada Negreiros e em Kafka. Em diálogo com todos e com cada um deles enunciou José Saramago as "obscuras verdades da competição e da contaminação" de que falou Harold Bloom, o mesmo renomado crítico que em *Genius: A Mosaic of One Hundred Exemplary Creative Minds* disse do autor do *Memorial do Convento*: é "o mais talentoso romancista vivo nos dias de hoje". Um mestre, acentuou ainda Bloom.

Um mestre que aprendeu a sê-lo, acrescento agora. E volto à aprendizagem. Naquele discurso de Estocolmo que já mencionei, leio, em certo momento, a mais densa homenagem que um escritor pode fazer à literatura e aos que crêem no seu poder libertador: aprender com ela, ser criatura desses que ele mesmo criou. "A pessoa em que hoje me reconheço", declarou José Saramago, é "criador dessas personagens, mas, ao mesmo tempo, criatura delas" (p. 17). E mais: são esses os "mestres de vida, os que mais intensamente me ensinaram o duro ofício de viver, essas dezenas de personagens de romance e de teatro que neste momento vejo desfilar diante dos meus olhos, esses homens e essas mulheres feitos de papel e de tinta, essa gente que eu acreditava ir guiando de acordo com as minhas conveniências de narrador e obedecendo à minha vontade de autor" (p. 18).

Por isso as convoco eu neste dia e nesta hora, como fascinantes seres de papel que vivem a perenidade de uma existência que transcende a do escritor. "Amigos e conhecidos que nunca existiram", disse Fernando Pessoa num texto famoso sobre os seus heterónimos, "mas que ainda hoje [...] oiço, sinto, vejo." E para que dúvidas não ficassem, o genial poeta reforçou: "Oiço, sinto, vejo... E tenho saudades deles."

Das personagens de José Saramago, magistral inventor de ficções que ecoam no quotidiano palpável das nossas vidas, bem podemos dizer o mesmo. Todas são, por fim, mestres do escritor e nossos mestres, sempre que nas suas acções, nos seus rostos e nas suas palavras reencontramos a sabedoria de homens e de mulheres legitimados pela autonomia e pela *incondicional possibilidade* que a ficção lhes confere; homens e mulheres chamados Baltasar e Blimunda, Ricardo Reis e Bartolomeu Lourenço, Raimundo Silva e José, Maria Sara e Oriana, Lídia e Maria de Magdala, Joana Carda e Cipriano Algor, o elefante Salomão e o seu cornaca, Tertuliano Máximo Afonso e António Claro, sua cópia exacta e *duplicada* – ou vice-versa. E mesmo quando o nome não está lá – como em *Ensaio sobre a Cegueira* e em *Ensaio sobre a Lucidez* – é a sua omissão, como falso anonimato, que alegoricamente projecta os homens e as mulheres da ficção sobre o mundo real em que revemos dramas e conflitos ficcionais identificados como nossos e porventura com os nossos nomes. Citando um título conhecido: identificados com *Todos os Nomes* que no nosso mundo se encontram; ou ainda, lembrando palavras do escritor, no discurso de Estocolmo: "Não escritos, todos os nossos nomes estão lá" (p. 33).



LUSA

São estas figuras e outras mais (sem esquecer um cão chamado Constante), com nome inscrito ou sem ele, que nos provocam (*provocare*: chamar para fora), ao mesmo tempo que nos propõem sentidos que os transcendem e que nos transcendem, sob o signo do poder subversivo da linguagem. É esse poder que José Saramago invoca, quando um minúsculo e redondo vocábulo – um simples *não* – suscita a reconstrução histórica de um universo afinal fragilizado por esse poder subversivo; e é ainda em clave de subversão que o romancista enuncia a alegoria da fractura e da deriva, engenhosa indagação ficcional do destino ibérico; ou a metáfora do regresso e do reencontro com a pátria, sentidos camonianos mas também, à sua maneira, pessoanos; ou a imagem do colectivo e do seu poder redentor, no termo de um processo histórico que conduz à libertação dos *levantados do chão*; ou a imagem da construção e a sugestão ascencional que a confirma, quando se ergue o convento que a vontade real idealizara, ao mesmo tempo que a passarola voa; ou a representação da cegueira colectiva em que se surpreende uma condição humana degradada na repulsiva violência do seu egoísmo. Isso tudo e também o árduo trajecto da existência humana, a dissolução da identidade, a contestação da ortodoxia religiosa, a celebração da rebeldia, a revisão da palavra bíblica, a questionação da culpa ou a denúncia da arbitrariedade divina.

Também por isso, na vida literária como na vida pública em que ela se inscreveu, José Saramago jamais deixou de interrogar os outros e de interpelar verdades estabelecidas e instituições dominantes. O que levou a que um grande escritor sempre tivesse recusado a acomodação no conforto da fama e nos enleios da celebridade? Resposta clara: uma constante e militante vocação para desassossegar imagens feitas, representações cristalizadas e mitos aparentemente inatacáveis. Assim foi ao longo de décadas, sempre que para Saramago estiveram em causa figuras históricas, poderes públicos, religiões e suas contradições, derivas políticas ou episódios do nosso destino colectivo. É isso que é próprio dos grandes escritores e também neste plano ele soube sê-lo, consciente como sempre esteve de que a literatura existe para afirmar, de forma variavelmente expressiva, o princípio da subversão da norma, da *doxa* e da verdade em que se crê cegamente. A ordem que a rege é, por paradoxal que pareça, o constante movimento que aponta para a sua derrogação. E isto sabendo-se bem que da heterodoxia à heresia vai um passo curto que os escritores e os artistas não raro foram acusados de dar, muitas vezes pagando por isso um preço alto. Quando emerge uma tal acusação, entramos irremediavelmente no terreno da moral. Fora dele está a literatura – e, de forma às vezes provocatória, a grande literatura. Foi esse lugar heterodoxo o espaço que José Saramago habitou.

É deste grande romancista que hoje nos despedimos. Romancista e também poeta, dramaturgo, ensaísta, diarista, contador de viagens e o mais que nele iremos descobrindo e redescobrindo, sempre que os seus textos confirmarem, no mágico e íntimo momento de cada leitura, a sua presença viva entre nós: pelas figuras a que deu vida, pelas imagens que traçou, pelas histórias de amor que nos confiou, pelas conquistas de que fez crónica ficcionada, pelos mundos que nos seus romances construiu, pelos mitos que questionou. Por isso mesmo, é esta uma despedida sem adeus. De José Saramago fica connosco uma literatura que é fermento de eternidade, essa mesma eternidade que só a arte garante, acima e para além de todas as fragilidades da vida. Por isso podemos hoje afirmar acerca de José Saramago o que no seu tempo Eça de Queiróis disse da grande arte, da grande literatura e dos seus intérpretes: "A arte é tudo – tudo o resto é nada. Só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo." E bem sabendo que " tudo é efémero e oco nas sociedades – sobretudo o que nelas mais nos deslumbra", Eça acrescentou a propósito de Shakespeare o que agora digo de José Saramago: "Está vivo de uma vida melhor, porque o seu espírito fulge com um sereno e contínuo esplendor, sem que o perturbem mais as humilhantes misérias da carne!" ■

ADEUS A SARAMAGO

Elogio do Governo português

GABRIELA CAVAVILHAS *

ERA UMA VEZ UM REI que fez promessas de levantar um convento em Mafra, um soldado maneta, uma mulher que tinha poderes, e um padre que queria voar numa Passarola e que morreu doido;

Era uma vez Jesus, que disse a Maria Magdalena – "quero estar onde a minha sombra estiver, se lá é que estiverem os teus olhos";

Era uma vez um cão que lambeu as lágrimas a uma mulher desesperada num mundo de cegos, desejando também cegar para ser poupada aos horrores que a vista lhe trazia;

Era uma vez a morte, que tinha um plano e que o cumpriu – abraçou-se ao homem sem que ele compreendesse o que lhe estava a suceder, e ela, a morte, que nunca dormia, deixou descair suavemente as pálpebras enquanto adormecia; no dia seguinte, ninguém morreu;

Era uma vez um homem que, quando morreu, partiram duas pessoas: saiu ele, de mão dada com a criança que foi – tal como o próprio José Saramago previu, nas suas próprias palavras.

Era uma vez e tantas outras vezes, o respeito à terra e aos homens, a luta contra as injustiças, a defesa dos direitos humanos, a denúncia contra a guerra do Iraque ou contra a ocupação palestiniana, as causas dos Sem Terra, do movimento anti-globalizante, da preservação do ambiente, ou do anti-clericalismo desassombrado.

Estas e tantas outras, foram as histórias com que o ateu místico, religioso laico, interrogador de Deus e dos homens, José Saramago, "comunista hormonal" nas suas palavras, questionou Portugal e o mundo incessantemente, directa ou metaforicamente.

A liberdade do pensamento define o criador: Saramago foi voz lúcida, inconformada, firme, insubmissa na luta contra a desigualdade entre os homens – esta sim "a verdadeira miséria", dizia.

Parte da imensa receptividade que as suas obras têm merecido em todo o mundo, e que a atribuição do Nobel cimentou e glorificou, deve-se a esse carácter humanista, à esperança que a sua obra impõe ao Homem.

Recebeu o Prémio Nobel da Literatura «...pela sua capacidade de tornar compreensível uma realidade fugidia, com parábolas sustentadas pela imaginação, pela compaixão e pela ironia», segundo a Academia Sueca.

Fiel ao seu compromisso com a consciência, usou a escrita para uma reflexão sobre as grandes causas da humanidade, edificando uma obra coerente, ousada, sólida, moldada pela ética, visando, sempre, a dignificação do Homem.

E fê-lo por vezes subvertendo normas - quer de narrativa (o seu estilo é inconfundível, nas suas frases longas e de pontuação singular), quer enfrentando dogmas - não tinha fé em Deus (mas certamente Deus teve fé nele).

Para ele a escrita, enquanto forma de expressão do pensamento e de intervenção intelectual, foi instrumento, foi arma, foi agente provocador e plataforma de interrogação permanente do indivíduo e da sociedade.

Com a sua actividade cívica aliada à criação literária, cumpriu aquilo que é mais caro aos criadores e aos artistas – conseguiu com a sua obra fazer pensar os destinatários, perturbar os conformados, incomodar as consciências e aguçar a lucidez.

Deixa a Fundação José Saramago, à qual se dedicará a companheira e musa da sua vida, Pilar Del Rio, força inabalável que foi determinante na sua alma e na sua obra, a quem também prestamos aqui homenagem. Fundação José Saramago que assume, entre os seus objectivos principais, a defesa e a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência de cumprimento da Carta dos Direitos Humanos e o cuidado do meio ambiente.

Enquanto escritor português, José Saramago deu um incontestável contributo para a afirmação e difusão da Língua Portuguesa, para a divulgação da Literatura Portuguesa e para a união do mundo lusófono. Embaixador da cultura portuguesa no mundo, a influência da sua obra estendeu-se a um amplo espectro de outras expressões artísticas - na ópera, no cinema, nas artes visuais, sublinhando a universalidade da sua linguagem.

A Literatura Portuguesa, as Literaturas em Português, com Saramago, adquiriram ressonância internacional e prestígio global, pela universalidade das questões que o Escritor agarra e reflecte com tenacidade e vigor, e pelo génio sísmico com que as dá a ler, a pensar, através da sua escrita.

Portugal homenageia hoje o homem, simples, sensível e corajoso;

Portugal celebra em Saramago, a sua humanidade, grandeza e universalidade;

Portugal orgulha-se do Escritor e engrandece-se com a sua obra, poliédrica, ímpar e seminal.

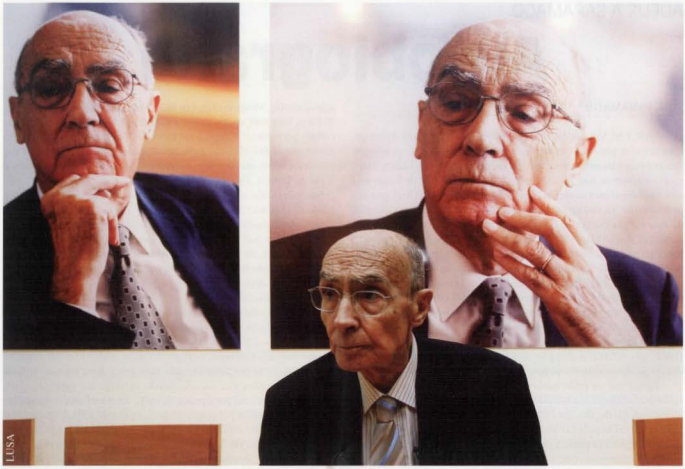
Portugal agradece, sentida e sinceramente, o encontro mágico de Saramago com a Literatura, e o lugar único e perene que José Saramago ocupará para sempre na Literatura e na Cultura do mundo.

Como escreveu ontem um amigo a Pilar: "Não há palavras. Saramago levou-as todas…"

Obrigado José Saramago. ■

** Ministra da Cultura*

LUSA



Pesar do Povo de Espanha

MARÍA TERESA FERNÁNDEZ DE LA VEGA *

QUERIDA PILAR,

Minhas senhoras e meus senhores, amigos e amigas,

Quero em primeiro lugar transmitir o profundo pesar do Governo e do povo de Espanha pela perda de uma pessoa extraordinariamente querida e de um escritor extraordinariamente admirado. Quanto nos deu José Saramago tanto numa como noutra condição, e com quanta generosidade!

Numa ocasião ouvi-o dizer que a literatura, as palavras, lhe tinham servido sobretudo para gostar mais da sua mulher e dos seus amigos, para ser melhor, mais humilde, mais digno. Para entender um pouco mais aquilo que os seres humanos têm de tão extraordinário.

A verdade é que há pessoas que movem as ideias, e há ideias – a humanidade, a compaixão, a simplicidade, o compromisso – que parecem cristalizar nalgumas pessoas. José Saramago foi uma delas.

Uma daquelas poucas pessoas que sabem fazer soar as cordas da alma.

Uma daquelas poucas pessoas que sabem recordar-nos que podemos e devemos ter grandes sonhos, tão grandes que nunca os percamos de vista.

E ele sonhou, sonhou com uma terra livre, livre da opressão, livre da miséria e da perseguição.

Sonhou com um mundo onde os fortes eram mais justos e os justos eram mais fortes, cada dia um pouco mais fortes.

Sonhou vidas cheias daquelas poucas coisas, daquelas muito poucas coisas – a amizade, o amor, a solidariedade – que quanto mais se usam mais belas se tornam.

E presenteou-nos com esses sonhos, presenteou-nos com eles em páginas cheias de ideias, de ilusões e de vida, que passaram a fazer parte dos nossos tesouros mais queridos. Que nos demonstraram que a vida nos livros, quando são escritos com a pureza com que José Saramago o fazia, pode ser tão intensa como a real.

Dizem que os escritores costumam ser figuras solitárias porque a criação é sempre algo muito íntimo. E pode ser que haja alguma verdade nisso.

Mas também é verdade que no dia 18 de Junho de 2010 a todos quantos tivemos o privilégio de o conhecer – e muitos milhões de pessoas em todo o mundo o conheceram como melhor se conhece um escritor, através da sua obra – se nos ensombrou o olhar e o coração.

Todos nos sentimos órfãos da sua figura tão querida e das suas palavras tão reconfortantes.

Órfãos de quem tantas vezes foi a nossa voz, a voz mais humana e mais digna.

E hoje são esses milhões de pessoas, somos esses milhões de pessoas, que queremos tomar a palavra para dizer que nunca esqueceremos o escritor, o marido – querida Pilar –, o intelectual, o companheiro e o amigo.

Para dizer que a sua memória é parte da nossa memória porque a sua vida é parte, uma parte muito querida, da nossa vida.

Hoje, somos milhões de pessoas que queremos tomar a palavra para agradecer ao tecedor de esperança, para dizer que continuaremos a guardar os seus sonhos, que nunca os perderemos de vista. Que hoje, graças a ele, graças a José Saramago, estamos um pouco mais perto deles.

Muito obrigada. ■

* *Vice-presidenta do Governo de Espanha*
(Tradução de José Teixeira de Aguilar)

ADEUS A SARAMAGO

Autobiografia

JOSÉ SARAMAGO*

NASCI NUMA FAMÍLIA de camponeses sem terra, em Azinhaga, uma pequena povoação situada na província do Ribatejo, na margem direita do rio Almonda, a uns cem quilómetros a nordeste de Lisboa. Meus pais chamavam-se José de Sousa e Maria da Piedade. José de Sousa teria sido também o meu nome se o funcionário do Registo Civil, por sua própria iniciativa, não lhe tivesse acrescentado a alcunha por que a família de meu pai era conhecida na aldeia: Saramago. (Cabe esclarecer que saramago é uma planta herbácea espontânea, cujas folhas, naqueles tempos, em épocas de carência, serviam como alimento na cozinha dos pobres). Só aos sete anos, quando tive de apresentar na escola primária um documento de identificação, é que se veio a saber que o meu nome completo era José de Sousa Saramago... Não foi este, porém, o único problema de identidade com que fui fadado no berço. Embora tivesse vindo ao mundo no dia 16 de Novembro de 1922, os meus documentos oficiais referem que nasci dois dias depois, a 18: foi graças a esta pequena fraude que a família escapou ao pagamento da multa por falta de declaração do nascimento no prazo legal.

Talvez por ter participado na Grande Guerra, em França, como soldado de artilharia, e conhecido outros ambientes, diferentes do viver da aldeia, meu pai decidiu, em 1924, deixar o trabalho do campo e trasladar-se com a família para Lisboa, onde começou a exercer a profissão de polícia de segurança pública, para a qual não se exigiam mais "habilitações literárias" (expressão comum então...) que ler, escrever e contar. Poucos meses depois de nos termos instalado na capital, morreria meu irmão Francisco, que era dois anos mais velho do que eu. Embora as condições em que vivíamos tivessem melhorado um pouco com a mudança, nunca viríamos a conhecer verdadeiro desafogo económico. Já eu tinha 13 ou 14 anos quando passámos, enfim, a viver numa casa (pequeníssima) só para nós: até aí sempre tínhamos habitado em partes de casa, com outras famílias. Durante todo este tempo, e até à maioridade, foram muitos, e frequentemente prolongados, os períodos em que vivi na aldeia com os meus avós maternos, Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha.

Fui bom aluno na escola primária: na segunda classe já escrevia sem erros de ortografia, e a terceira e quarta classes foram feitas em um só ano. Transitei depois para o liceu, onde permaneci dois anos, com notas excelentes no primeiro, bastante menos boas no segundo, mas estimado por colegas e professores, ao ponto de ser eleito (tinha então 12 anos...) tesoureiro da associação académica... Entretanto, meus pais haviam chegado à conclusão de que, por falta de meios, não poderiam continuar a manter-me no liceu. A única alternativa que se apresentava seria entrar para uma escola de ensino profissional, e assim se fez: durante cinco anos aprendi o ofício de serralheiro mecânico. O mais surpreendente era que o plano de estudos da escola, naquele tempo, embora obviamente orientado para formações profissionais técnicas, incluía, além do Francês, uma disciplina de Literatura. Como não tinha livros em casa (livros meus, comprados por mim, ainda que com dinheiro emprestado por um amigo, só os pude ter aos 19 anos), foram os livros escolares de Português, pelo seu carácter "antológico", que me abriram as portas para a fruição literária: ainda hoje posso recitar poesias aprendidas naquela época distante. Terminado o curso, trabalhei durante cerca de dois anos como serralheiro mecânico numa oficina de reparação de automóveis. Também por essas alturas tinha começado a frequentar, nos períodos nocturnos de funcionamento, uma biblioteca pública de Lisboa. E foi aí, sem ajudas nem conselhos, apenas guiado pela curiosidade e pela vontade de aprender, que o meu gosto pela leitura se desenvolveu e apurou.

Quando casei, em 1944, já tinha mudado de actividade, passara a trabalhar num organismo de Segurança Social como empregado administrativo. Minha mulher, Ilda Reis, então dactilógrafa nos Caminhos de Ferro, viria a ser, muitos anos mais tarde, um dos mais importantes gravadores portugueses. Faleceria em 1998. Em 1947, ano do nascimento da minha única filha, Violante, publiquei o primeiro livro, um romance que intitulei *A Viúva*, mas que por conveniências editoriais viria a sair com o nome de *Terra do Pecado*. Escrevi ainda outro romance, *Clarabóia*, que permanece inédito até hoje, e principiei um outro, que não passou das primeiras páginas: chamar-se-ia *O Mel e o Fel ou talvez Luís, filho de Tadeu*... A questão ficou resolvida quando abandonei o projecto: começava a tornar-se claro para mim que não tinha para dizer algo que valesse a pena. Durante 19 anos, até 1966, quando publicaria *Os Poemas Possíveis*, estive ausente do mundo literário português, onde devem ter sido pouquíssimas as pessoas que deram pela minha falta.

Por motivos políticos fiquei desempregado em 1949, mas, graças à boa vontade de um meu antigo professor do tempo da escola técnica, pude encontrar ocupação na empresa metalúrgica de que ele era administrador. No final dos anos 50 passei a trabalhar numa editora, Estúdios Cor, como responsável pela produção, regressando assim, mas não como autor, ao mundo das letras que tinha deixado anos antes. Essa nova actividade permitiu-me conhecer e criar relações de amizade com alguns dos mais importantes escritores portugueses de então. Para melhorar o orçamento familiar, mas também por gosto, comecei, a partir de 1955, a dedicar uma parte do tempo livre a trabalhos de tradução, actividade que se prolongaria até 1981: Colette, Pär Lagerkvist, Jean Cassou, Maupassant, André Bonnard, Tolstoi, Baudelaire, Étienne Balibar, Nikos Poulantzas, Henri Focillon, Jacques Roumain, Hegel, Raymond Bayer foram alguns dos autores que traduzi. Outra ocupação paralela, entre Maio de 1967 e Novembro de 1968, foi a de crítico literário. Entretanto, em 1966, publicara *Os Poemas Possíveis*, uma colectânea poética que marcou o meu regresso à literatura. A esse livro seguiu-se, em 1970, outra colectânea de poemas, *Provavelmente Alegria*, e logo, em 1971 e 1973 respectivamente, sob os títulos *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante*, duas recolhas de crónicas publicadas na imprensa, que a crítica tem considerado essenciais à completa compreensão do meu trabalho posterior. Tendo-me divorciado em 1970, iniciei uma relação de convivência, que duraria até 1986, com a escritora portuguesa Isabel da Nóbrega.

Deixei a editora no final de 1971, trabalhei durante os dois anos seguintes no vespertino *Diário de Lisboa* como coordenador de um suplemento cultural e como editorialista. Publicados em 1974 sob o título *As Opiniões que o DL teve*, esses textos representam uma "leitura" bastante precisa dos últimos tempos da ditadura que viria a ser derrubada em Abril daquele ano. Em Abril de 1975 passei a exercer as funções de director-adjunto do matutino *Diário de Notícias*, cargo que desempenhei até Novembro desse ano e de que fui demitido na sequência das mudanças ocasionadas pelo golpe político-militar de 25 de daquele mês, que travou o processo revolucionário. Dois livros assinalam esta época: O Ano de 1993, um poema longo publicado em 1975, que alguns críticos consideram já anunciador das obras de ficção que dois anos depois se iniciariam com o romance *Manual de Pintura e Caligrafia*, e, sob o título *Os Apontamentos*, os artigos de teor político que publiquei no jornal de que havia sido director.

Sem emprego uma vez mais e, ponderadas as circunstâncias da situação política que então se vivia, sem a menor possibilidade de o encontrar, tomei a decisão de me dedicar inteiramente à literatura: já era hora de saber o que poderia realmente valer como escritor. No princípio de 1976 instalei-me por algumas semanas em Lavre, uma povoação rural da província do Alentejo. Foi esse período de estudo, observação e registo de informações que veio a dar origem, em 1980, ao romance *Levantado do Chão*, em que nasce o modo de narrar que caracteriza a minha ficção

novelesca. Entretanto, em 1978, havia publicado uma colectânea de contos, *Objecto Quase*, em 1979 a peça de teatro *A Noite*, a que se seguiu, poucos meses antes da publicação de *Levantado do Chão*, nova obra teatral, *Que Farei com este Livro?*. Com excepção de uma outra peça de teatro, intitulada *A Segunda Vida de Francisco de Assis* e publicada em 1987, a década de 80 foi inteiramente dedicada ao romance: *Memorial do Convento*, 1982, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, 1984, *A Jangada de Pedra*, 1986, *História do Cerco de Lisboa*, 1989. Em 1986 conheci a jornalista espanhola Pilar del Río. Casámo-nos em 1988.

Em consequência da censura exercida pelo Governo português sobre o romance *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), vetando a sua apresentação ao Prémio Literário Europeu sob pretexto de que o livro era ofensivo para os católicos, transferimos, minha mulher e eu, em Fevereiro de 1993, a nossa residência para a ilha de Lanzarote, no arquipélago de Canárias. No princípio desse ano publiquei a peça *In Nomine Dei*, ainda escrita em Lisboa, de que seria extraído o libreto da ópera *Divara*, com música do compositor italiano Azio Corghi, estreada em Münster (Alemanha), em 1993. Não foi esta a minha primeira colaboração com Corghi: também é dele a música da ópera *Blimunda*, sobre o romance *Memorial do Convento*, estreada em Milão (Itália), em 1990. Em 1993 iniciei a escrita de um diário, *Cadernos de Lanzarote*, de que estão publicados cinco volumes. Em 1995 publiquei o romance *Ensaio sobre a Cegueira* e em 1997 *Todos os Nomes* e *O Conto da Ilha Desconhecida*. Em 1995 foi-me atribuído o Prémio Camões, e em 1998 o Prémio Nobel de Literatura.

Em consequência da atribuição do Prémio Nobel a minha actividade pública viu-se incrementada. Viajei pelos cinco continentes, oferecendo conferências, recebendo graus académicos, participando em reuniões e congressos, tanto de carácter literário como social e político, mas, sobretudo, participei em acções reivindicativas da dignificação dos seres humanos e do cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos pela consecução de uma sociedade mais justa, onde a pessoa seja prioridade absoluta, e não o comércio ou as lutas por um poder hegemónico, sempre destrutivas.

Creio ter trabalhado bastante durante estes últimos anos. Desde 1998, publiquei *Folhas Políticas* (1976-1998) (1999), *A Caverna* (2000), *A Maior Flor do Mundo* (2001), *O Homem Duplicado* (2002), *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), *Don Giovanni ou o Dissoluto Absolvido* (2005), *As Intermitências da Morte* (2005) e *As Pequenas Memórias* (2006). Agora, neste Outono de 2008, aparecerá um novo livro: *A Viagem do Elefante*, um conto, uma narrativa, uma fábula.

No ano de 2007 decidiu-se criar em Lisboa uma Fundação com o meu nome, a qual assume, entre os seus objectivos principais, a defesa e a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência de cumprimento da Carta dos Direitos Humanos, além da atenção que devemos, como cidadãos responsáveis, ao cuidado do meio ambiente. Em Julho de 2008 foi assinado um protocolo de cedência da Casa dos Bicos, em Lisboa, para sede da Fundação José Saramago, onde esta continuará a intensificar e consolidar os objectivos que se propôs na sua Declaração de Princípios, abrindo portas a projectos vivos de agitação cultural e propostas transformadoras da sociedade. ■

Texto inscrito no site do Nobel da Literatura em www.josesaramago.org

ROSA COUTINHO (1926-2010)

Pugnou mais por Angola do

JOSÉ CARDOSO FONTÃO

ESTÁ POR FAZER a história das injustiças do 25 de Abril, dos que se sentaram nas várias cadeiras dos "Poderes", ou prosperaram das mais variadas maneiras e dos que pagaram as favas.

Rosa Coutinho foi dos que as pagou e duramente, por ter aceitado o desafio da descolonização, quando outros se recatavam em coisas mais convenientes.

Em termos pessoais conheci-o bastante mal, embora tivesse influência importante na minha vida, quando cheguei a Luanda em Dezembro de 1974 e me convenceu, perante a recusa de alguns outros, a aceitar o cargo de governador e comandante militar de Cabinda que estava completamente fora dos meus desígnios. Foi uma boa conversa, luminosa, sem becos escondidos, de apelo ao patriotismo e recheada das esperanças que o futuro Acordo de Alvor já cozinhado lhe suscitava e de que me pôs a par, comungando ambos do idealismo humanista da nossa revolução e de mais nada que possam supor.

Sabia que já andava confrontado com a hostilidade de certos sectores da população e que não se atemorizara; foi também essa imagem determinada, corajosa, que trouxe do encontro e mantive pela vida fora. Posso ainda acrescentar que, mais tarde, depois de receber convite para o desempenho das funções de alto-comissário em Angola, vim a Lisboa dizer ao Senhor Presidente da República, General Costa Gomes, que não queria ser um segundo Rosa Coutinho, ou seja, não estava disposto a suportar o que ele aturou, essas hostilidades e a de alguns camaradas unidos no mesmo coro contra tudo que cheirasse a 25 de Abril.

Que forças eram essas que se moveram em Angola e noutros pontos do globo?

Dos militares pouco há a dizer. Os que olharam de soslaio para o Movimento de Capitães e perderam o pé com o 25 de Abril, tentavam reganhar terreno no descrédito dos seus autores ou apoiantes e assim, ex-oficiais do Estado Maior, "carreiristas" da anterior "Situação", bem como os "clãs" emergentes da luta política, já sonhavam com o refluxo da maré. Muitos alinharam na psicose do papão comunista e tentavam fazer-nos participar numa política de contenção da capacidade militar do MPLA, mesmo que passasse pelo fechar dos olhos a intervenções vindas da África do Sul ou da Rodésia.

Talvez por isso, quando Agostinho Neto foi a Cabinda em Fevereiro de 1975, numa conversa informal, insistiu bastante na qualidade de "movimento" que dirigia e não de "partido". Também não era por acaso que se deslocava para garantir o princípio da unidade do enclave com o Estado angolano que, logo de seguida, seria confirmado por altos dirigentes dos outros dois partidos que também o visitaram.

Mais complicadas foram as transformações que sofreu a população branca ou assimilada de Angola, a urbana, a gente do interior, os fazendeiros e capatazes, os cantineiros, a enorme brigada de camionistas, os pescadores, criadores de gado e agricultores do Sul, etc.

Na sua esmagadora maioria com origem nas comunidades rurais do interior ou da insularidade metropolitana, era gente trabalhadora que alcançou um bom nível de vida e alargou os seus horizontes de convivência social, de iniciativa, de empreendimento. Era muito mais fácil ter lá relações amistosas e francas por toda a parte em que andássemos. Todavia, com poucas excepções, foram-se enfeudando a uma visão egoísta da existência, confundindo os seus interesses com os de Portugal ou os da humanidade, ao mesmo tempo que desprezavam as culturas bantu que os rodeavam e tomavam por tolas. Ainda hoje não sabem o que era a sua estrutura social matrilinear e uma organização do Poder bem mais sábia do que a salazarista.

Os meus 23 anos coloniais proporcionaram-me uma visão de Angola escalonada no tempo. Com apenas 14 anos por lá passei, registando na memória as conversas do meu pai com gente que insistia muito em dois pontos virados contra Salazar, que não deixava desenvolver aquelas terras e exigia "Carta de Chamada" para os novos residentes. Luanda era uma cidadezinha provinciana, as lamentações dos velhos colonos pareciam justificadas e pela primeira vez ouvi invocar Norton de Matos.

Em 1955, já Alferes, fui mandado para o Huambo e que bem me soube ouvir falar outra vez do Norton de Matos, que entretanto em 1948 colhera toda a minha simpatia com o seu programa eleitoral, também ali muito exaltado, a ponto de lhe erigirem uma estátua em Nova Lisboa por subscrição pública. A sua obra e as suas ideias que eram afinal de uma visão neocolonial adaptada aos tempos como aconteceu no resto de África, continuavam bem vivas na realidade angolana, embora houvesse já um surto de alguma prosperidade graças às novas plantações de café que, afinal, viriam a ter consequências nefastas no desencadear do terrorismo

Em 1958 essa constante reflectiu-se nas eleições que Humberto Delgado venceu nas principais cidades e perdeu, por curta margem no território, graças às "chapeladas" administrativas.

A democracia formal na mente dos europeus e ocidentalizados parecia bem mais enraizada do que no remansoso Portugal continental, se bem que as realidades do trabalho indígena, as arbitrariedades na demarcação de fazendas, no funcionamento das cantinas, as imposições aos pequenos agricultores e as desigualdades sociais gritantes estivessem pelas ruas da amargura e sem merecerem a mesma atenção.

No fim da década de sessenta havia, porém, nova realidade, uma quantidade apreciável de jovens estudantes, intelectuais, etc. brancos, pretos, mestiços, incorporavam-se no movimento de contestação à política colonial e tive oportunidade de conviver nos clássicos "assaltos" de Luanda com gente que se assumia sem medo. Parecia promissora e saudável tal tomada de consciência, numa altura em que já havia prenúncios de agitação nas populações.

A minha surpresa foi por isso ainda maior, ao chegar em 1961 a Luanda direito ao coração da guerra, não pelo apoio que nos era prestado, natural face à resposta que famos dar aos massacres inqualificáveis dos Dembos, mas pela translação do pensamento de muita daquela gente, democratas que passaram a salazaristas e, pior do que isso, pessoas que considerava e vi a defender os igualmente abomináveis actos praticados nos muceques de Luanda e um pouco por todo o Norte de Angola, como "lição a dar".

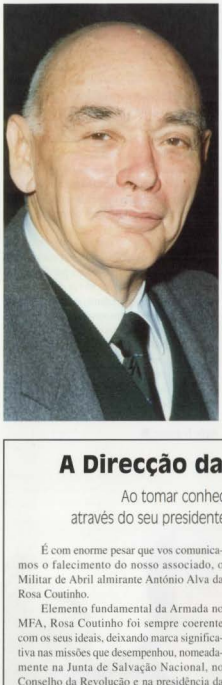
A guerra em si, ali e nas outras frentes, veio-nos colocar sempre perante um dilema constante, agradarmos aos colonizadores, esquecendo a justiça, ou pugnarmos pela justiça, correndo o risco de lhes desagradar. O Vasco Lourenço diz isto de outra maneira: "Foi a guerra que me abriu os olhos para a política".

Assim tivesse acontecido também aos nossos colonizadores em Angola, mas não, parece que os tinham cada vez mais fechados ou abertos apenas para a fantasia colonial salazarista., ou para a solução rodesiana que, como se viu, não ia longe.

Foi esta cegueira que fez desabar sobre Rosa Coutinho um turbilhão de ressaibos de todas essas contradições e frustrações acumuladas, que se viravam também contra os comunistas e contra o MPLA. Meteram tudo no mesmo saco e não havia volta a dar.

Por outro lado, os movimentos de emancipação também se fecharam nos seus radicalismos e teria sido de toda a conveniência que os cidadãos portugueses se não precipitassem para filiações de última hora, mas foi o que fizeram, principalmente na UNITA e na FNLA. Que projecto, que substância política acalentavam? Tirando um ou outro caso, não se descortinam.

que aqueles que o odiaram



Melo Antunes tinha-me advertido para o facto de Cabinda se constituir como o maior risco da internacionalização de um conflito em África, preocupação que nunca me sairia da cabeça e no encontro com Rosa Coutinho abordei o assunto e, curiosamente, ele acrescentou que não era apenas de Cabinda, mas de Angola por inteiro, ou seja, ambos tínhamos essa mesma precaução

Quando recebi uma delegação do Congresso dos Estados Unidos acentuei bem esse risco e tive a satisfação de os ver acenar positivamente com a cabeça. As veleidades de Mobutu numa possível intervenção, já eram conhecidas antes do 25 de Abril, mas terão sido substituídas por uma forma indirecta, metendo os seus soldados no território como se fossem da FNLA. Levaram uma coça do MPLA e bem os vi em completo transtorno quando fomos tirá-los do cerco e garantir a sua evacuação para o Zaire.

Por outro lado, o Eurico, também dirigente do MPLA com quem mantive sempre um diálogo muito próximo, acentuava o que outros dirigentes também referiam, a existência de um problema de racismo no interior do movimento que estavam a combater por todos os meios. Infelizmente, aquele idealista que me pareceu tão puro, viria a ser fuzilado pelo grupo do Nito Alves.

Associado ou não a isto, que papel tiveram os movimentos de extrema-esquerda, nomeadamente o nosso MRPP? Quando abordo algum dos seus antigos dirigentes, hoje notáveis e bem instalados cidadãos, sobre as campanhas de desestabilização dos nossos militares em Angola, ainda oiço gritinhos de satisfação pelo êxito alcançado. Esses desígnios e os resultados continuam a parecer-me muito misteriosos.

A tudo isso e à realidade fronteiriça que nos rodeava com a afirmação das duas grandes potências, da França e de outros poderosos interesses, muitos dos que viriam a ser conhecidos como "Retornados", funcionavam ao contrário, agarravam-se às quimeras do "Poder Branco", acirravam os ódios, arranjavam bodes expiatórios fossem os comunistas, fosse o 25 de Abril, e atiravam para trás das costas a possibilidade de se afirmarem como grupo estável e independente no quadro de uma nova nação, ou seja, não fizeram uma clara afirmação democrática, afinal mais de acordo com as antigas aspirações.

Rosa Coutinho terá cometido erros, quem os não comete?

Do que estou certo, é que ele pugnou mais por uma Angola de direito digna e justa do que a maioria daqueles cúmplices do passado que o odiaram e bem prevaricaram, até pelo julgamento sumário que lhe fizeram. ■

A Direcção da A25A na morte de Rosa Coutinho

Ao tomar conhecimento da morte de Rosa Coutinho, a Direcção da A25A, através do seu presidente Vasco Lourenço, divulgou dois e-mails que aqui se transcrevem.

É com enorme pesar que vos comunicamos o falecimento do nosso associado, o Militar de Abril almirante António Alva da Rosa Coutinho.

Elemento fundamental da Armada no MFA, Rosa Coutinho foi sempre coerente com os seus ideais, deixando marca significativa nas missões que desempenhou, nomeadamente na Junta de Salvação Nacional, no Conselho da Revolução e na presidência da Junta Governativa de Angola.

À família as nossos mais sinceras condolências.

Informamos que o corpo será velado na capela de São Roque, no Estado Maior da Armada, a partir das 15h30 de hoje (entrada pelo Largo do Município), e o funeral sairá às 15h00 de dia 3, quinta-feira, para o Cemitério dos Olivais, onde se prevê seja cremado às 16h00.

Cordiais saudações

Vasco Lourenço

Porque fui solicitado por vários órgãos de informação, a quem prestei declarações sobre a morte do almirante Rosa Coutinho, venho dar-vos conhecimento do teor dessas declarações:

Com a morte do almirante Rosa Coutinho, pessoalmente perdi um amigo, a Associação 25 de Abril perdeu um militante. Portugal perdeu um patriota.

Altamente prestigiado, como oficial de Marinha e engenheiro hidrográfico, é escolhido pelos seus camaradas mais jovens da Armada, para integrar a Junta de Salvação Nacional.

O seu profundo patriotismo leva-o a colocar sempre, acima de tudo, os interesses de Portugal.

Por isso se empenha fortemente nas missões que lhe são cometidas, como militar de Abril, nomeadamente na Junta de Salvação Nacional, no Conselho da Revolução e na presidência da Junta Governativa de Angola.

Rosa Coutinho é, por ventura, o militar de Abril mais caluniado, sobre quem inventaram uma série de falsidades, conseguindo criar-lhe uma imagem muito distorcida, principalmente na sua acção em Angola, onde Rosa Coutinho se portou sempre como Português e nunca como agente ao serviço de qualquer potência estrangeira.

Apesar de claramente desmontadas, esclarecidas e desmentidas, ainda hoje correm falsidades a seu respeito, sendo previsível que, com a sua morte, voltem a ser difundidas.

Quero, por isso, manifestar o meu total repúdio por essas calúnias e enaltecer a acção de Rosa Coutinho, como Militar de Abril e cidadão, e as suas qualidades humanas.

Cordiais saudações

Vasco Lourenço

ROSA COUTINHO (1926-2010)

Homenagem a um patriota

JORGE CORREIA JESUINO

COLABORAR E CONHECER o almirante Rosa Coutinho foi para mim um privilégio e uma experiência única.

Aconteceu no segundo Semestre de 1974, durante o período de descolonização de Angola. O Almirante integrou-me na sua equipa enquanto secretário para a Comunicação Social. Foram seis meses de rara intensidade que ficam para sempre. Eu estava instalado no Palácio do Governo, o que significou poder acompanhá-lo dia a dia e desse modo observar o desempenho de um líder a todos os títulos excepcional.

Eu não conhecia o almirante senão de tradição. Que era um militar invulgarmente inteligente e corajoso. Pude confirmá-lo nesse contacto contínuo. Aliava a robustez, coragem e resistência do homem de acção a uma inteligência racional, científica, expressa na forma como sabia diagnosticar rapidamente os problemas e arquitectar soluções criativas. Tinha visão e sobretudo visão a longo prazo.

O seu papel na descolonização de Angola é hoje habitualmente tido como controverso e decerto irá continuar a ser objecto da análise dos historiadores e comentadores. Enquanto espectador, senão mesmo cúmplice próximo, não me compete julgar e decerto que não o farei. Alicerceí todavia a convicção de que o famoso – *A História me julgará* – é uma fórmula totalmente vazia de sentido. Que o almirante aliás nunca invocou. Sempre actuou da forma que lhe pareceu correcta, de acordo com as convicções dos ideais de Abril na sua forma mais generosa de interesse colectivo, da justiça e da liberdade.

Enquanto decisor, e enquanto decisor político o Almirante praticava um estilo participativo. Gostava de caminhar ao longo dos corredores expondo a muitos de nós que o acompanhámos, tanto militares como membros do seu Gabinete, as suas ideias, os seus planos estratégicos, as suas dúvidas. Normalmente eram conversas a dois, e percebia-se que era essa a melhor forma de se testar a si próprio, abrindo-se aos comentários e eventuais críticas dos seus múltiplos interlocutores. E foram tais momentos que me levaram a perceber que ele ia sempre mais longe, tanto na sua forma de arquitectar futuros possíveis, como encontrar respostas aos conflitos de curto prazo que pontuavam o quotidiano em Luanda nesses tempos turbulentos.

Portugal estava então mergulhado num período de difícil transição, disperso pelas várias frentes, tanto no Continente como nas ex-colónias. Não tínhamos internet, nem telemóveis, o que impedia, para o bem e para o mal, uma acção coordenada e coerente. Acresce que, face a uma população desconfiada e um aparelho militar que tinha como lema – *Natal em Portugal!* – a autoridade tinha de se exercer num cenário de tensão extrema que só não redundou em caos justamente pela acção firme, corajosa e ponderada do almirante Rosa Coutinho.

Lembro um episódio logo no início da nossa presença em que uma multidão hostil invadiu o Palácio, empunhando uma bandeira nacional, exigindo explicações e certamente pronta a exercer violência.

O almirante subiu para cima de uma mesa e soube proferir a palavra mágica: *Não há aqui ninguém mais patriota do que eu.* O que de resto era verdade, sem qualquer réstia de demagogia. O diálogo restabeleceu-se, precariamente, e assim continuou de resto, com intermitências, ao longo da missão.

Rosa Coutinho era de facto um patriota, a sua estratégia política sempre se pautou pelos interesses de Portugal, e nunca por interesses partidários ou ideológicos abstractos. De resto era um homem independente, com um apurado sentido crítico, e não menor sentido de humor, e por isso mesmo com uma capacidade para negociar, para moderar conflitos, para encontrar o justo termo, sempre mais atento à ética da responsabilidade do que aos princípios.

Aqui lhe deixo a minha homenagem e o meu reconhecimento.

Tê-lo conhecido reconcilia-me com a condição humana. ■

25 de Abril de 1993: Rosa Coutinho e Álvaro Fernandes.

25 de Abril de 1999: Vasco Lourenço com Rosa Coutinho, no Rossio.

Uma história exemplar

VASCO LOURENÇO

A MAIORIA DAS CALÚNIAS lançadas sobre Rosa Coutinho têm que ver com a sua acção em Angola e nomeadamente com o seu apoio ao MPLA.

Não irei discutir a sua preferência por este Movimento de Libertação – ele próprio o afirmou várias vezes –, posição onde não estava isolado, pois muitos militares de Abril o acompanhavam nessa sua atitude.

A questão que se levanta, se deve levantar – em relação a ele, como a muitos outros –, é a de se essa preferência o levou a colocar os interesses desse Movimento acima dos interesses de Portugal.

E é aí que se geram as calúnias, se geram as mentiras, que ainda hoje perduram.

Fui testemunha da acção de Rosa Coutinho, e por isso me revolto contra as calúnias.

Em Novembro de 1974, como conselheiro de Estado e membro da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, visitei Angola. Nessa minha primeira visita à então "jóia da coroa" portuguesa, acompanhou-me o Canto e Castro, igualmente conselheiro de Estado e membro da CCPMFA.

Chegámos numa altura em que vigorava o recolher obrigatório em Luanda, em que a situação estava a "ferro e fogo", resultado do incremento da acção do MPLA nos muceques.

Participámos numa reunião de comandos em Luanda, onde foi feito o ponto da situação.

A certa altura, o comandante operacional de Luanda, o coronel Dinis, responde à afirmação de Rosa Coutinho, de que *era indispensável parar com a situação de ausência de segurança dos portugueses brancos, de que era necessário não deixar que os angolanos tomassem conta da situação e impusessem o terror*, com uma firme e dura afirmação: "Senhor almirante, só me pode pedir isso, se me der autoridade para actuar com a força necessária…!"

Assisti, então, à resposta de Rosa Coutinho: "Mas, como? Quer mais força, mais autoridade do que a que lhe dei, através de um despacho, onde assumo que, em caso de dúvida, primeiro atira e depois averigua? Assumi a responsabilidade de lhe dar toda a força, quer mais que isso?!"

Ao que o coronel Dinis responde: "Desculpe, mas eu não recebi despacho algum!" "Não recebeu?" reage Rosa Coutinho. "Fiz esse despacho há cinco dias…!"

Foi, então, que surgiu em cena uma personagem que pessoalmente considero dos maiores bluffs (para não dizer mais…) que conheci: o brigadeiro Altino de Magalhães, comandante das forças do Exército de Angola, que dizia: "Oh Dinis, oh Dinis, quando chegar ao seu gabinete, terá lá o despacho…"

Não me contive, atirei-me a esta personagem: "Eu tenho vergonha de ser oficial do Exército, com tipos a proceder como você! É este o apoio que dá ao comandante-chefe, ainda por cima de outro Ramo?!"

O "pobre" homem só conseguia balbuciar: "Oh senhor conselheiro, oh senhor conselheiro…" A que eu respondia: "Não me trate por conselheiro, o senhor é a minha vergonha…!"

Porquê esta actuação de alguns militares portugueses, onde também se destacava o chefe de Estado-Maior de Altino de Magalhães, o coronel João Imaginário Egreja? Porque, esses sim, queriam dificultar a tarefa do MFA, para isso queriam favorecer os outros Movimentos de Libertação, nomeadamente a UNITA, e por isso apostavam no "quanto pior, melhor". A força angolana dominante em Luanda era o MPLA e por isso havia que criar-lhe problemas.

Depois, venham dizer-me que foi o almirante Rosa Coutinho quem não colocou acima de tudo os interesses de Portugal… ■

COSTA MARTINS (1938-2010)

O último voo do coronel

JOSÉ MANUEL COSTA NEVES

O CORONEL PILOTO AVIADOR José Inácio Costa Martins, um dos mais destacados "Militares de Abril", morreu no dia 6 de Março de 2010 em consequência de um trágico acidente de aviação.

Apesar de Costa Martins não ser sócio da A25A, é da maior justiça O Referencial evocar a sua memória. Registo, com a devida vénia, a louvável decisão dos responsáveis da A25A, e deste boletim.

Conspirei com o Costa Martins durante todo o período de preparação do 25 de Abril, o que me permite afirmar que ele foi, sem sombra de dúvida, o mais entusiasta e empenhado elemento da Força Aérea no Movimento das Forças Armadas (MFA).

Foi nessa altura que nasceu entre ambos uma saudável amizade, alicerçada no respeito mútuo e solidamente cimentada ao longo dos anos nos bons e maus momentos que vivemos juntos, antes e após a Revolução dos Cravos.

Costa Martins foi um homem de inteligência superior, qualidade que contribuiu para que tivesse sido um destacado aluno e excelente profissional. Foi por regra o melhor dos cursos que frequentou. Aliás, só uma pessoa de elevada craveira intelectual, associada a uma grande coragem e sangue frio, podia levar a cabo, como ele o fez em 25 de Abril de 1974, a rocambolesca acção de controlo do Aeródromo Base n.º 1 e, posteriormente, já com a Escola Prática de Infantaria (EPI), do Aeroporto de Lisboa, mandando encerrar as respectivas pistas, interditando o espaço aéreo português e proibindo, em nome do MFA, a descolagem de aviões da Força Aérea.

Paradoxalmente, a sua inteligência, associada à sua forte personalidade, cedo o tornou alvo de muita inveja, aliás, como infelizmente acontece frequentemente entre nós aos homens e mulheres que, de uma ou de outra forma, se notabilizam na vida.

Combativo e determinado, Costa Martins nunca deixou de perseguir os seus ideais, independentemente do preço que por eles tivesse que pagar. Desde muito jovem que se bateu por um Portugal democrático, mais igual, mais justo e mais fraterno do que aquele em que crescera.

Por exemplo, em 1969, ano de eleições para a Assembleia Nacional, já tenente da Força Aérea, colocou à disposição de oposicionistas ao regime de Salazar um armazém que os seus pais possuíam em Messines para a realização de um comício eleitoral. Denunciado pela PIDE/DGS às chefias da Força Aérea, este acto de afirmação de cidadania valeu-lhe a passagem compulsiva à reserva no posto de tenente. Não se conformando com a decisão, iniciou um processo legal pela sua reintegração, que acabou por conseguir no posto de capitão e com a antiguidade que lhe era devida.

O seu apurado espírito de justiça e de solidariedade fez dele, desde a primeira hora, um destacado activista do MFA. Sem ele, talvez a Força Aérea Portuguesa não tivesse tido a oportunidade de desempenhar um relevante papel nas operações militares que em 25 de Abril de 74 derrotaram decisivamente a ditadura que oprimia os portugueses.

Por estranho que pareça, a sua acção ímpar no 25 de Abril, a par dos merecidos aplausos, despertou também novos ressentimentos, que associados ao empenho e independência com que desempenhou os lugares de destaque que ocupou no período revolucionário - foi membro da comissão coordenadora do MFA, membro do Conselho de Estado, membro do Conselho da Revolução, membro do Conselho dos Vinte e ministro do Trabalho nos II, III, IV e V Governos Provisórios – deram origem a campanhas caluniosas, injustas e falsas, que não só a ele

ofenderam e prejudicaram gravemente, mas também, e de forma irreparável, a toda a sua família.

Os mais velhos, lembrar-se-ão com certeza da repugnante cabala de que Costa Martins foi vítima em fins de 1975 a propósito do designado "Dia do Salário para a Nação". No entanto, como era seu timbre e pese embora a mágoa que sentia, nunca desistiu de lutar pela reposição da verdade e desmascaramento dos seus caluniadores. Sobre este caso, pronunciou um dia um desabafo bem elucidativo da amargura que lhe causavam as injustas e infundadas acusações que sistematicamente lhe dirigiam: *Ando há mais de 32 anos engolindo arame farpado e acumulando indignação e revolta.*

Costa Martins, apesar de lutar intransigentemente pelos seus ideais, nunca deixou de temperar os seus actos à luz de avaliações imparciais e justas do comportamento de terceiros. Foi assim que, sempre que lhe foi possível, evitou que mesmo os seus opositores, designadamente pessoas ligadas ao antigo regime, fossem acusadas por actos que comprovadamente não tinham praticado. Curiosamente, ao mesmo tempo, muitos dos seus detractores, imbuídos muitas vezes de falso fervor revolucionário, afadigavam-se em acções persecutórias gratuitas e censuráveis.

Esta constatação levou Costa Martins a afirmar-me um dia: *O que me distingue de muitos é a fronteira que separa a verdade e a dignidade da mentira e da calúnia.*

Por altura do movimento militar de 25 de Novembro de 1975, começou a ser difundida pelos diversos órgãos de comunicação social a notícia de que Costa Martins se tinha posto em fuga com a receita resultante da contribuição com um dia de salário dos trabalhadores portugueses para o saneamento das finanças públicas. No entanto, como se veio a provar mais tarde, estas notícias só tinham de verdade a parte respeitante à inevitável fuga de Costa Martins para o estrangeiro, injustificadamente perseguido e ameaçado de morte.

Quando quatro anos depois regressou a Portugal e pôde finalmente defender-se da calúnia de que tinha sido vítima, Costa Martins requereu a instauração de um inquérito que, pasme-se, nunca antes tinha sido feito, sobre o eventual desvio dos fundos do "Dia do Salário", que lhe tinha sido publicamente atribuído numa das mais sórdidas campanhas de difamação a que alguma vez assisti no período pós-25 de Abril. O seu pedido foi satisfeito por despacho ministerial de 19 de Dezembro de 1979, com a nomeação de uma comissão de inquérito, que concluiu em 14 de Maio de 1981: [...] *cumpre deixar bem claro que* [...] *nenhum facto, nenhum indício se deparou que levasse a crer em alcance ou desvio em proveito próprio de dinheiros ou valores do fundo qualquer dos intervenientes na sua gestão ou movimento, quer ao nível ministerial e dos respectivos gabinetes, quer dos serviços envolvidos* [...], registando, ainda, que a atribuição de subsídios e a gestão contabilística do fundo se tinham pautado pelos princípios da isenção e do rigor

A referida Comissão acrescentou ainda sabiamente que *em tão delicada matéria não é legítimo deixar pairar sobre os intervenientes nas movimentações das verbas do fundo [do Dia do Salário para a Nação] um indulgente benefício da dúvida como se de um "aguardar melhor prova se tratasse.*

Na sequência do 25 de Novembro de 1975, Costa Martins foi demitido das Forças Armadas Portuguesas. Nunca se conformou com esta decisão e, por isso, logo que regressou a Portugal, em 1978, recorreu à justiça para reclamar junto dos tribunais a sua reintegração no serviço activo, iniciando um processo judicial contra as chefias da Força Aérea e o Estado português. Como se adivinha, a luta de Costa Martins foi prolongada e desigual. No entanto, graças à sua incansável persistência, o Supremo Tribunal Administrativo, em acórdão de 18 de Dezembro de 1991, deu-lhe inteira razão e declarou nula a sua demissão por ser ilegal e ilegítima. Na sequência deste acórdão, foi-lhe reconstituída a carreira e paga a devida indemnização.

Apesar de já não estar entre nós, Costa Martins continua a ser uma figura incómoda para uns quantos que insistem em fazer dele o bode expiatório dos seus próprios complexos e frustrações. Exemplo disso é o recente texto escrito em 12 de Março de 2010, no semanário "Sol", da autoria de Pedro d'Anunciação, no qual o jornalista, mal informado ou de motu próprio, continuou a alimentar publicamente suspeitas sobre a integridade moral do destacado "Capitão de Abril".

É altura de acabar de vez com situações destas e desmascarar os detractores de Costa Martins. Espero sinceramente que isso venha a acontecer brevemente com a publicação do livro de memórias que ele estava a preparar. Não por vaidade, dizia-me ele, mas tão só *para repor a verdade dos factos e desse modo defender para a posteridade o meu mais precioso bem, a minha honra.*

É fundamental que os portugueses e os seus representantes legítimos reconheçam definitiva e inequivocamente o valor, a dignidade e a honradez do coronel Costa Martins, a quem todos devemos uma quota-parte da liberdade e do bem-estar de que hoje desfrutamos.

Só então o coronel Costa Martins poderá descansar em paz na eternidade para onde partiu no fatídico voo de 6 de Março de 2010. ■

Pesar da A25A

ALÉM DA INFORMAÇÃO sobre os dados referentes ao funeral do coronel José Inácio da Costa Martins, a A25A difundiu, pelos seus associados, o seguinte:

Apesar do coronel Costa Martins não ser sócio da A25A, enquanto "representantes" da maioria dos Militares de Abril, queremos manifestar o nosso pesar pelo trágico acidente que o vitimou, acompanhado por um sócio da A25A – o comandante José Alberto de Sousa Monteiro – cujo falecimento igualmente lamentamos.

Com a morte de Costa Martins desaparece mais um dos Militares de Abril, cuja importância na acção militar do 25 de Abril de 1974 nunca é demais realçar, pela coragem e determinação então demonstradas.

Aproveito para informar que não prestei quaisquer declarações, a qualquer meio de comunicação sobre a morte de Costa Martins, ou sobre a ausência da A25A no seu funeral.

Não é normal a A25A fazer-se representar, enquanto tal, em funerais, seja de associados seus, seja de outros cidadãos.

Estou certo de que no funeral de Costa Martins estarão presentes inúmeros militares de Abril e outros associados da A25A, nomeadamente membros dos seus corpos dirigentes.

Cordiais saudações

Vasco Lourenço ■

COSTA MARTINS (1938-2010)

A Áurea e aos filhos

MANUEL B. M. GUERREIRO

ESTES DIAS TÊM sido bem difíceis e dolorosos para vós.

O inesperado aconteceu, um trágico acidente roubou-vos o marido e o pai e a todos nós um amigo e um companheiro.

Impõe-se que nós, camaradas de armas, transmitindo o sentir de muitos outros, nos curvemos neste momento perante a memória e a figura deste nosso camarada, lutador pela liberdade, oposicionista declarado da Ditadura muito antes do 25 de Abril e já então marcado pelas suas posições de claro significado político e social.

José Inácio da Costa Martins, talvez dos presentes não seja eu quem melhor te conheceu, mas como algarvio e companheiro de Abril, espero poder corresponder à amizade e consideração que te são devidas.

Amigo, a vida para ti não foi fácil, ensinou-te ainda jovem a contares contigo próprio, a saberes fintar a adversidade e os obstáculos.

O salto do interior do Algarve para a grande cidade desenvolveu a tua capacidade de superar dificuldades e sobreviver numa sociedade com normas e regras a que eras avesso, conseguiste manter sempre a independência e uma certa altivez.

Conheci-te no 25 de Abril, o empenhamento no derrube do fascismo, a nossa origem social próxima e a identidade regional aproximaram-nos de imediato.

Admirei a tua coragem, determinação e sobretudo a enorme audácia e capacidade de realização.

Surpreendeste-me com a grande confiança em ti próprio quando antes da constituição do II Governo Provisório me manifestaste a tua disponibilidade para assumir uma das pastas, mesmo que fosse a da Economia, estavas seguro que Spínola apoiaria a tua entrada para o Governo, eu manifestava dúvidas, acabaste por ser escolhido para ministro do Trabalho e ainda hoje a marca da tua acção perdura.

Um homem com as tuas qualidades e características, chamado aos Órgãos de maior responsabilidade e visibilidade da nossa revolução – Comissão Coordenadora do MFA, Conselho de Estado, Governo e Conselho da Revolução – ia com certeza deixar profunda impressão no nosso processo revolucionário e na nossa sociedade.

Escolheste sem ambiguidade o lado da sociedade em que te colocavas e actuaste nesse sentido com coerência e firmeza, por isso ainda hoje o teu nome provoca emoções fortes.

Foste alvo de uma grande campanha de difamação a propósito da utilização dos fundos do Dia do Trabalhador, ideia lançada por ti.

O Governo mandou fazer um inquérito, não foi formulada qualquer acusação, pelo contrário, ficou clara a enormidade da calúnia e da injustiça, mas até hoje ainda não foi feita justiça e reposta integralmente a tua honorabilidade. Esperemos que a actual ministra do Trabalho e da Solidariedade Social torne público o processo e se possa finalmente acabar com essa calúnia.

Isso é devido à tua memória mas é devido também a todos os militares de Abril, podemos ter cometido erros, mas lutámos e trabalhámos para servir o nosso país e o nosso povo e não para benefício pessoal.

Por isso continuamos a ser incómodos, mas não deixaremos de exigir que nos respeitem.

Como ministro do Trabalho soubeste respeitar, ouvir e valorizar os que trabalham e o factor trabalho, por isso te atacaram e atacam ferozmente, a luta política pelo poder justificou todos os golpes e calúnias.

Sobretudo da parte daqueles que já detiveram ou detêm o poder económico, que conhecem e usam todos os meios possíveis para manter o seu domínio, esses nunca te perdoarão.

Não deixarão de aproveitar e explorar qualquer falha nossa. Somos um exemplo que continua a incomodar os poderosos.

Amigo, a vida para ti foi dura, passaste momentos bem difíceis, várias vezes a tua vida esteve em risco.

Graças à tua força, inteligência e capacidade de sobrevivência, conseguiste ultrapassar situações muito complicadas e também, diga-se em abono da verdade, graças ao apoio que recebeste de amigos próximos e de outros menos próximos que em certos momentos do processo até foram nossos adversários políticos.

De maneira abrupta o teu percurso chegou ao fim neste processo, porém a tua memória e a tua pegada na nossa sociedade perdurarão e continuarão fazendo o seu caminho.

O teu exemplo de luta e persistência será uma referência para muitos que seguem o caminho do respeito pelos outros, dos que procuram, através do seu esforço e trabalho, melhorar as condições de vida dos que seguem o caminho da solidariedade e dignificação do ser Humano.

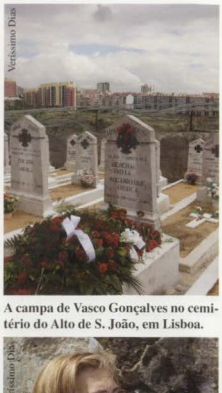
Sabemos que a História não é neutra, que a natureza humana é complexa e que a emancipação dos homens e dos povos não pode ser reduzida a uma luta pelo poder.

Independentemente do que foi ou vier a ser registado, os que lutaram e sofreram por valores, pela liberdade, pela solidariedade e pela dignidade dos outros, cedo ou tarde verão reconhecido o seu trabalho e o seu exemplo.

Um dia ser-te-á feita justiça, a verdade será reposta.

José Inácio, lá onde estás, gostarás de saber que somos solidários com a tua família, que o teu exemplo de luta, persistência e dignidade continua a inspirar-nos neste percurso que tu já concluíste.

BEM HAJAS ■



A campa de Vasco Gonçalves no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa.

Maria João Gonçalves, durante a evocação da memória de seu pai.

Pinto Soares: palavras de saudade.

ROMAGEM AO TÚMULO DE VASCO GONÇALVES NO 5.º ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE

A enorme sede de saber

MARIA JOÃO GONÇALVES

ESTAMOS MUITO, muito gratos a todos os presentes.

É com profunda emoção que vos agradecemos estarmos juntos aqui nesta homenagem a nosso pai, Vasco Gonçalves, hoje, no quinto aniversário da sua morte.

Falar sobre o pai não é fácil.

Um pai que teve uma dimensão pública que, como ele disse várias vezes, "(…) um militar que a coragem e o patriotismo dos nosso jovens oficiais fizeram sugerir para o cargo de primeiro-ministro (…)" e que, nessa qualidade, se manteve igual a si próprio, igual ao homem que conhecemos como nosso pai: os mesmos princípios morais e políticos o nortearam, a ética, o espírito de missão, a seriedade, o rigor, a frontalidade, a transmissão do conhecimento, o debate de ideias, o diálogo, a firmeza, a capacidade de decisão.

E, sempre, sempre, acalentando o enorme sonho de transformação da sociedade e da vida dos portugueses!

O 25 de Abril foi para ele a expressão dos ideais que abraçara na sua juventude: o derrube da ditadura fascista e a transformação do país numa sociedade mais justa, livre e democrática, onde a distribuição da riqueza criaria melhores condições de vida para os mais desfavorecidos, os trabalhadores teriam direitos proporcionais à sua participação na criação dessa riqueza, acesso ao ensino, à cultura, onde o homem teria, verdadeiramente, a possibilidade de se realizar.

Ao tornar-se militar, fê-lo consciente da contradição existente entre integrar as Forças Armadas, então ao serviço da ditadura, e o possível papel que estas poderiam desempenhar no seu derrube.

Por outro lado, os princípios militares fundamentais, designadamente a honra, o espírito de missão, a lealdade, a camaradagem, entre outros, coincidiam com os valores com que fora educado pelo nosso avô Vítor e pelo seu professor, Carlos Alberto de Figueiredo, também ele oficial do Exército, e que aqui é justo referir, pela influência que teve na sua formação intelectual e opção militar, bem como pela imensa amizade que nosso pai lhe dedicava.

Na Engenharia, como ele mesmo disse, "(…) encontrava a conciliação perfeita entre a ciência e a técnica(…)".

Contudo, é fundamental referir que isso não significava nenhum dualismo entre "(…) o civil e o militar. Para mim nunca houve essa dualidade. Houve sempre o predomínio de um ideal que juntava a paixão pelo conhecimento, pela matemática, pela minha profissão de engenheiro militar, com o desejo de transformação da sociedade (…)".

Resolveu aquela contradição no dia a dia da sua vida de engenheiro militar, através de uma profunda dedicação ao trabalho, através do rigor e da exigência com que se empenhava na sua execução, e, na enorme dedicação aos soldados.

Uma das escolas da sua formação foi, precisamente, a vida militar, a tropa e a vida com os soldados.

Pelas suas palavras "(…) Esse contacto directo tornou-se também determinante para a formação das minhas ideias políticas, porque eu conheci concretamente o povo português que era ali o povo fardado. Eu ensinava tudo aos meus soldados, desde noções básicas de comportamento moral e cívico até simples regras de higiene como tomar banho, etc., procurando contribuir para a sua formação humana e para a sua emancipação. Isto no aspecto da defesa e promoção da dignidade humana dos nossos militares. Depois havia a dimensão cultural: comprava livros que os ajudassem … Em resumo a minha maior preocupação foi sempre ajudar a formar homens o mais possível livres e responsáveis (…)"

Manteve-se na carreira militar na expectativa de poder vir a contribuir para a queda da ditadura fascista, sustentada pelas Forças Armadas onde ingressara, sabendo que a vida por que optara, iria ser dura, difícil.

E sobre isso logo alertou a que viria a ser a sua terna, firme, corajosa e amorosa companheira: a Aida, a nossa mãe.

A jovem beirã, do Fundão, de uma grande inteligência e sensibilidade mas rebelde, que não queria "ficar dependente de nenhum homem", apaixonou-se pelo Vasco, que defendia com ardor a igualdade de género.

Permitam-nos que lhe prestemos, também hoje, uma homenagem pelo seu valor enquanto mulher, companheira, mãe e avó, e que reproduza as palavras que sobre ela escreveu o actual director do Jornal do Fundão aquando da sua morte: "(…) Era sempre uma senhora afável e de grande sobriedade, com uma enorme sensibilidade social que fez sempre da amizade um valor absoluto. (...) Recebia todos com um sorriso de afecto e extrema amabilidade e transmitia ao mesmo tempo, uma determinação inabalável que era também a imagem de absoluta serenidade (…)".

A Aida foi um verdadeiro carvalho beirão que ladeou o nosso pai e sempre se lhe dedicou, firme no apoio, no incentivo, na retaguarda de Vasco. Que estendeu, enredou e adubou as raízes da família e dos amigos que envolveram e acompanharam nosso pai.

E que resistiu, de facto, na vida sobre a qual ele a avisou.

Quanto a ele, até ao dia 25 de Abril foi sempre um homem amargurado, de semblante carregado, triste. Muito ocupado, trabalhava imenso. Dedicava-se também à engenharia civil, noite adentro, fazendo serões, todos os dias, no escritório que partilhava com o irmão António, igualmente engenheiro, e o grande amigo, José Raimundo, também engenheiro militar e seu companheiro desde a Escola do Exército.

Só o Domingo era dia de descanso, que aproveitava para ler e estudar.

Nas férias grandes, íamos para a praia, mas todos os dias vinha de comboio para Lisboa com o mesmo ritmo de trabalho.

Em Setembro, tirava efectivamente duas semanas de férias e levava-nos a conhecer Portugal e a sua história, com o "Guia de Portugal" debaixo do braço, entrávamos em todos os monumentos, museus, igrejas, palácios, capelas e aguçava-nos o interesse com as fantásticas descrições escritas que lia em voz alta, acompanhando-as com explicações detalhadas dos sistemas construtivos, dos elementos decorativos, e pormenorizadamente enquadrava os acontecimentos e as diferentes épocas históricas.

Percorríamos aldeias, vilas e cidades, detendo-nos na beleza das paisagens, dos conjuntos urbanos, dos pelourinhos, das pontes e das barragens. Nesses passeios, víamo-lo feliz e brincalhão, dedicava-se inteiramente aos filhos.

Quando em comissão em Angola e Moçambique, sempre se preocupou em conhecermos os países, contactarmos as gentes e percebemos as culturas.

Ao ser nomeado primeiro-ministro, aos 52 anos de idade, o nosso pai continuou igual a si próprio, assumindo mais esse cargo como uma missão, na perspectiva do cumprimento dos "(…) deveres indeclináveis do MFA para com o povo português", como um militar, só que desta vez na absoluta concordância de ideais e objectivos, porque membro do Movimento das Forças Armadas.

Incumbido da tarefa de prossecução do Programa revolucionário do MFA, tinha agora por missão aquilo por que sempre sonhara: contribuir para a instauração de um regime democrático, para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a profunda transformação económica, social e cultural da sua Pátria.

A Pátria que, como ele definia muito objectivamente " (…) não é uma entidade mítica, mas é uma entidade concreta, constituída por todo um povo de carne e osso que vive dia a dia os seus problemas, que sofre e que tem alegrias, que a constrói dia a dia na medida das suas possibilidades (…).

Assim foi como militar, como político, e como pai.

▶ ROMAGEM AO TÚMULO DE VASCO GONÇALVES NO 5.º ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE

A enorme sede de saber

A figura pública em nada diferia da privada.

Esteve na política com os mesmos princípios, a mesma postura, modesta, digna, honrada, patriótica e de entrega ao seu povo.

Exigente e rigoroso. Exemplar nos princípios e ideias que defendeu, dando-nos sempre um perspectiva histórica, filosófica e política dos assuntos de que falava, procurando sempre ensinar-nos os porquês.

Preocupado com a nossa formação de modo a que integrasse a actividade física, a música e outras expressões artísticas e culturais.

Militar com preparação intelectual, cultura política, económica e social, estava habituado a reflectir, a questionar, a ouvir, a estudar, e acima de tudo, imbuído, sempre, de um rigoroso espírito científico, na análise e avaliação dos problemas e situações, na ponderação das soluções e acções a empreender.

Apaixonado pela história e filosofia. Apaixonado pelo saber, essa, era, quanto a nós, uma das suas mais marcantes facetas.

O saber, a enorme sede de saber, o espírito aberto ao conhecimento. O saber que permite entender a evolução dos homens e das sociedades, o saber que nos aproxima do entendimento do mundo, que nos torna mais livres, por capazes de raciocinar pelas nossas cabeças. O saber, não para exercermos poder sobre os outros, mas para nos aproximar deles.

O saber e não o ter.

O saber que nos prepara e capacita para a vida e nos torna competentes no trabalho.

Era uma forma de nos proteger enquanto pai.

Perdoem o tempo que demorei. Não consegui ser mais breve.

Muito obrigada pela vossa atenção, pela vossa companhia e pela vossa presença que é a presença de Abril, sempre connosco. ■

Alguns e algumas dos que responderam à evocação da memória de Vasco Gonçalves.

Afastou-se sem ressentimentos

NUNO PINTO SOARES

SÃO HOJE 11 de Junho de 2010. Vertiginosamente estão passados cinco anos sobre o desaparecimento precoce de um muito, muito grande amigo.

Chamava-se em vida e permanece em espírito, com o nome de Vasco Gonçalves.

É por esse desaparecimento que estamos aqui e tantos outros militares e cidadãos gostariam de estar também. O momento é assim e sempre de consternação pela falta que Vasco nos faz, nestes caminhos, que percorria com sorriso e confiança, que a tantos de nós acalentou.

Estaremos hoje aqui para lhe dizer que essa amizade nos marcou, e que por ele, muitas, vezes percorremos os nossos caminhos com esse exemplo presente.

Dos variados e prestigiados percursos da sua vida, hoje salientamos a consciência com que sempre trabalhou pondo o culto do dever acima das suas inclinações.

Olhou sempre como uma honra, empregar e desenvolver pelo trabalho, os seus valores.

Trabalhou sempre com moderação e paciência, nunca recuando perante o cansaço e as dificuldades e sempre com desapego de si mesmo e longe da complacência nos sucessos.

Há 36 anos quando julgou estar no caminho correcto, lutou com lealdade, desde logo se afastando quando lhe apontaram que o caminho era outro. Afastou-se com verdadeira postura de integridade, acompanhando o percurso que se desenrolou posteriormente, no recato da sua casa e amigos, sem ressentimentos.

É esse o exemplo do Politico (com P grande) que nos dias de hoje bem devia ser seguido.

Vasco Gonçalves quis esta última morada. No Talhão dos Combatentes.

Não sabia se estaria entre soldados, se entre generais.

Não sabia se entre lutadores de causas de esquerda se de direita.

Quis tão simplesmente vir para junto de militares, que, por tradição milenar, tiveram que lutar pela pátria.

A gratidão é um fruto de grande cultura: não se encontra entre gente vulgar.

Vasco Gonçalves não precisava de admiradores, mas sim de alguém que lhe desse valor à sua maneira de ser e ao seu carácter. ■

Vasco é nome de Abril

JOSÉ CASANOVA

HÁ CINCO ANOS estivemos aqui e aqui deixámos o nosso imenso adeus ao general Vasco Gonçalves, ao Companheiro Vasco: um imenso adeus feito de muita amizade e muita admiração; feito de sentida tristeza e de profunda saudade – um imenso adeus feito da justiça social, da liberdade, da fraternidade, da solidariedade que são parte constitutiva dos ideais de Abril.

Hoje voltamos aqui com a mesma amizade e admiração, com a mesma tristeza e saudade, e sempre tendo como referência esses mesmos ideais, dos quais não só não prescindimos como deles fazemos bandeiras da luta por Abril que todos os dias continuamos.

E aqui recordamos e saudamos a memória do Companheiro Vasco, o seu exemplo de dignidade e de verticalidade, de frontalidade e de lealdade, de coragem e de patriotismo, de inteligência e de cultura, de modéstia e de vontade de saber, de lucidez e de coerência – características e qualidades que ele sempre complementou com uma postura de fraterna solidariedade.

Vasco é nome de Abril. Na verdade, da memória do 25 de Abril de 1974 construído pelos heróicos capitães de Abril – desse tempo novo de povo feliz nas ruas conquistando as liberdades através do seu exercício e dando os primeiros passos no caminho do processo revolucionário que fez da Revolução de Abril o momento mais luminoso e de maior modernidade da nossa história colectiva – emerge, límpida e transparente, a figura ímpar de Vasco Gonçalves, como o mais puro e fiel intérprete dos ideais libertadores e transformadores de Abril.

Os quatro governos provisórios de que, durante 14 meses, foi primeiro-ministro por decisão do MFA, corresponderam ao período mais exaltante, inovador, criativo e avançado do processo revolucionário.

Certamente porque, com Vasco Gonçalves, com o Companheiro Vasco, pela primeira e única vez Portugal teve um primeiro-ministro que se identificava totalmente com os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Certamente porque, com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, os trabalhadores, os mais desfavorecidos, os mais injustiçados, viram os seus legítimos direitos respeitados e as suas condições de vida significativamente melhoradas.

Certamente porque, com esse primeiro-ministro, se avançou para as grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações, o controlo operário, a reforma agrária, a descolonização.

Certamente porque, com Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, se deram os primeiros grandes passos para a construção da democracia de Abril: uma democracia amplamente participada – como nunca antes havia existido e nunca depois voltou a existir – em que a opinião dos trabalhadores e dos cidadãos era estimulada, ouvida, considerada – e, por isso, contava.

Certamente, porque o sentido e o conteúdo da política dos governos presididos por Vasco Gonçalves estão impressivamente presentes na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, também ela uma conquista de Abril – e que é um dos mais belos textos da língua portuguesa e o mais fiel retrato da Revolução.

Todos sabemos que é muito o que devemos ao Companheiro Vasco, todos sabemos que temos para com ele uma imensa dívida de gratidão – que é tanto maior quanto maiores são as diferenças entre esse tempo novo de Abril que Vasco Gonçalves protagonizou e o tempo velho de hoje, tempo de impiedoso ajuste de contas com os ideias de Abril e as conquistas da sua Revolução.

E as diferenças são bem visíveis:

À política dos governos presididos por Vasco Gonçalves, que tinha como referência e preocupação primordiais, o respeito pelos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e de Portugal, sucedeu, desde há mais de três décadas, desde o primeiro governo PS/Mário Soares até hoje, a política que tem como único e exclusivo objectivo servir fielmente os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros;

à política que visava a eliminação das desigualdades e injustiças sociais, sucedeu esta política actual, que acentua e agrava essas desigualdades e injustiças; à política patriótica de defesa da soberania nacional, contrapõe-se, hoje, a política de sujeição servil aos ditames das grandes potências, de venda a retalho de parcelas significativas dA nossa independência; à política de paz, que pôs termo às guerras coloniais e proclamou a solidariedade com todos os povos, sucedeu esta política de envolvimento de Portugal em criminosas guerras de ocupação colonialista que tornam os governos que a executam co-responsáveis no assassinato de centenas de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes.

Isto é: a democracia de Abril, moderna, progressista, participada, do povo e para o povo, virada para o futuro, e da qual Vasco Gonçalves foi um dos grandes construtores, foi substituída por uma democracia velha, de fachada, de faz-de-conta, cada vez mais carenciada de conteúdo democrático, de costas viradas para Abril e de olhos postos no passado de exploração e de opressão; o regime democrático nascido de Abril e moldado de acordo com os interesses da imensa maioria dos portugueses, foi substituído por este regime de política única nascido da contra-revolução, moldado ao sabor dos interesses da imensa minoria dos portugueses, ou seja, do grande capital explorador e opressor.

Por tudo isso – pela sua vida, pela sua obra, pelo seu exemplo – o general Vasco Gonçalves ganhou lugar, para sempre, na memória e no coração dos trabalhadores e do povo português – e, pelas mesmas razões, é objecto do ódio dos grandes e poderosos e dos seus servidores, que não lhe perdoam ter sonhado e lutado por um Portugal de justiça social e de liberdade.

Por tudo isso, ele foi admirado por figuras maiores da cultura portuguesa, grandes artistas e escritores; por poetas que o cantaram – entre eles, Eugénio de Andrade, falecido dois dias após o falecimento do General, e de quem aqui quero recordar o belíssimo poema, "O Comum da Terra":

«Nesses dias era sílaba a sílaba que chegavas.
Quem conheça o sul e a sua transparência
também sabe que no verão pelas veredas
de cal a crispação da sombra caminha devagar.
De tanta palavra que disseste algumas
se perdiam, outras duram ainda, são lume
breve arado ceia de pobre roupa remendada.
Habitavas a terra o comum da terra, e a paixão
era morada e instrumento de alegria.
Esse eras tu: inclinação da água. Na margem
ventos areias mastros lábios, tudo ardia»

Por tudo isto, grandes políticos, com papel preponderante na resistência ao fascismo e na Revolução de Abril, manifestaram profundo reconhecimento pelo seu papel – entre eles, Álvaro Cunhal, que a morte levou também dois dias depois de nos ter roubado o Companheiro Vasco, e que dele disse, referindo o fim do V Governo Provisório, com a exoneração de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro e de efectivas responsabilidades militares: «Conseguiram arredar do poder aquele contra o qual, utilizando os mais indignos meios e campanhas, tinham movido uma guerra sem quartel.

Sem quartel, porque, firme e corajoso, durante mais de um ano primeiro-ministro nos tempos cruciais da revolução, deu tudo de si próprio para que em Portugal fosse criada uma sociedade mais justa e melhor.

Sempre com o povo, que o aclamava "força, força, companheiro Vasco/nós seremos a muralha de aço".

Afastaram o general, afastaram o primeiro-ministro. Não afastaram o "Companheiro Vasco" do coração de muitas e muitas centenas de milhar de portugueses e portuguesas para quem a gratidão não é uma palavra vã».

Por tudo isto, o general Vasco Gonçalves era, é, será para sempre, o que a linguagem certeira do povo decidiu que seja: «Vasco, amigo, o povo está contigo»; ou «Companheiro Vasco»; ou simplesmente «O general»; ou, talvez ainda mais sentidamente, apenas e só «Vasco» - Vasco, nome querido entre os mais queridos; Vasco nome nosso entre os mais nossos -por isso nome que se escolhe para dar aos filhos.

Vasco, nome de Abril. Sempre. ■

Militares da UMD condecorados com a medalha de Mérito Militar

CARLOS ALMADA CONTREIRAS

A MINISTRA DA DEFESA do Governo de Espanha, Carme Chacón, impôs a medalha de Mérito Militar a catorze oficiais da União Militar Democrática (UMD), no passado dia 16 de Fevereiro, "com 35 anos de atraso", aos "valentes que sabiam muito bem ao que se expunham e seguiram em frente", conforme referiu a ministra no discurso pronunciado no acto de condecoração.

A cerimónia realizada com toda a solenidade no Ministério da Defesa, em Madrid, presidida pela ministra da Defesa, contou com a presença do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general da Força Aérea José Julio Rodríguez e, ainda, dos chefes do Estado-Maior da Marinha e da Força Aérea, o presidente do Congresso de Deputados e representantes do partidos políticos, além de vários outros oficiais generais e muitos convidados, predominantemente militares.

Tal decisão vem na sequência da aprovação pelo Governo do primeiro-ministro José Luis Zapatero de uma declaração formal de reconhecimento pela acção de elementos das Forças Armadas em prol da democracia e das liberdades em Espanha, com uma menção explícita à União Militar Democrática (UMD).

Aquela declaração institucional teve origem numa proposta do Congresso de Deputados, aprovada no dia 1 de Abril de 2009, na qual se solicitava ao Governo que providenciasse no sentido de homenagear os militares que haviam colaborado decididamente no processo de evolução para um regime democrático em Espanha, com especial menção à UMD.

Em concreto, a referida proposta, formalmente uma "Proposición no de Ley", segundo a terminologia oficial espanhola, estipula:

"O Congresso dos Deputados solicita ao Governo que inicie as acções necessárias para prestar homenagem aos militares que colaboraram resolutamente no processo de evolução para um regime democrático em Espanha com especial reconhecimento àqueles que, em defesa de esses ideais, arriscaram a sua carreira e promoções, inclusive a sua liberdade pessoal, como membros da União Militar Democrática (UMD) e que dê a conhecer publicamente, com rigor, os seus sacrifícios pessoais e profissionais".

Para cumprimento daquela proposta do Congresso de Deputados o Governo de Espanha, aprovou e publicou no Boletim Oficial do Estado (BOE), n.º 293, de 5 de Dezembro de 2009, uma Declaração Institucional em que no seu preâmbulo se afirma "o reconhecimento público a todos os militares que colaboraram no processo de evolução para um regime democrático em Espanha".

Relativamente ao reconhecimento especial aos membros da União Militar Democrática (UMD), conforme explicita, a declaração do Governo estatuiu:

"1.º Um Grupo de Militares com convicções democráticas constituíram em 1 de Setembro de 1974 a organização denominada União Militar Democrática, com a finalidade de apoiar, a partir do interior das Forças Armadas, o estabelecimento da democracia em Espanha.

2.º Com o objectivo de facilitar a nova legalidade, no dia 27 de Junho de 1977, uns dias depois de celebradas as primeiras eleições livres, decidiram a sua auto dissolução, pondo fim às suas actividades, cumprindo assim, com coerência, o seu programa estatutário.

3.º Os militares ligados à UMD foram alvo de processos judiciais e disciplinares tendo por base, não o seu desempenho profissional, mas sim o seu apoio à democracia.

4.º Oficiais do Exército e da Força Aérea foram processados e condenados por pertencerem à UMD e a quase totalidade deles afastados do serviço activo...Além destes, outros processos foram abertos contra membros da UMD, sem que os acusados fossem finalmente condenados.

5.º A Lei 24/1986 (...) de reabilitação de militares profissionais (...) permitiu a sua reincorporação nas Força Armadas, com a graduação que lhes correspondesse por antiguidade. A reabilitação legal não supôs, contudo, a sua incorporação no serviço activo. Por ter decorrido um tempo excessivo, as circunstâncias não tornaram possível que fossem ocupar situações que algum deles tivesse desejado, razão porque, todos , num curto espaço de tempo, passaram à situação de reserva."

E a referida Declaração Institucional termina deste modo:

"É de justiça manifestar que os sacrifícios pessoais e profissionais assumidos pelos militares da União Militar Democrática (UMD), os quais arriscaram a sua carreira e promoção profissional e, inclusivamente, a sua liberdade profissional, são prova evidente do seu patriotismo, da sua alta consciência democrática e da inquietação em contribuir para melhorar as Forças Armadas, no quadro da convivência entre todo os espanhóis. O compromisso dos membros da UMD contribuiu para tornar visível a vontade de um número significativo de oficiais das Forças Armadas que facilitaram e apoiaram a transição para um regime democrático e constitucional."

Enquanto em Espanha, após a recente morte do almirante Carrero Blanco, em Dezembro de 1973, algo começava a "mexer" no interior do regime ditatorial saído da guerra civil, um pequeno grupo de jovens oficiais começa a despertar para a necessidade de enfocar as suas Forças Armadas de maneira distinta daquela em que o regime franquista as tinha espartilhado.

Como referem José Fortes e Luis Otero, no seu livro"Processo a Nove Militares Democratas, As Forças Armadas e a UMD", "(...) inesperadamente, como uma chicotada, chegam as notícias do 25 de Abril português, o golpe dos capitães. A revolução do cravo inicia a sua marcha entre aclamações populares com precisão e brilho, quase com elegância. O impacto entre os oficiais é evidente. Portugal, de igual modo que anteriormente o Chile, será o grande teste da orientação política dos oficiais. É, com efeito, um acontecimento demasiado próximo, uma alternativa demasiado paralela, um sonho demasiado formoso."

Mês e meio após o 25 de Abril de 1974, os majores Julio Busquets e Luis Otero, vindos de Barcelona e Madrid, respectivamente, encontram-se em Lisboa com militares portugueses que haviam participado no Movimento dos Capitães. Entretanto o capitão José Fortes, a partir da Galiza, entra em contacto com os "capitães" do Porto. A partir de um encontro em Madrid, ainda em finais desse ano, as relações da recém-criada UMD com o Movimento das Forças Armadas começa a tomar uma forma mais estruturada.

Entretanto, nos inícios de Setembro de 1974, em Barcelona, reunia-se, aquela que foi considerada a primeira Assembleia de Oficiais de Barcelona e Madrid. Conforme os próprios testemunham, com entusiasmo, ingenuidade, idealismo, por entre uma intransigente prática democrática em conflito com velhos hábitos hierárquicos e a recém estreada clandestinidade, aí se discute o anteprojecto de um Programa, são escolhidos os primeiros delegados regionais e lançado o nome da organização que iria ficar para a história: União Militar Democrática (UMD).

Após aquela primeira Assembleia, em 28 de Dezembro de 1974, num centro religioso nos arredores de Madrid, sob a protecção dum "director espiritual", o sacerdote António Albarran, e os sobressaltos próprios de qualquer reunião clandestina sob ditadura, realizava-se uma segunda Assembleia com duas dezenas de delegados representantes de várias unidades militares, na qual são aprovados o Programa, a Estrutura Organizativa da UMD e finalmente, eleito um Comité Executivo Nacional, composto por Luis Otero e Jesús Martin-Consuegra (Região Centro), Julio Busquets e Julián Delgado (Nordeste) e José Fortes (Noroeste).

Os agraciados na companhia da ministra da Defesa de Espanha, Carme Chacón.

Carme Chacón no uso da palavra.

Fernando Reilein falou em nome dos condecorados.

Na Páscoa de 1975 realizava-se a terceira Assembleia da UMD representando já um universo de duas centenas e meia de oficiais, porém muitos menos daqueles que os Serviços de Informação Militar estimavam: um milhar. Nessa assembleia seria nomeado um "Comité Táctico", um Grupo Operacional, diríamos nós, constituído pelos capitães Restituto Valero e Manuel Fernandez Lago, com o qual, em Madrid, ao longo do primeiro semestre de 1975, elementos do MFA vão ter algum que outro encontro.

Naturalmente que o sonho dos oficiais espanhóis vai começar a sofrer as primeiras vítimas, que os regimes ditatoriais não caem por si.

É assim que, ainda em 1974, o capitão de Engenharia Bernardo Vidal, primeiro e logo no início de 1975, com as prisões do major Júlio Busquets, do capitão José Julve e do capitão Molina, todos da arma de Engenharia, se inicia uma vaga de prisões de carácter político , o que é inédito desde 1939, quando termina a guerra civil e faz abrir uma brecha, pela primeira vez, no monolítico corpo de oficiais resultante da fratricida contenda.

Entre prisões e destinos impostos, tal como os capitães do MFA conheceram antes do 25 de Abril, outros capitães e alguns majores do Exército de Espanha, vão conhecer a repressão, por estarem vinculados ou próximo do ideário democrático da UMD. Assim vão conhecer o amargo da repressão o major Lopez-Amor, o capitão Juan Diego, o capitão Julian Delgado, o capitão Arturo Gurriaran, o capitão Garcia Valdivia, o capitão Perinat, o capitão Delas, o major Guillermo Reilen e o major Ricardo Ramos.

Tenha-se presente que a atenção das autoridades militares franquista já se vinha preocupando do antecedente com aqueles que pudessem mostrar ideias liberais ou democráticas. É assim que, em Julho de 1973, a seis dias do fim do seu curso na Academia de Infantria de Toledo quatro alferes-cadetes foram presos e posteriormente expulsos, sempre por razões políticas. Dois deles, Mario Fallos Mollá e Francisco Garcia Garcia, estavam a uma semana de terminarem o curso e ser promovidos a tenentes; os outros dois, Faustino Cangas Martínez e Juan Vasquez iam passar para o quarto ano da Academia.

Entretanto, a 29 de Julho de 1975, são presos por oficiais do Exército, acompanhados de guardas civis à paisana, o major Luis Otero, os capitães do Exército José Fortes, Restituto Valero, Fermin Ibarra, Antonio Garcia Márquez, José Fernando Reilein, Manuel Fernandez Lago e, dois dias depois, o capitão da Força Aérea Jesús Ruiz Cillero e o capitão Jesús Martin-Consuegra.

O capitão da Força Aérea José Ignácio Dominguez Martín-Sanchez, que fazia parte da lista de oficiais a deter não o seria por se encontrar de férias fora de Espanha. Tal facto vai permitir que este se constitua, nos tempos que se seguiram à detenções daqueles, no incansável porta-voz na clandestinidade da UMD, efectuando múltiplas intervenções nos meios de comunicação fora de Espanha, as quais tiveram larga difusão em todo o mundo.

Os oficiais detido julgados em Conselho de Guerra meses depois, foram condenados a penas de entre oito a doze anos de prisão e separação de serviço, pena esta que não seria aplicada a dois deles.

Posteriormente, seriam igualmente julgados e condenados em Conselho de Guerra, os capitães José Ignacio Dominguez Martín-Sanchez e Antonio Herreros Robles.

Militares da UMD

Somente passados cerca de dez anos uma amnistia viria a permitir a sua reintegração nas Forças Armadas, sem qualquer efeito prático em termos de colocação em unidades militares, aparte a reconstituição da sua carreira militar, em termos de graduação no posto hierárquico que lhes competia.

Se analisarmos o Programa da UMD, o "Ideario", como pelos militares espanhóis aquele foi designado, verificamos que, na prática, todos os objectivos nele consignados, em prol de um Espanha democrática, acabaram por ser realizados ao longo dos anos da transição pós-franquista.

Senão, vejamos, ainda que resumidamente:

Objectivos Nacionais:

- Pleno estabelecimento dos Direitos do Homem e das liberdades democráticas;
- Reformas de tipo socioeconómico e reconhecimento da livre organização sindical;
- Reconhecimento do direito de eleição democrática dos seus representantes;
- Elaboração de uma Constituição que permita a Espanha integrar-se na Europa.

Objectivos Militares:

1. Reorganização das Forças Armadas e criação de um Ministério da Defesa, como órgão único de direcção;
2. Revisão da lei do Serviço Militar;
3. Reforma do Serviço de Justiça Militar;
4. Elaboração do Estatuto do Militar.

Se olharmos para o panorama político e militar espanhol alcançado ao longo dos anos que se sucederam após a definição daqueles objectivos pela UMD, no já longínquo ano de 1974, vemos que todos eles foram sendo alcançados, tendo permitido a transformação das Forças Armadas espanholas no sentido de uma total identificação com a democracia e liberdade em Espanha.

A Associação 25 de Abril associa-se com orgulho à decisão da ministra da Defesa do governo de Espanha, Carme Chacón, de condecorar com a Cruz de Mérito Militar os coronéis reformados Luis Otero, Enrique López Amor, Restituto Valero, José Fortes, Manuel Fernandez Lago e Jesús Martín Consuegra, os tenentes-coronéis reformados Abel Jesús Cillero, Juan Diego, Arturo Gurriaran, os tenentes-coronéis na reserva José Ignacio Domínguez e Fernando Reilein e, a título póstumo, os tenentes-coronéis Fermin Ibarra, Antonio Herreros e Antonio García Márquez, os quais representam brilhantemente todos os militares da UMD que sendo perseguidos e tendo as suas carreiras militares destruídas, contribuíram decisivamente para a constituição de umas Forças Armadas ao serviço da democracia e da liberdade em Espanha. ■

Doutoramento na Uni

O NOSSO ASSOCIADO Emygdio Landerset Cadima, distinto intelectual, investigador e académico, professor na Universidade do Algarve, mas também um indefectível lutador pela liberdade e militante antifascista que honra a A25A, foi agraciado com o doutoramento honoris causa pela sua Universidade. O Referencial regista a justa consagração com alguns extractos, em tradução livre, do discurso de laudatio do professor doutor Rafael Robles, que nos foi remetido pelo também nosso associado professor Mário Ruivo e que, por mera razão de espaço, lamentamos não transcrever na íntegra. Até porque esta peça de oratória é também um louvor ao 25 de Abril.

* * *

Quando perguntei aos serviços de protocolo da Universidade se devia ater-me estritamente às regras de uma cerimónia deste tipo, a resposta foi que "dentro da formalidade da cerimónia, há naturalmente lugar para uma linguagem simples e é até agradável dar a conhecer o Homem por detrás do cientista que homenageamos. Ele é imensamente apreciado na Universidade do Algarve". Valoriza-se por isso que se fale do Homem que está por trás do cientista... Quando li esta mensagem devo dizer que tive umas sensações estupendas [...]

Emygdio Landerset Cadima nasceu em 1927 en Angola. Em 1950 termina a Licenciatura em Matemáticas na Universidade de Lisboa, especializando-se [...] em temas de computorização (então no seu início), probabilidades, teoria de amostragem e métodos estatísticos no LNEC. De 1953 a 1958 dedica-se [...] ao ensino, sobretudo em Angola [...] A partir de 1959 aumenta o seu interesse pelos temas da pesca, colaborando com o Instituto de Biologia Marítima (IBM, depois INIP, hoje IPIMAR) [...] especializando-se em modelos de avaliação de recursos pesqueiros [...] com outro tipo de investigação mais moderna, numa base matemática e estatística quase inexistente até então [...] Em 1962 viu-se forçado a abandonar Portugal [...] por ser militante do Partido Comunista [...] esteve primeiro no Canadá [...] e posteriormente na FAO [...] em Cuba [...] durante 4 anos, regressando então à sede central de Roma durante quase mais 6 anos onde desenvolveu uma enorme actividade internacional [...]

Pôde por fim voltar a Portugal doze anos depois da sua partida (1974), incorporando-se de novo no INIP, onde foi nomeado director dos Serviços de Estatística e Dados e do Serviço de Avaliação de Recursos. Nessa altura Emygdio Cadima já se havia tornado uma referência mundial na avaliação de recursos pesqueiros [...] em 1975, sendo eu então Director do Centro Oceanográfico de Vigo do Instituto Espanhol de Oceanografia (IEO), a incipiente equipa de pescas do laboratório e eu próprio tivemos a imensa sorte de começar a colaborar com ele e seu também incipiente grupo, tanto em organizações internacionais de pesca [...] como em instituições científicas internacionais [...] o nosso primeiro grupo de trabalho sobre a sardinha ibérica comemorou em Lisboa [...] o primeiro aniversário da revolução de Abril de 1974; foi algo inesquecível por muitas razões, científicas e não científicas (aí aprendi aquele slogan "Força, força companheiro Vasco, nós seremos a muralha de aço") [...] Ele conseguiu que as organizações internacionais pesqueiras adquirissem uma importância e notoriedade nunca antes alcançada e que a investigação e cooperação internacional se convertessem numa necessidade [...] Foi uma série de 8 a 10 anos em que se produziu a maior e melhor colaboração, cooperação e coordenação entre os institutos nacionais de investigação marinha de ambos os países [...] naquela época, nos nossos laboratórios não tínhamos computadores nem sequer fotocopiadoras [...] Uma história que possivelmente mais alguém aqui presente recordará, foi a nossa desmoralização quando, durante um curso em Vigo se avariou a única calculadora de que dispunhamos e que continha os programas que devíamos utilizar; um caos, pensámos, porém tudo se arranjou: ¡¡Emygdio reconstituíu tudo de memória durante a noite!!. E não só isto, graças à sua maneira de ser, facilitou a criação de laços de união e amizade entre todos os integrantes daquelas equipas de trabalho, que nunca se romperam, ainda que aquela Comissão Permanente de Investigação Ibérica fosse pouco a pouco definhando [...] sobretudo em consequência da gradual falta de apoio dos seus superiores, que culminou com a sua saída do INIP em 1986.

Felizmente a Universidade do Algarve acolheu-o de imediato no seu seio nesse mesmo ano; viu-se que já então os seus dirigentes tinham este espírito progressista e aberto tanto à qualidade científica como à qualidade humana. Os factos demonstram que acertaram plenamente e este acto é a sua confirmação. Nos frutíferos 11 anos da sua actividade nesta Universidade alcançou possivelmente o zénite, tanto na sua enorme qualidade de professor como na sua capacidade como

versidade do Algarve

O professor Emygdio Landerset Cadima

organizador e director de actividades de investigação e de projectos científicos de cooperação nacional e internacional. Há que destacar também o seu apoio activo à gestão da Universidade, então recém-criada, como membro do Senado Universitário e, dentro da Unidade de Ciências e Tecnologias de Recursos Aquáticos, como membro do seu Conselho Pedagógico e ainda, como não podia deixar de ser, da Assembleia de Representantes. Sendo tudo isto assinalável, possivelmente o seu contributo mais importante foi o de conseguir criar escola, coisa que poucos professores conseguem e fazer desta Universidade um viveiro de biólogos pesqueiros. Durante esse tempo também em Espanha pudemos contar com ele para ministrar novos cursos em quase todos os laboratorios do IEO [...]

É extraordinário como ainda hoje, com os seus 83 anos, continua activo e participa como assessor científico da Federação dos Sindicatos de Pesca Portugueses [...] eterno Emygdio Cadima! [...]

A longo da sua carreira profissional, o professor Cadima publicou 35 trabalhos científicos [...] muitas das suas publicações têm sido citadas em trabalhos de outros autores e em relatórios de reuniões de grupos de trabalho internacionais [...] Não creio que se possam encontrar, mesmo hoje e não só em Portugal, figuras com uma solidez científica de esta magnitude e que hajam feito tanto pelo desenvolvimento da ciência pesqueira. [...]

Mas o seu valor vai muito além do estritamente científico; há aspectos de qualidade humana, de pertencer a um grupo de cientistas contestatários, perseguidos e ignorados durante anos, que nem todas as universidades têm sido ou são capazes de valorizar, daí o mérito que para mim tem esta Universidade do Algarve [...] Porque, penso, as "causas de honor" para um doutoramento não são exclusivamente as científicas, literárias ou artísticas, mas também esse algo mais de ser um exemplo para as gerações de alunos – antigas, actuais e futuras. No nosso caso, estou seguro de que a UALG buscava esse plus, esse algo mais dos valores humanos, por isso felicito o seu Reitor e o seu Claustro e por isso me sinto orgulhoso de estar hoje aqui nesta universidade, tratando de explicar o porquê do acerto desta concessão.

Entre os aspectos profissionais e humanos que tornam Emygdio Cadima especial como pessoa [...] eu destacaria estes cinco:

1.º A grande coerência e congruência em todas as suas actuações [...]

2.º A grande qualidade humana (solidário, responsável, comprensivo) e o enorme carisma pessoal (simpatia, proximidade, afecto) [...]

3.º Ser um lutador infatigável pelos seus ideais [...]

4.º Dispor de uma grande facilidade natural para criar e dirigir equipas e de uma grande preocupação pelo desenvolvimento da gestão científica dos organismos a que pertenceu.

5.º Contar com uma assombrosa capacidade de discussão e tolerância [...]

E termino. Creio com toda a sinceridade, que o profesor Emygdio Cadima constitui um luxo para a ciência pesqueira portuguesa, que eu ampliaria a Espanha e a muitos outros países da África Ocidental e da América Latina e que, por isso, esta nomeação como Doutor Honoris Causa pela Universidade do Algarve enobrece ambos, a uma por o dar e ao outro por o receber. **P.P.C.**

MEMÓRIA DE 40 ANOS

Tragédia na Guiné-Bissau

A 25 DE JULHO, cumprem-se quarenta anos sobre a tragédia na Guiné-Bissau que ceifou a vida a seis pessoas, quatro das quais deputados à então Assembleia Nacional: Leonardo Coimbra, Vicente Abreu, Pinto Bull, e Pinto Leite.

A desgraça foi presenciada e reportada pelo então jovem repórter Fernando Farinha, na revista angolana *Notícia*, o mesmo Fernando Farinha que, anos mais tarde, no *Diário de Notícias*, haveria de evidenciar raras qualidades de repórter fotográfico e agora honra *O Referencial* como editor fotográfico.

Um grupo de oito deputados do Estado Novo tinha-se deslocado a Cabo Verde e à Guiné-Bissau para uma viagem de estudo. Certamente movia-os o interesse por aprofundar o conhecimento da realidade naqueles territórios, sobretudo a situação de guerra que então alastrava na Guiné.

A guerra na Guiné não seria, no entanto, a causa da tragédia que aqui evocamos. A impressão recolhida pelos membros da visita de estudo seria marcada, afinal, por um acidente natural: uma repentina alteração das condições meteorológicas provocou um pequeno tornado que "engoliu" um dos helicópteros.

O repórter Fernando Farinha descreveu o acontecimento na revista *Notícia*, assim:

Com a visita ao chão Manjaco, situado na circunscrição de Teixeira Pinto (antigo Cachungo), terminara a viagem de estudo que os oito deputados à Assembleia Nacional empreenderam às Províncias de Cabo Verde e da Guiné.

No dia seguinte, domingo, dia 26, a TAP levá-los-ia de regresso à Metrópole. Almoçáramos em casa do administrador daquela circunscrição e fôramos depois para o campo de aviação onde três helicópteros já nos esperavam. Minutos depois regressaríamos a Bissau. À medida que chegávamos íamos ocupando os nossos lugares por esta ordem: quatro deputados no primeiro helicóptero, quatro no segundo e os órgãos da informação civil e militar no terceiro.

Um a um, pois, em formação de três e pela ordem acima referida, os aparelhos fizeram-se a Bissau. Tempo de voo calculado, cerca de vinte minutos.

Os dados estavam lançados.

Aos dez minutos de voo, se tanto, o destino começou a interferir nas nossas vidas...

Principiou a chover. O céu, até ali com uma visibilidade relativa, cobriu-se rapidamente de nuvens. Nuvens cinzentas e de um azul-escuro muito forte começaram a envolver-nos. Logo a seguir deixámos de ver terra. Chovia cada vez mais. A cerca de dez metros, de helicóptero para helicóptero os três pilotos fizeram os aparelhos andar em círculo. Círculos pequenos que se iam alargando. Rodopiávamos sob um temporal enorme, à procura de uma nesga de visibilidade que nos permitisse um ponto de orientação. Só queríamos que se visse um bocadinho de terra, mesmo que fosse hostil.

Nessa altura o tempo piorava cada vez mais. O aparelho, todo ele tremia. E mal se viam os dois da frente. Apesar de enormemente assustado tirei ainda três fotografias. Poucos segundos depois (ainda conservava a máquina na mão) fomos envolvidos numa turbulência ainda maior. A máquina parecia um cavalo assustado, aos saltos. E só nuvens de um azul muito escuro a envolver-nos. Nada mais se podia observar. Agora já nem os outros dois se vislumbravam sequer. Perdêramos a formação. Não havia dúvida. Estávamos dentro de um tornado!

O suor corria-me pela cara, pelo peito, por todo o corpo. Abafava-se!

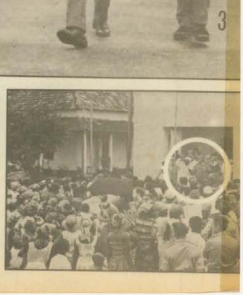
O piloto, um jovem furriel miliciano, agarrado aos comandos e com os olhos postos no quadro de aparelhos, nem por segundos pendeu a calma. Segurava com mãos férreas o helicóptero que insistia na trepidação.

Lentamente, muito, muito, muito lentamente, a situação a bordo começou a melhorar. Lentamente o piloto insistia na procura da nesga salvadora. Uma só nesga que permitisse ver terra. A gasolina consumia-se rapidamente. Agora só terra interessava. Não importava que fosse um pedaço inóspito ou mesmo rodeado por um grupo armado do P.A.I.G.C. Nós queríamos era terra!

E a terra apareceu por uma nesga desejada.

ESTA FOI A ÚLTIMA VIAGEM

O almoço tinha acabado, há pouco. Os deputados e os seus acompanhantes dirigiam-se para os helicópteros que os deveria transportar de regresso a Bissau. Framos demasiado. Iria não chegaríamos ao destino. Na foto maior distinguem-se cinco dos desaparecidos: 1 — capitão Carvalho Andrade; 2 — dr. Leonardo Coimbra; 3 — dr. Vicente de Abreu; 4 — dr. Pinto Bull; 5 — dr. Pinto Leite. O 6.º, o piloto do heli, alferes Lopes Mendes. Ao lado: os deputados com o Governador da Guiné. Foi a sua última cerimónia pública.



O helicóptero, onde seguia o repórter Fernando Farinha, acidentado na ilha Lisboa, com o trem de aterragem partido.

Rapidamente fizemo-nos a ela.

Trinta minutos era a disponibilidade de gasolina quando o aparelho aterrou de emergência.

Ficou com as rodas meias enterradas na lama.

Continuava a chover torrencialmente.

Importa aqui esclarecer que apesar de termos perdido a formação, o contacto rádio entre o primeiro e o nosso funcionou sempre perfeitamente. E tanto é assim que soubemos logo que o primeiro aterrara também de emergência, esse no aquartelamento militar de Jete.

Porém, o segundo helicóptero, deixara bruscamente de se ouvir. Nada se sabia dele. (Soube mais tarde que a situação de emergência no primeiro helicóptero ainda fora mais grave que a nossa.)

Ao fim de meia hora continuava a chover. A visibilidade era, porém, um pouco melhor. Pergunto onde estamos. O piloto esclarece-me que devia ser numa das ilhas de Jete. Ou se calhar já na região de Jete. Talvez a uns escassos dez quilómetros da zona afectada pelo terrorismo.

A chuva insistia, agora miúdinha. Outra meia hora se passou. E o piloto continuava a aguardar a completa visibilidade ou o sobrevoamento da área por aviões da Base Aérea de Bissau, imediatamente alertada pelo primeiro helicóptero que aterrara de emergência (com tanta sorte!) num aquartelamento militar!

O nosso piloto aguardava, porque só tinha gasolina para meia hora de voo e não queria arriscar sair dali.

Assim, cerca de hora e meia depois, (mais uma vez noventa minutos inquietantes) sobrevoou o local um helicóptero de Bissau. Confirmou a nossa posição em área não afectada pelo terrorismo e mandou aguardar. Ia em busca do segundo que ainda não tinha aparecido.

Reconstituição do acidente, passados alguns dias, onde se vê, na foto de cima, a ilha Lisboa, no meio do rio Mansoa, e, em baixo, três helicópteros reconstituem a formação que sofreu o acidente.

Pouco depois, porém, voltava e ordenava o regresso. Foi com imenso alívio de todos que vimos o nosso heli sair do lamaçal e tomar o rumo de Bissau. Não tinha sido desta!

Hoje a tragédia está consumada. Do segundo helicóptero, à data que escrevo estas linhas, 23 horas de domingo, 26 de Julho, concretamente ainda nada se sabe. Apareceram no rio Mansoa umas manchas de óleo. Imediatamente mergulhadores e uma barcaça da Marinha se dirigiram para o local. As pesquisas só pela noite foram interrompidas, mas continuarão

▶ MEMÓRIA DE 40 ANOS

Tragédia na Guiné-Bissau

amanhã. Procuram-se os corpos ou os destroços do aparelho. Tarefa muito difícil. O rio Mansoa é profundo, lodoso e de corrente fortíssima.

A tragédia chegou ao fim. Resta a esperança de poder encontrar os corpos. O azar viajou no segundo helicóptero. A sorte protegeu o primeiro e o terceiro.

O que teria acontecido?

Todos os três pilotos, e disso parece não existirem dúvidas, perderam (uns mais, outros menos) o controle do aparelho.

Calcula-se que o piloto tivesse perdido toda a noção de terra-ar e se tivesse enfiado nas águas do rio julgando tratar-se de uma nuvem. Ou então pode ter sido atingido por uma descarga eléctrica e explodido no ar.

Esta época do ano chove todos os dias na Guiné. Mas, alternadamente, tão depressa está a fazer um sol de escaldar como chove torrencialmente.

Esse dia fatídico de sábado 25 amanhecera sob um sol radioso.

Como me encontrava no mesmo hotel dos deputados em visita à Guiné 'matabichara' com eles. Eram então sete horas da manhã. As viaturas viriam buscar-nos às sete e meia.

Quase que posso reproduzir todas as conversas dessa manhã.

O dr. Leonardo Coimbra, por exemplo, interessou-se vivamente pelas minhas reportagens de guerra. Chegou a pedir-me que lhe arranjasse os 'Notícias' que traziam as reportagens «Uma Guerra a Cavalo», «A Emboscada» e «Oito Homens e um Cão».

Pedira-me, no dia anterior, durante o trajecto para Mansabá, que fizéramos em viatura militar, lado a lado, que falasse de Angola.

O dr. Vicente de Abreu confessou-me que já perdera o hábito de dormir ao fim daqueles dias todos de trabalho. Nesse dia estava a pé desde as cinco horas da madrugada e entretinha-se a preencher postais ilustrados da Guiné.

O dr. Pinto Leite falou-me dos seus oito filhos. Rimo-nos quando eu lhe disse que tinha três e todos nascidos no mesmo ano.

O dr. Pinto Bull era o homem da Guiné. Deputado e devotado a esta Província era querido de todos. E não havia sítio nenhum onde chegasse que o mais humilde não corresse a abraçá-lo.

Desapareceram quatro deputados, um capitão e um alferes piloto aviador.

Não há que lamentar a situação em tom piegas. Estavam na primeira linha, trabalhando para uma Guiné melhor. Quiseram cumprir o seu dever e vir estudar os assuntos no local.

Desapareceram quando contactavam com as gentes da região para tentar resolver os seus problemas. ■

Foi o instinto que levou o repórter a fixar esta imagem, a última em que se distingue esfumado o helicóptero desaparecido. Ao fundo: ***na paisagem serena quase nem se nota que o heli tem as rodas profundamente enterradas na lama, numa das margens do rio Manoão, exactamente no local assinalado no mapa. Noventa minutos dramáticos ali se viveram até que chegassem socorros.***

"VIU-OS DESAPARECER NA TEMPESTADE"

dio entre o primeiro e o nosso funcionou sempre perfeitamente. E tanto é assim que soubemos logo que o primeiro aterrara também de emergência, esse no aquartelamento militar de Jete.

Porém, o segundo helicóptero, deixara bruscamente de se ouvir. Nada se sabia dele.

(Soube mais tarde que a situação de emergência no primeiro helicóptero ainda fora mais grave que a nossa).

Ao fim de meia hora continuava a chover. A visibilidade era, porém, um pouco melhor. Pergunto onde estamos. O piloto esclarece-me que devia ser numa das ilhas de Jete. Ou se calhar já na região de Jete. Talvez a uns escassos dez quilómetros da zona afectada pelo terrorismo.

A chuva insistia, agora miudinha. Outra meia hora se passou. E o piloto continuava a aguardar a completa visibilidade ou o sobrevoamento da área por aviões da Base Aérea de Bissau, imediatamente alertada pelo primeiro helicóptero que aterrara de emergência (com tanta sorte!) num aquartelamento militar!

O nosso piloto aguardava, porque só tinha gasolina para meia hora de voo e não queria arriscar sair dali.

Assim, cerca de hora e meia depois, (mais uma vez noventa minutos inquietantes) sobrevoou o local um helicóptero de Bissau. Confirmou a nossa posição em área não afectada pelo terrorismo e mandou aguardar. Ia em busca do segundo que ainda não tinha aparecido.

Pouco depois, porém, voltava e ordenava o regresso. Foi com imenso alívio de todos que vimos o nosso heli sair do lamaçal e tomar o rumo de Bissau. Não tinha sido desta!

Uma história bonita em separata de 8 páginas

HÁ FELIZMENTE MUITAS escolas em Portugal que, por iniciativa dos seus professores, inscrevem o 25 de Abril em actividades lectivas. É o caso da professora Célia Fernandes, da Escola EB2,3 Gil Vicente, Urgezes, Guimarães, que redigiu um texto sobre a madrugada libertadora, acompanhado de alguns exercícios lúdico-didácticos, através dos quais conduz os seus alunos na aquisição de conhecimentos sobre a acção libertadora do 25 de Abril em ambiente divertido de quem faz um jogo e vai descobrindo novas realidades.

Célia Fernandes é uma professora "da geração de jovens que ouve apenas histórias sobre o que os heróis da Revolução fizeram pelo País". Perante o trabalho que enviou à A25A, ilustrado por Carla Carvalho, que gostosamente publicamos em separata nas páginas centrais desta edição, dir-se-ia que ouviu com atenção e soube transmitir com alma o conhecimento adquirido sobre o 25 de Abril aos seus alunos. ■

Fafe e SAP agraciam a A25A

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE, por proposta do presidente, decidiu por unanimidade agraciar a Associação 25 de Abril com a Medalha de Ouro de Mérito Concelhio.

Por seu turno, a Sociedade Portuguesa de Autores atribuiu a Medalha de Honra à A25A.

Na próxima edição, daremos relevo das cerimónias realizadas em Fafe e na sede da SPA em Lisboa, onde foram outorgadas à A25A as respectivas medalhas. ■

Delegação do Norte reuniu-se em Assembleia-Geral

NO PASSADO DIA 10 de Abril teve lugar na Sede da Delegação Norte da A25A a Assembleia Regional Ordinária na qual foi apresentado o Relatório de Actividades do ano de 2009 e foi possível trocar algumas opiniões, entre os associados presentes, tendo em vista a vida futura da A25A e em particular a vida da Delegação e a sua instalação definitiva.

Com a presença, não muito concorrida de associados, mas com um número razoável, dentro do que vem sendo normal, a reunião não deixou por isso de ser bastante participada e terá fornecido à Direcção alento bastante para continuar a teimar na afirmação da A25A e na conquista de uma nova sede.

Os trabalhos foram orientados pelo vice presidente da Mesa da Assembleia, Ribeiro Pinto, dada a impossibilidade do presidente, Abel Tavares, que dirigiu à assembleia uma mensagem saudando os presentes e transmitindo a sua opinião duma renovada vontade de continuar numa afirmação sempre crescente dos valores que são a razão de ser da A25A.

Foi no início guardado um minuto de silêncio pelos associados falecidos durante o ano anterior e de seguida o presidente da Direcção, Ribeiro da Silva, que anteriormente tinha feito a distribuição do Relatório de Actividades, fez uma referência aos pontos mais importantes.

Referiu a comemoração dos 25 anos da Delegação Norte que tiveram lugar em 31 Janeiro de 2009, quando da realização da AG, que se realizou no Auditoria da Câmara Municipal de Matosinhos e que foi seguido do jantar comemorativo em que estiveram presentes alguns convidados e dezenas de associados e familiares em número muito significativo.

Relativamente às instalações da nova Sede referiu uma certa paralisia que resultará do facto de terem sido três instituições, que em 25 Abril de 2008, assinaram o acordo com a Câmara de Matosinhos, a elas se ter juntado ainda mais uma e cada uma tem as suas exigências.

Não sendo o aspecto financeiro ponto que merecesse especial atenção solicitou o presidente ao consócio Rui Guimarães que apresentasse os comentários e conclusões que a Direcção tinha como oportunos.

Dado o seu interesse, mais ainda do que os comentários que o relatório mereceu, por parte dos presentes e foram onze essas intervenções, aqui se deixa, na íntegra, esse documento.

É de tradição, por ocasião do relatório anual de actividades da Delegação, a Direcção exprimir preocupações e anseios estratégicos no seu funcionamento, Do antecedente temos lamentado a falta de imaginação para dinamizar a vivência interna e desenvolver a cooperação com outras instituições no sentido de expandir o Espírito de Abril, na vertente da defesa da liberdade e do desenvolvimento económico e social

Sendo certo que, cada vez são menos, as actividades com impacto e repercussão pública, não é menos verdade, que se sente, ser cada vez mais crescente a consideração e prestígio que a A25A desfruta na sociedade civil, nomeadamente escolas e associações culturais.

Tal resulta, em nosso entender, do reconhecimento de a A25A manter o sentido de desinteressado de servir sem se servir e ser a garantia de pluralismo e de absoluta imparcialidade perante o poder, desde que assumido com respeito pelos princípios estruturantes do 25 Abril.

São pois cada vez em maior quantidade as solicitações de escolas e outras associações para a colaboração em actividades que contribuem para o conhecimento esclarecido, quer da formação cívica e democrática da juventude, quer junto de outros níveis de saberes nomeadamente universitários, normal e de terceira idade, numa troca de experiências gratificante.

É pois nesta formulação permanente de novos objectivos resultante de vivências quotidianas, que a A25A se irá cimentar e desenvolver cada vez mais, para melhor Servir e constituir-se como paradigma de valores, que devem, solidariamente, apresentar-se à sociedade.

Assim, encontraremos a imaginação e a força interior para lutarmos por novas e melhores condições de instalações que facilitem a acção e proporcionem o intercâmbio entre pessoas e instituições. ■

CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Olhar de Viajante – Patagónia

Na sequência da viagem à Patagónia, em Outubro de 2009 foi organizado um concurso de fotografia, destinado aos seus participantes. Da selecção efectuada foram escolhidas as obras que agora se reproduzem, às quais foram atribuídos os respectivos prémios: 1.º Prémio – João Rosário – "Perito Moreno"; 2.º Prémio – Ana Catarina Rosário – "Puerto Varas"; 3.º Prémio – José Manuel Botelho Leal – "Uma luz no fim... do Mundo"

"Puerto Vazas" – 2.º prémio, Ana Catarina Rosário

"Uma luz no fim... do Mundo" – 3.º prémio, José Manuel Botelho Leal

"Perito Moreno" – 1.º prémio, João Rosário

Ofertas à A25A

Livros: «Monografia das Freguesias do Concelho de Bragança», «O meu nome é Bragança» de Armando Fernandes e Maria José Ferreira, oferta de Vasco Lourenço; «Les lages de la Republique» de Pierre Lambicchi, «Les francs-maçons et la Commune de 1871» oferta de Michel Theil; «Gira pró inferno» de Jorge Castro Guedes, «G.A.M.E.» de Pedro Bandeira freire, e «A Casa dos Anjos» de Luís Mário Lopes», oferta da Sociedade Portuguesa de Autores – SPA, «Memórias do campo de concentração do Tarrafal» oferta da Fundação Mário Soares; «O Vigário» de Rolf. Hochhuth, oferta de Jaime André, «O vermelho e o verde» de José Jorge Letria, oferta do autor; «Mário Cesariny – Catálogo», «Casa Pia de Lisboa, Património no visual em 100 imagens», «Centro Cultural Casapiano – Património Cultural», «220 anos, Casa Pia de Lisboa, instruir, educar e amparar», oferta da Casa Pia de Lisboa; «Vindima» de Miguel Torga, oferta do Conselho executivo da Escola Miguel Torga, «Quinta Real de Caxias – História conservação e restauro». Oferta da Escola Secundária Quinta do Marques; «O que a censura cortou» de José Pedro Castanheira», oferta de Luís Villalobos Filipe; «Movimento das mulheres numa história com futuro 40 anos»; oferta do MDM; «Relatividade e física clássica continuidade e ruptura» de António Brotas, oferta do autor; «Corticeira e o Movimento Operário-1860-1930», de Alexandre M. Flores, «Anais de Almada – Revista Cultural n.º 9/10», «Dar azos ao sonho do 25 de Abril – 30.º Aniversário do 25 de Abril e 1974», «Fernão Mendes Pinto – um aventureiro Português no Extremo Oriente» de Fernando António Almeida, «Almada 25 de Abril em cartazes – 25 anos – 30 anos» oferta da Câmara municipal de Almada; «De Portugal a Macau» de J. Sarmento de Beiras, oferta de José Manuel Barbosa.

Medalha da inauguração do monumento de Homenagem às Bandas de Musica do Concelho da Maia, oferta de António Belo; medalha comemorativa do 25 de Abril – Oferta da Câmara Municipal de Almada.

Pintura a óleo, oferta de alunos da Escola Profissional de Almada. ■

Associados falecidos

Registamos com pesar o falecimento dos seguintes associados: António Alva Rosa Coutinho, sócio fundador (*ver págs. 42-45*); Eugénio Mendes Alves, sócio efectivo; Filipe Luís Mendes Machado, sócio efectivo; Francisco António Vasconcelos Pestana, sócio fundador; José Alberto de Sousa Monteiro, sócio efectivo; José Tenório Janeiro de Carvalho, sócio fundador; Luís José B. de Moura Fernandes, sócio efectivo; Paulo Afonso São José Ramalho, sócio fundador; Rui Gonçalo do Carmo Moura, sócio efectivo; António Ferreira Seabra Coelho, apoiante; Duarte do Nascimento Infante, apoiante; Fernando Antero de Magalhães Brochado, apoiante; Fernando Galvão M. Leitão, apoiante; José Saramago, apoiante (*ver págs. 34-41*). Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências. ■

Convites à A25A

Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, comemorações do XI Aniversário, 21-03-2010; KINO – Mostra de Cinema de Expressão Alemã, sessão de encerramento da montra, 04-02-2010. Embaixador da República de Angola, comemoração do 4 de Fevereiro, 6-02-2010. Presidente da Câmara Municipal de Gaia e Direcção do Círculo de Cultura Teatral – TEP, estreia do 218.° espectáculo do TEP "Frei Luís de Sousa", 11-02-2010; estreia do 219.° espectáculo «O morgado de Fafe Amoroso», 13-05-2010; sessão de lançamento do livro «Páginas da minha existência», 21-05-2010. Governadora Civil do Distrito de Santarém, Edições Afrontamento e a autora, lançamento do livro «O casamento homossexual e o ordenamento jurídico-constitucional português» de Isabel Baptista, 25-02-2010. Presidente da Câmara Municipal de Loures, inauguração da Biblioteca Escolar «Mil Folhas», 14-05-2010. Reitor da Universidade de Lisboa e o presidente do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, cerimónia de atribuição do «Prémio Universidade de Lisboa 2009/2010», 18-05-2010. Galeria 9arte, inauguração da exposição de escultura «Sem Pé», de Marta Burnay, 27-05-2010, inauguração da exposição de pintura «Color Spaces» de João Paramés, 25-02-2010; inauguração da exposição de pintura «African remix» de Ilídio Candja, 25-03-2010; inauguração da exposição de pintura «Só quero viagens em que não tenha tempo de dizer: quero voltar para casa», de Teresa Dias Coelho, 29-04-2010. Presidente da Câmara Municipal de Almada, e o director do Teatro de Almada, apresentação da peça «Comédia Mosqueta», 11-03-2010; inauguração da exposição «Páginas à procura de uma lombada, homens à procura de uma morada» de Jorge dos Reis, 13-03-2010; estreia da peça «Tunning» de Rodrigo francisco, 08-04-2010; estreia da peça «Troilo e Cressida», 29-04-2010; apresentação do «Festival de Almada 2010», 04-06-2010; estreia de «O quarto e comemoração», 09-06-2010; inauguração da exposição «Manifesto» de Duarte Geraldes, 08-05-2010. Presidente da Câmara Municipal da Amadora e o presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, inauguração da exposição «A República na Génese da Banda Desenhada e no olhar do século XXI, 02-06-2010. Presidente da Câmara Municipal de Portalegre inauguração da exposição de tapeçaria e desenho de Cruzeiro Seixas, 23-05-2010. Fundação Mário Soares, edições Almedina e o autor José Manuel Duarte de Jesus, lançamento da obra «Eduardo Mondlane – Um homem a abater», 22-02-2010. Editorial Caminho e a livraria Ler Devagar, lançamento do livro «Diálogos para o fim do mundo» de Joana Bértholo, 04-03-2010. Reitor da Universidade de Lisboa, e a Cátedra de Estudos Sefaritas, apresentação do livro «Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses Mercadores e Gente de Trato», 25-02-2010. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Neo-realismo, inauguração da exposição «The Return of the real – 10» de Manuel Santos Maia, 20-02-2010; inauguração da exposição bibliográfica «António Borges Coelho: procurar a Luz para ver as sombras», 20-03-2010; inauguração da exposição «The return of the real – 11» de Pedro Amaral, 20-06-2010; inauguração da exposição «The return of the real – 12» de António Olaio», 26-06-2010. Conselho de Administração da Municipália EM e o director do Centro Cultural Malaposta, estreia do espectáculo da AGITA «A Fábrica», 19-02-2010. Universidade de Lisboa e a Associação de Amizade Luso Turca, Espectáculo «Sema – A dança dos dervixes», 26-03-2010. Presidente do Conselho de Administração e o Reitor da Universidade Lusófona, sessão Solene do Dia da Universidade, 27-03-2010. Casa das Letras, lançamento do livro «Basta-me Viver» de Carlos Vale Ferraz, 29-03-2010. Edições Colibri e o autor, apresentação do livro «Até amanhã – em Laetoli no Alentejo numa tarde» de António Murteira, 20-03-2010. Direcção da galeria de Arte do Casino Estoril, inauguração da exposição «Rebelião no Zoo – parte II», de Fernando Gaspar, 20-03-2010. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu do Neo-realismo e a Fundação Mário Soares, inauguração da exposição «Memória do Campo de Concentração do Tarrafal», 17-04-2010. Clube do Sargento da Armada, sessão comemorativa do centenário da implantação da República, 10-04-2010; sessão comemorativa do 26.° aniversário da Delegação do CSA no Feijó. 05-05-2010. Presidente da Junta de Freguesia da Venteira, inauguração da exposição «Registo de Santos» de Mabeju Arte, 30-03-2010. El Corte Inglês e a Gailivro, sessão de lançamento do livro «Histórias para contar em noites de Luar» de José Fanha, 29-03-2010. Museu Nacional da Imprensa e a FLAD, inauguração da exposição seguida de colóquio sobre «Obama, Ano I», 04-02-2010. Município de Grândola, cerimónia do hastear da bandeira, 25-04-2010. Fundação INATEL e Direcção do Teatro da Trindade, estreia da ópera bufa «Quixote», 15-04-2010. Bispo de Beja, presidente da Câmara Municipal de Grândola, director da Arte das Musas e o director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, concerto integrado no 6.° Festival de Música Sacra do Baixo Alentejo Terras sem Sombra, 24-04-2010. Liga dos Combatentes, «Dia do Combatente», 10-04-2010. Editorial Caminho, apresentação do livro «Donde Viemos» de António Borges Coelho, 12-04-2010; lançamento do livro «A arte de morrer longe» de Mário Carvalho, 26-04-2010. Editorial Caminho e a Academia de Santo Amaro, sessão de lançamento do livro «Meia hora para mudar a minha vida» de Alice Vieira, 12-04-2010. Teatro Municipal São Luiz, estreia da peça «Os mortos viajam de metro», 9, 10, 11-04-2010; estreia da peça «F…r e ir às compras», 29-04-2010. Teatro Nacional D. Maria II e o Teatro da Cornucópia, estreia de «Miserere» 15-04-2010. Câmara Municipal de Almada, inauguração da exposição «Murais de Abril» de António Paixão Esteves, 10-04-2010. Edições Afrontamento, sessão de apresentação do livro «Movimento de esquerda socialista – Uma improvável aventura» de Paulo Bárcia e António Silva, 29-04-2010. Quid-Novi, lançamento do livro «Portugal e a Grande Guerra» de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, 28-04-2010. Câmara Municipal de Lisboa e Editorial Caminho, lançamento do livro «O 5 de Outubro e a Primeira República», de António Reis, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, 27-04-2010. Escola de Mulheres, estreia da peça «O Argumento – product», 6-05-2010. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, inauguração da exposição de pintura «Paisagens da Galiza» de Xosé Luis Otero, 07-05-2010. Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, inauguração da exposição «A Guarda e a República», 17-04-2010. Movimento Democrático de Mulheres – MDM, 8.° Congresso do Moviento Democrático de Mulheres, 15.16-05-2010. Reitor da Universidade de Lisboa, tertúlia «Inovação, Criação Cultura e o Processso educativo», 17-06-2010. Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento, apresentação do livro «Cometi um Crime? – representação sobre a (i)legalidade do aborto», de Boaventura Sousa Santos, Ana Cristina Santos, Madalena Duarte, Carlos Barradas e Magda Alves, 14-06-2010. Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, apresentação do livro «Viva a República», 16-06-2010. Editorial Caminho e a CElivrarias, lançamento do livro «Santo Asinha e outros Poemas» de Frederico Lourenço, 21-06-2010. Associação Iuri Gagarin e o Conselho Português para a Paz e Cooperação, 65.° aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo, 08-05-2010. Associação Desportiva, Cultural e Social de Frielas, 1.ª Gala de Ginástica Gímnica, 06-06-2010. URAP-União Resistentes Antifascistas, homengam/romagem ao mausoléu dos Tarrafalistas, 13-03-2010. Museu Nacional da Imprensa, inauguração da exposição «25 de Abril», 30-04-2010. Fundação Frederich Ebert, Conferência Internacional «O efeito Obama e o futuro da democracia planetária», 06-05-2010. Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, 36.° aniversário com espectáculo musical «O que faz falta», 02-05-2010. Delegação da ADFA de Vila Nova de Farnalicão, 36.° aniversário, 23-05-2010. Fundação Pró Dignitate, editora Althum.com e o Museu do Neo-realismo, apresentação do livro «Geração do Novo Cancioneiro», 15-05-2010. Fundação Friedrich Ebert e o instituto Ruben Rolo, seminário internacional, «A crise, o euro e os desequilíbrios na EU», 15-06-2010. Governo Civil de Lisboa, inauguração da exposição «O amarelo da Carris», de José Gonçalves, 10-06-2010. Confederação Portuguesa das Colectividades, 86.° aniversário, 29-05-2010. Teatro Nacional D. Maria II, Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas, 6 a 30-05-2010. Casa da Imprensa, cerimónia comemorativa do 105.° aniversário da instituição, 19-05-2010. Profedições e o autor, apresentação do livro «Inter Nacional» de Florival Lança, 16-04-2010. Companhia de Teatro do Chiado, estreia da comédia «Amor com Amor se paga», 21 a 22-05-2010. Director do Instituto dos Museus e Conservação, presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e a directora do Museu da Guarda, inauguração da exposição, «Carolina Beatriz Ângelo – Intersecções dos sentidos, palavras, actos e imagens», 24-06-2010. Direcção do Museu Nacional da Imprensa e o presidente do juri, inauguração do «PortoCartoon – World Festival 2010», 23-06-2010. Teatro São Luiz, «Pina Bausch - um ano depois», 30-06-2010. Fundação Internacional Racionalista, jantar racionalista, 26-05-2010. Associação Iuri Gagarin, sessão evocativa da vida e obra de Vladimir Maiakovski, 30-06-2010. Presidente da Fundação Mário Soares, sessão evocativa de Manuel Tito de Morais, 01-07-2010. Calendário de Letras e a Celivrarias, apresentação do livro «A Metamorfose de Efigénia e uma estória» de Ana Catarina Almeida, 23-06-2010. Embaixador da República da Croácia, Dia Nacional da República da Croácia, 23-06-2010. Guerra e Paz Editores, Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Tito de Morais e Livraria Bertrand Chiado, sessão de lançamento do livro «Manuel Tito de Morais – fotobiografia», 24-06-2010. Directora da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Ciclo «Os filmes dos Presidentes», 29-06-2010. ■

Vamos aprender Bridge! (83)

LUÍS GALVÃO

AS ABERTURAS EM 1ST (particularmente as de 15/17PH) são inibidoras de frequentes intervenções. É natural que conhecendo, à sua direita, uma mão com força do 2.º nível e desconhecendo se o parceiro tem ou não alguns PH e, sobretudo, se tem apoio no naipe, são três argumentos que aconselham o jogador a redobrar cautelas antes da decisão de intervir.

Vamos apresentar uma Convenção que, perante o cenário anterior, fornece algumas "armas" que permitem "incomodar" a linha do abridor em 1ST com um bom nível de segurança e uma clara eficácia.

1 – CONVENÇÕES
1.3 – O CAPPELLETTI

A enciclopédia de Bridge descreve o Cappelletti como uma convenção utilizada para as intervenções sobre 1ST, apresentando-a como se indica:

– A intervenção em 2♥/♠ mostra uma mão bicolor, sendo um dos naipes o anunciado e o outro um dos 2 pobres (♣/♦);
– A intervenção em 2♦ mostra uma mão com um bicolor de ricos (♥/♠);
– A voz de ♣ define uma mão unicolor (naipe de 6 ou +cartas);
– Intervir em 2ST identifica uma mão bicolor e muito distribuicional em ♣/♦.

Comecemos por desmontar o mítico conceito de que não é sensato competir sobre uma abertura em ST forte, sem que se detenha uma mão boa ou muito boa. Na realidade tal conceito só se justifica quando quem pensa em intervir detém mãos balançadas, dado existirem muitas mãos fracas em PH mas distribucionalmente pronunciadas e que merecem uma intervenção.

Temos a convicção de que uma boa parte dos jogadores que utilizam o Cappelletti na sua forma básica, como uma das "armas do seu arsenal" tem o entendimento com o parceiro limitado ao que até aqui foi referido.

A convenção em análise, tal como foi criada e posteriormente melhorada pelo autor, é bastante mais complexa e precisa, como nos propomos apresentar.

Em primeiro lugar há que precisar que as intervenções em 2♣, 2♦, 2♥, 2♠ ou 2ST deverão ser feitas *apenas* com mãos limitadas a 15 pontos (DH). Com mãos mais fortes a intervenção deverá ser feita por Dobre, acautelando uma eventual e proveitosa penalização.

Um dos desenvolvimentos aconselhados pelo autor refere-se à interpretação bipolar que deve ser atribuída à intervenção em 2ST.

Este one-bid é, *normalmente*, utilizado para definir um bicolor de pobres (♣/♦) mas tem um segundo significado que é o de poder definir uma mão altamente distribuicional, seja com um unicolor pronunciado seja com poderoso bicolor do tipo:

♠ 3
♥ RDV964
♦ ARV105
♣ 7

O parceiro do jogador que interveio em 2ST *obviamente* que deverá anunciar o seu melhor naipe pobre, mas ao ouvir o interventor marcar um naipe rico ao nível 3 imediatamente identifica, no parceiro, uma mão poderosa e altamente distribuicional e, além disso, demasiado forte para se limitar a uma *normal* marcação ao nível 2.

Outra marcação que importará esclarecer será a seguinte:

S	W	N	E
	P	P	
P	1ST	D	

O que quererá transmitir o parceiro, já passado, com este Dobre? Será que detém uma mão balançada com força perto da abertura?

É óbvio que tal interpretação não fará muito sentido. Mike Cappelletti aconselha a que esse Dobre seja utilizado para definir uma mão detentora de um naipe rico de 4 cartas acompanhado por um naipe pobre de 4 ou + cartas.

Perante este cenário o parceiro marcará 2♥ se desejar jogar no rico (se ♥ corresponder ao naipe rico do jogador que dobrou este passará, se não for ♥ mas sim ♠ ele corrigirá para 2♠) ou anunciará 2♣ se desejar jogar em naipe pobre, agindo o parceiro com a filosofia anterior na definição de trunfo.

Respostas às intervenções sobre 1ST

SOBRE 2♣

Vimos que a intervenção em 2♣, sobre 1ST, é uma voz artificial que corresponde a uma mão tipo unicolor (naipe com 6 ou + cartas) de força compreendida entre 11 a 15 PH. Sobre 2♣ o respondente dirá *normalmente* 2♦ ao que o parceiro passará, se o seu naipe for ♦, ou então "corrigirá", marcando o seu naipe comprido (2♥, 2♠ ou 3♣).

Convém, no entanto, esclarecer que o "relais" de 2♦ não é o único anúncio que o respondente deve utilizar, numa marcação inflexivelmente monocórdica. Tal não faria sentido com algumas mãos particulares, o que nos propomos clarificar.

A primeira excepção, à não utilização do relais de 2♦ sobre 2♣, justifica-se sempre que o respondente detenha um bom naipe de ♣, de 6 ou mais cartas, circunstância que aconselha a que o jogador passe sobre a voz de 2♣, desde que a força da sua mão não indicie a possibilidade de fazer partida, caso em que deve marcar 3♣.

A segunda excepção à não utilização do "relais" 2♦ verifica-se quando o respondente detiver um *muito bom* naipe de, *pelo menos*, 5 cartas, circunstância em que deverá anunciar 2♥/♠.

A terceira excepção à regra deverá ocorrer sempre que o respondente detiver uma mão balançada com 11 ou mais PH, caso em que Mike Cappelletti aconselha a marcação alternativa de 2ST, a qual deverá ser entendida como um sério convite à partida, dado haver, para além da força em PH, a garantia de fit, qualquer que seja o naipe do interventor.

W	E	S	W	N	E
♠763	RD107	1ST	2♣	P	2ST
♥AD10954	V63	P	4♥	P	P
♦R8	A52		P		
♣A10	V97				

2) **SOBRE 2♦**

Passar sobre a voz de 2♦ ou marcar 3♦, em vez de indicar o melhor naipe rico, só deverá acontecer se detiver um muito bom naipe de ♣/♦ com seis ou mais cartas e desde que não possua 3 ou mais cartas em ♥ ou ♠.

O salto para 3♥/♠ mostra uma mão com 4 ou mais cartas em ♥/♠ e com cerca de 10/11 PS (Pontos de Apoio). A marcação representa um claro convite à partida.

A marcação de 2ST pelo respondente deverá ser interpretada como um convite à partida, ainda que feito *apenas* com 3 cartas, em um ou nos dois ricos (♥/♠), O que se aconselha é que, sobre os 2ST, o parceiro indique o seu melhor naipe pobre (♣/♦), após o que o jogador indicará o trunfo, materializando o convite à partida.

É óbvio que fora destas situações específicas a resposta do parceiro será de 2♥ ou 2♠, indicando um acentuado desinteresse pela partida e nem sequer garantindo a existência de um fit.

W	E	S	W	N	E
♠AV743	109	1ST	2♦	P	2ST
♥RV1052	A73	P	3♦	P	3♥
♦V	AD52	P	P	P	
♣97	V1042				

SOBRE 2♥/♠

Sobre a intervenção em 2♥/♠ a marcação de 3♣/♦ deverá ser interpretada como voz natural feita com naipe de boa qualidade e de 6 ou mais cartas.

O apoio no naipe rico indicará uma mão com 8/10PH.

A marcação de 2ST pede ao parceiro que indique qual o naipe pobre lateral. Mas se seguido pelo apoio no naipe da intervenção (♥/♠) indica *claramente* uma mão com apoio no naipe e que detém uma força de 10/12 PH, constituindo um evidente convite à partida.

W	E	S	W	N	E
♠RD1074	A983	1ST	2♠	P	2ST
♥6	752	P	3♦	P	3♠
♦DV985	R43	P	4♣	P	P
♣R7	A92	P			

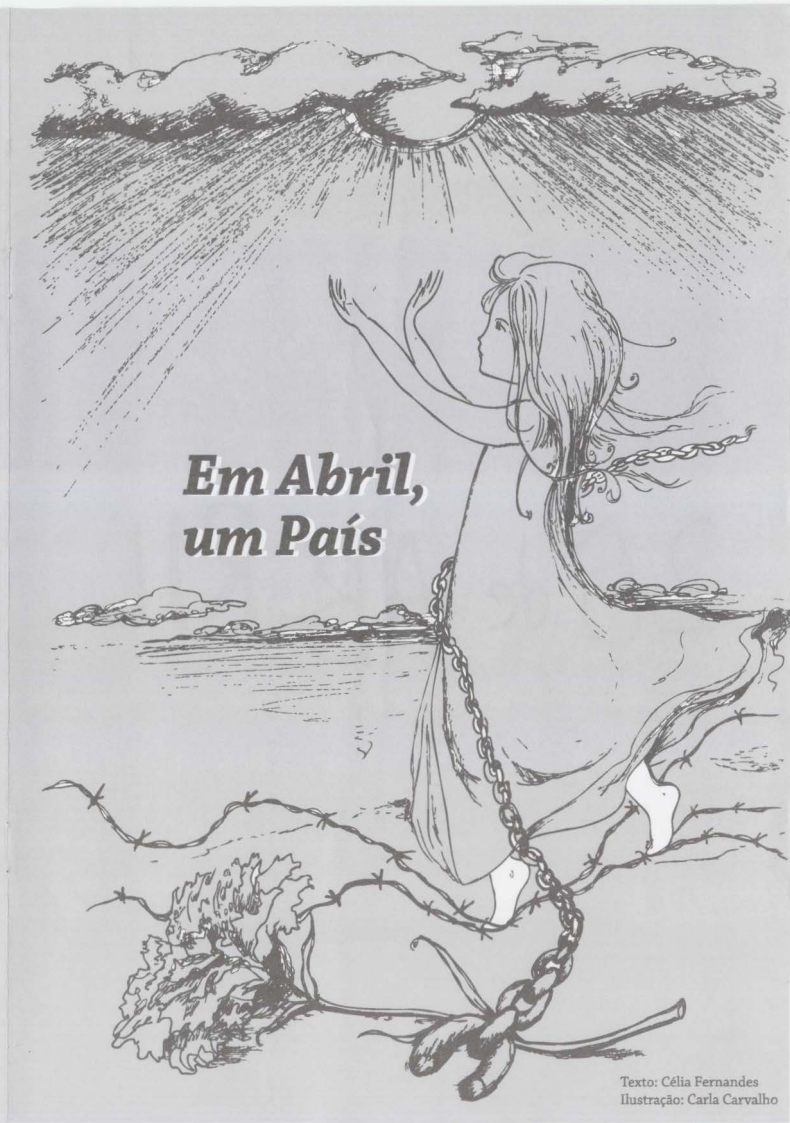
A variante aqui apresentada é, sem dúvida, muito mais completa (e eficaz!) do que a versão mais básica que é normalmente utilizada.

Quando foi o próprio "pai da criança" quem aperfeiçoou estes desenvolvimentos e os recomenda, como poderia eu deixar de o fazer?

Seguir estes desenvolvimentos é ter na sua posse uma arma poderosa, razão por que recomendo a sua inclusão no vosso sistema.

Até ao próximo número. ■

25 DE ABRIL
liberdade
AA 25
1974 - 2010



Em Abril, um País

Texto: Célia Fernandes
Ilustração: Carla Carvalho

25 de ABRIL

1974; um ano mágico! Num fim de tarde foi **Abril Primaveril**.

A noite dos Tempos era escura, os desejos dos homens e mulheres, brilhantes, a **tradição** era velha e muito pesada. Porém, o sol brilhou, brilhou e os raios iluminaram os **Homens**. Todos sentiram que o mágico momento havia chegado. Os militares receberam o oxigénio desejado... **Portugal** partiu na aventura e eles, dirigiram-se ao seu objectivo primordial: a **Democracia**. Depois de atravessarem uma camada de nuvens, as montanhas surgiram no horizonte e, minutos depois, encontravam-se no campo de batalha. O tempo continuava bom, apetitoso apesar das nuvens. Estas, se ergueram no céu e aumentaram a turbulência ...e a **Esperança** ficou cheia de medo! ... Até que...

Foi Abril. Cheirava a **cravos** e o tom era vermelho. A canção era a **alegria** ...os abraços eram fraternidade.

Foi Abril, Abril e ainda hoje é **Abril**... E com Abril fez-se sol redondo. O infinito céu, contente estava incrustado de **Sonhos Esperanças** e **Desejos de Democracia**. Deram-se bem com esta **Terra Portuguesa**. Tudo passou a cheirar a sonho perfeito há muito desejado. Tudo aconteceu em avalanches de alegrias partilhadas. Fez-se o novo pensamento e Abril deu força à **Vontade**, para que os capitães vencessem. E fez-se Abril cantado... Cantou-se **Portugal**; canta-se ainda hoje Portugal.

Fez-se Abril sem medos ... E a força deste país, que se quis diferente, Fez –se com as palavras e as lágrimas de **esperança** que começaram a dançar nos olhos das pessoas.

Fez-se Abril... Aconteceu a **Democracia**... Frágil e ainda a construir.

Fez-se Abril ... E nas **Vontades** resplandeceu a **Liberdade** como nunca antes se havia vivido. Assim nasceu uma maré tão linda, tão linda, que se fez vaga tanta de tão grande que foi incapaz de caber em mão.

Fez-se Abril ... E o **sonho** definiu um país novo com sol radioso e exuberante em lâminas de luz cortando o ar rente, e as ameaças aos baixios negros. O sabor a vento, eco melodioso e o odor da **Liberdade** tinham vindo para ficar...

Fez-se Abril ...E um **Povo** de novo com sorriso para todos e para tudo.

Fez-se Abril. Um país se democratizou ... e um país se descobriu.

Aconteceu Abril.

Acontece de novo Abril...Todos os dias em cada nascimento.

1 - Procura nesta sopa de letras vinte e cinco palavras que facilmente se identificam com o momento histórico que no texto que acabaste de ler é apresentado.

A	D	H	J	L	I	B	E	R	D	A	D	E	E	E	E	G	C	R	M	Y	V	A
D	E	Q	U	I	T	A	P	A	Z	E	S	E	A	L	M	R	O	T	O	E	I	E
F	M	L	A	B	Y	G	L	J	C	A	M	A	R	E	D	Â	M	E	V	T	N	E
E	O	F	E	E	J	A	U	A	A	L	E	G	R	I	A	N	A	I	I	J	T	O
J	C	I	Y	R	H	G	G	M	M	L	E	D	E	Ç	B	D	N	M	M	C	E	U
U	R	J	A	T	I	E	R	A	E	I	S	F	I	Ó	E	O	D	P	E	A	C	C
O	A	T	V	A	P	M	E	I	D	V	T	J	A	E	R	L	A	R	N	M	I	D
L	C	R	N	Ç	A	S	S	S	O	R	U	S	D	S	T	A	N	E	T	R	N	H
I	I	E	E	Ã	O	Y	S	O	S	O	D	K	A	K	U	V	T	N	O	A	C	F
Y	A	S	P	O	R	T	U	G	A	L	O	L	E	I	R	I	E	S	D	D	O	J
T	Q	N	O	D	E	S	C	L	O	N	I	Z	A	R	A	L	J	A	A	A	A	K
R	E	K	D	E	S	E	N	V	O	L	V	E	R	K	A	A	O	L	S	S	B	L
E	R	Ç	E	G	I	S	V	M	D	R	E	P	U	B	O	M	R	I	F	E	R	Ç
G	Y	I	M	M	S	G	I	D	E	M	I	C	A	S	M	O	N	V	O	G	I	O
B	A	B	O	T	T	E	V	C	R	A	V	O	S	E	G	R	A	R	R	Ç	L	P
T	A	X	C	P	Ê	N	E	O	P	D	V	M	D	A	I	E	I	E	Ç	T	K	I
W	F	Z	R	O	N	T	B	V	O	R	O	O	E	P	O	N	S	I	A	O	A	U
V	O	T	A	R	C	E	N	E	B	U	T	D	A	R	M	A	D	A	S	B	R	Y
T	H	R	T	I	I	P	C	N	R	G	O	E	C	O	T	F	R	L	H	E	E	T
U	O	E	I	D	A	E	I	C	E	A	S	R	A	M	U	A	I	A	O	T	A	R
D	J	N	Z	H	F	S	A	E	Z	D	D	N	E	E	D	Z	R	Ç	A	F	E	E
O	E	T	A	N	A	A	S	R	A	A	G	O	L	S	O	E	A	O	S	S	A	W
F	E	E	R	K	I	D	E	A	D	E	C	O	N	S	T	I	T	U	I	Ç	Ã	O
O	A	S	S	L	O	A	M	S	G	U	E	R	R	A	C	A	B	A	A	D	B	T

2 - Este momento marcante da História de Portugal foi intensamente recordado por poetas e escritores.

2.1 - Lê com atenção este poema de Sophia de Mello Breyner e fundamenta a tua opinião, sobre o poema, tendo em consideração os teus conhecimentos sobre a Revolução 25 de Abril em Portugal.

«Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.»

Sophia de Mello Breyner

2.2 - Elabora o teu próprio poema sobre esta temática.

3 - Muita coisa mudou depois do 25 de Abril de 1974 no nosso país. Que mudanças importantes ocorreram?

4 – Completa o acróstico apresentado sobre esta temática.

L
I
B
E
R
D
A
D
E

5 – O que é para ti a Liberdade?

6 – Explica por palavras tuas a expressão: «Tudo passou a cheirar a sonho perfeito há muito desejado...»

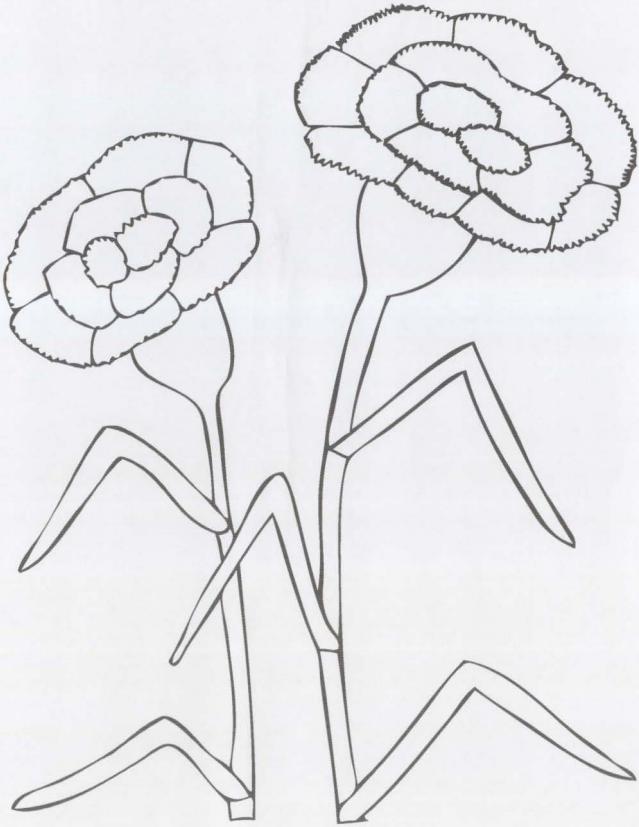
7 – Sabes quantos anos esteve no poder o regime político que vigorava antes da revolução?

8 – Há quantos anos se deu a Revolução dos Cravos?

9 – Representa os acontecimentos desta revolução numa banda desenhada onde tu próprio cries os diálogos e as imagens.

10 – Atenta na expressão: «25 de Abril de 1974.»
Que palavra se poderá formar, utilizando todas as letras da frase fornecida, e que está profundamente relacionada com este período da História Portuguesa?

__ __ __ __ __ __ __ __ __

10 – Pinta a imagem.

11 – Ilustra este desenho alusivo ao Dia 25 de Abril com bolinhas de papel crepe.